

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

**JHONATHAN LENO REIS FRANÇA SANTANA**

**“É DIFÍCIL ANDAR NA RUA SEM TER MEDO”: o papel das cláusulas relacionais em  
relatos de vítimas de violência homofóbica**

VITÓRIA  
2021

JHONATHAN LENO REIS FRANÇA SANTANA

**“É DIFÍCIL ANDAR NA RUA SEM TER MEDO”: o papel das cláusulas relacionais em relatos de vítimas de violência homofóbica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Linguísticos.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gesieny Lauret Neves Damasceno.

VITÓRIA  
2021

**Santana, Jhonathan Leno Reis França.**

**“É DIFÍCIL ANDAR NA RUA SEM TER MEDO”: o papel das cláusulas relacionais em relatos de vítimas de violência homofóbica / Jhonathan Leno Reis França Santana. – 2021.**

**Orientador: GesienyLaurett Neves Damasceno.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.**

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, expresso minha gratidão por aquele que é dono de todo amor e de toda bondade, a Deus, que tem me fortalecido e me ensinado o valor da vida. A Ti devo a fé que me permitiu trilhar esse caminho lindo e significativo. A minha fé em Ti possibilitou-me seguir em frente quando a tempestade veio. A minha fé em Ti foi o fundamento da esperança de que dias ensolarados sempre virão. Obrigado por tudo, meu Pai Celestial.

À minha orientadora, Gesieny Laurett Neves Damasceno, que tanto me ensinou e que tanto vem me ensinando. Cheguei aos seus cuidados tão pequenino e frágil, tão incompreendido de tantas questões, teóricas e existenciais. Devo a ti a maior parte de meu desenvolvimento pessoal e profissional ao longo desses quase dois anos de vivência de mestrado. Obrigado por todas essas horas de aprendizado, querida professora.

À professora Lúcia Helena Peyroton da Rocha, primeira orientadora e primeiro facho de luz no caminho que me trouxe até aqui. Seus olhos sempre amáveis enxergaram em mim o que, àquela altura, eu não conseguia ver. Seus ensinamentos despertaram em mim a consciência de que o estudo da linguagem não se encerra atrás da escrivadinha, tampouco numa contemplação meditativa à parte dos processos da vida. Obrigado por ter me ensinado o significado de uma ciência linguística viva e por ter aceitado participar da banca que avaliará este trabalho.

Ao professor Marcelo Amorim, que no exame de qualificação contribuiu de forma significativa para o saneamento de problemas textuais e teórico-metodológicos. Sua leitura atenciosa e criteriosa me trouxe muitos aprendizados, que extrapolarão a órbita do trabalho empreendido e que se farão presentes em minha trajetória como pesquisador.

Aos professores Amanda Heiderich Marchon e Anderson Ferreira, que aceitaram o convite de contribuírem com seus conhecimentos e experiências para o saneamento das deficiências que este trabalho possa apresentar.

À professora Virgínia Abraão, que, ao me abrir as portas da semântica, me fez ter consciência dos significados que a vida nos impõe, bem como dos que podemos colher a cada instante do tempo. Agradeço, também, querida professora, por ter me ensinado o valor da história de nossa ciência e por ter me apresentado pensadores tão fantásticos como Saussure,

Benveniste, Martinet, Peirce, Greimas, Wittgenstein, e tantos outros. Sempre presente em minhas reflexões, a senhora foi, é e será farol nesse itinerário linguístico que busco trilhar.

Ao meu pai, Edinilson França Santana, o grande amor da minha vida. Sou extremamente grato por nunca haver desistido de mim, por ter sonhado junto comigo mesmo quando as coisas pareciam tão difíceis. Atravessamos tempestades e dias ensolarados juntos e sempre juntos chegamos até aqui. Por isso, esse trabalho é especialmente dedicado ao senhor, meu pai amado.

Ao menino de meus olhos, companheiro de tantos anos, Jean Carlos Simões Barbosa, agradeço por ter me ajudado tantas vezes com questões que sequer compreendo. Cito-as: a utilizar ferramentas tecnológicas da informática, a criar diagramas, a utilizar os recursos do *Word* para a formatação deste e de tantos outros trabalhos etc. Mas agradeço principalmente por me cobrir com o seu amor tão terno quando muitas vezes estive triste.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), pela bolsa a mim concedida, que me permitiu dedicação exclusiva a esta investigação.

Por fim, agradeço a mim, por ter encontrado, às vezes inconscientemente, a força para chegar até aqui. Pois essa pesquisa ainda incipiente traz consigo os melhores frutos intelectuais da minha pequenina história de vida.

*Ficamos ingenuamente espantados quando nos pomos a refletir acerca da situação do homem que, de manhã à noite e da idade pré-natal à morte, é atormentado por significações que o solicitam por toda parte, por mensagens que o atingem a todo o momento. (GREIMAS, 1966, p. 15)*

## RESUMO

Nesta dissertação, propomo-nos a investigar o funcionamento do sistema de cláusulas relacionais na representação linguística de experiências de violência homofóbica, relatadas por 48 vítimas em seis reportagens veiculadas por grupos jornalísticos que atuam no ambiente digital. Sustentando-nos no arcabouço de conhecimentos produzidos pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014; EGGINS, 2004), compreendemos a transitividade como um fenômeno de natureza semântica, regulado pelas escolhas que os falantes realizam em contextos de situação, que, por sua vez, regulam as relações sintagmáticas que instanciam os diferentes tipos de linearizações das formas componentes dos paradigmas léxico-gramaticais. A coleta de dados nas 48 sequências relatadas resultou em um conjunto de 181 cláusulas relacionais. A observação das representações instanciadas por essas cláusulas foi perpassada pela reflexão sobre o problema: Quais os aspectos morfossintáticos e semânticos e quais as redes ideacionais que subjazem à ativação das cláusulas relacionais nas sequências relatadas por vítimas de violência homofóbica? A hipótese que buscamos verificar é a de que as configurações morfossintáticas e semânticas apresentam especificidades a depender do tipo e modo de cláusula relacional analisado, o que evidencia distintas funções comunicativas acionadas pelo uso desses tipos de construções. A análise das 181 cláusulas foi orientada por uma base metodológica de viés qualitativo (YIN, 2016), o que explicita nosso compromisso com uma interpretação dos dados pautada por maior acuidade, focalizando as especificidades inerentes ao fenômeno e o entendimento das relações que se dão entre o sistema de cláusulas relacionais e a realidade social. O interesse pela temática da violência homofóbica se justifica pela consciência de que a Linguística – e, especificamente, a Gramática – não pode permanecer em desalinhamento com os problemas de nossa sociedade. Essa mudança de posicionamento, por sua vez, resulta em uma *praxis* linguística de natureza crítica. Selecionamos três procedimentos (que se configuraram recursivos ao longo da pesquisa) para a consecução do objetivo geral de descrever as configurações léxico-gramaticais que o sistema de construções relacionais assume em termos de processos e participantes nas 181 cláusulas analisadas. São eles: (i) levantamento bibliográfico, a fim de atribuir consistência teórica à investigação; (ii) coleta e compartimentalização dos dados; e (iii) análise do recorte com base nos pressupostos teóricos assumidos. A análise tomou como escopo três dimensões em que pode ser investigada a dinâmica das construções relacionais, a saber: a léxico-gramatical, a genérico-textual e a

analítico-discursiva. Dentre os resultados obtidos, a presença das cláusulas relacionais intensivas foi bastante significativa, assim como a aplicabilidade dos parâmetros descritivos de natureza semântica. Embasados pelos resultados da análise da correlação entre os parâmetros, constatamos que as cláusulas relacionais estabelecem uma relação de pressuposição quando considerados os papéis temáticos selecionados pelo processo. Os papéis temáticos ocorrem em pares, o que nos conduz à afirmação de que o emparelhamento dos papéis temáticos no sistema de cláusulas relacionais é um dos principais mecanismos semânticos responsáveis pela construção do significado relacional.

Palavras-chave: Transitividade. Linguística Sistêmico-Funcional. Processos Relacionais. Relatos. Violência Homofóbica.

## ABSTRACT

In this thesis, we propose to investigate the functioning of the relational clause system in the linguistic representation of homophobic violence experiences, reported by 48 victims in six reports published by journalistic groups working in the digital environment. Based on the postulates of Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY, 1985; 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004; 2014; EGGINS, 2004), we understand transitivity as a phenomenon of semantic nature, regulated by the choices that speakers make in contexts of situation, which in turn regulate the syntagmatic relations that instantiate the different types of linearization of the forms of the lexical-grammatical paradigms. Data collection on the 48 reported sequences resulted in a set of 181 relational clauses. The observation of the representations instantiated by these clauses was permeated by the reflection on the problems: what are the semantic features and what are the ideational networks that underlie the activation of relational clauses in the sequences reported by victims of homophobic violence? The hypothesis that we seek to verify is that the morphosyntactic and semantic configurations present specificities depending on the type and mode of relational clause analyzed, which evidences distinct communicative functions triggered by the use of these types of constructions. Data processing was guided by the qualitative research methodology (YIN, 2016), which values an interpretation of data based on greater accuracy, focusing on the specificities inherent to the phenomenon and the relationships that occur between the system of relational clauses and social reality. Our interest in the theme of homophobic violence is justified by the realization that Linguistics, and specifically Grammar, cannot remain out of alignment with the problems of our society, which results in a critical linguistic practice. We selected three procedures (which were configured recursive throughout the research) to achieve the general objective of describing the lexical-grammatical configurations that the system of relational construction assumes in terms of processes and participants in the 181 analyzed clauses. They are: (i) bibliographical survey, in order to give theoretical consistency to the investigation; (ii) data collection and compartmentalization; and (iii) analysis of the cut based on assumed theoretical assumptions. The analysis took as scope three dimensions in which the dynamics of relational constructions can be investigated, namely, the lexical-grammatical, the generic-textual and the analytical-discursive. Among the results obtained, the presence of intensive relational clauses was quite significant, as well as the applicability of descriptive parameters of a semantic nature. Based on the results of the analysis of the correlation between the parameters, we found that the

relational clauses establish a presupposition relationship when considering the thematic roles selected by the process. Thematic roles occur in pairs, which leads us to the statement that the pairing of thematic roles in the system of relational clauses is one of the main semantic mechanisms responsible for the construction of relational meaning.

Keywords: Transitivity. Systemic-Functional Linguistics. Relational Processes. Reports. Homophobic Violence.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Classificação da transitividade dos verbos segundo a Gramática Tradicional.....	41
Figura 2 – Estratos linguísticos e contextuais da linguagem.....	47
Figura 3 – As especificidades do texto no Funcionalismo Sistêmico-Funcional.....	50
Figura 4 – Tipos de processos nas cláusulas.....	68
Figura 5 – Zonas de dinamicidade e estaticidade com uma região interseccional de compartilhamento de traços.....	71
Figura 6 – Escala de prototipia dos tipos de cláusulas relacionais quando considerado o modo atributivo.....	86
Figura 7 – Relação de inclusão entre cláusulas, relatos e reportagens.....	93
Figura 8 – Prototipicidade das cláusulas relacionais.....	111

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fases dos gêneros da família das estórias.....	52
Quadro 2 – Etapas do gênero Relato.....	53
Quadro 3 – Análise de um relato de violência homofóbica integrante do nosso corpus (GIUSTI, 2014).....	53
Quadro 4 – Diferentes acepções acerca do termo função nos estudos da linguagem.....	63
Quadro 5 – As duas zonas em que estão situados os tipos de cláusulas do Sistema de Transitividade.....	67
Quadro 6 – Esquemas das relações entre Processo e Participantes nas cláusulas materiais.....	74
Quadro 7 – Esquemas das relações entre Processo e Participantes nas cláusulas materiais, nas vozes ativa e passiva.....	75
Quadro 8 – Relações entre os tipos de processos primários.....	85
Quadro 9 – Apresentação dos parâmetros descritivos para as cláusulas relacionais.....	98
Quadro 10 – Mapeamento das identidades de gênero das vítimas, o lugar de ocorrência da violência e a tipologia da violência.....	126
Quadro 11 – Trecho relatado por vítima de violência homofóbica (BUZZFEED, 2014).....	137
Quadro 12 – Trecho relatado por vítima de violência homofóbica (BUZZFEED, 2014).....	138
Quadro 13 – trecho relatado por vítima de violência homofóbica (BUZZFEED, 2014).....	138
Quadro 14 – Relato de vítima de violência homofóbica (BUZZFEED, 2014).....	139
Quadro 15 – trecho relatado por vítima de violência homofóbica (BUZZFEED, 2014).....	139
Quadro 16 – Trecho relatado por vítima de violência homofóbica (BUZZFEED, 2014).....	142

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Frequência dos tipos de cláusulas relacionais.....	110
Tabela 2 – Frequência de ocorrência dos modos nas cláusulas relacionais intensivas.....	111
Tabela 3 – Frequência de ocorrência dos modos nas cláusulas relacionais circunstanciais...	112
Tabela 4 – Frequência de ocorrência dos modos nas cláusulas relacionais possessivas.....	112
Tabela 5 – Estimativas de correlação entre os parâmetros descritivos das cláusulas relacionais identificativas.....	116
Tabela 6 – Estimativas de correlação entre os parâmetros descritivos das cláusulas relacionais atributivas.....	116
Tabela 7 – Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas relacionais intensivas atributivas.....	117
Tabela 8 – Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas relacionais intensivas identificativas.....	118
Tabela 9 – Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas circunstanciais atributivas.....	119
Tabela 10 – Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas relacionais circunstanciais identificativas.....	120
Tabela 11 – Cruzamento das classes definidoras dos parâmetros Papel Semântico do Atributo e Natureza do Atributo nas cláusulas relacionais intensivas.....	122
Tabela 12 – Cruzamento das classes definidoras dos parâmetros Papel Semântico do Atributo e Natureza do Atributo nas cláusulas relacionais circunstanciais.....	123
Tabela 13 – Cruzamento das classes definidoras dos parâmetros Papel Semântico do Atributo e Natureza do Atributo nas cláusulas relacionais possessivas.....	123

Tabela 14 – Frequência de ocorrência das relações semânticas entre os participantes das cláusulas atributivas.....	123
Tabela 15 – Frequência de ocorrência das classes definidoras da natureza do atributo.....	124
Tabela 16 – sexo biológico das vítimas.....	125
Tabela 17 – Cruzamento da identidade gênero com o sexo biológico das vítimas.....	125
Tabela 18 – As representações do Portador e suas frequências de ocorrência.....	128
Tabela 19 – Representações do Identificador e suas frequências de ocorrências.....	134
Tabela 20 – As ocorrências de cláusulas relacionais nas fases dos trechos relatados por vítimas de violência homofóbica.....	140

## LISTA DE ABREVIATURAS

aRef – Alfa referencial

CMEA – Configuração Morfossintática das Estruturas de Agnação

ESEA – Especificidades Semânticas das Estruturas de Agnação

Ff – Fase final

Fi – Fase inicial

GN – Gramática Normativa

GSF – Gramática Sistêmico-Funcional

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais

LSF – Linguística Sistêmico-Funcional

NATT – Natureza do Atributo

PB – Português Brasileiro

PEA – Propriedade das Estruturas de Agnação

PSA – Papel Semântico do Atributo

PSEE – Papéis Semânticos das Estruturas Emparelhadas

PSI – Papel Semântico do Identificado

PSIR – Papel Semântico do Identificador

PSP – Papel Semântico do Portador

PTG – Paradigma Tradicional de Gramatização

RSP – Relação Semântica entre os Participantes

Sadj – Sintagma Adjetival

Sadv – Sintagma Adverbial

SDH-PR – Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SILF – Sociedade Internacional de Linguística Funcional

SN – Sintagma Nominal

SUS – Sistema Único de Saúde

SV – Sintagma Verbal

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>Considerações sobre a transitividade nos estudos da linguagem (<i>lato sensu</i>).....</b>	<b>22</b>
<b>A natureza epistemológica da pesquisa.....</b>	<b>26</b>
<b>O problema e a hipótese.....</b>	<b>27</b>
<b>Objetivos gerais e específicos.....</b>	<b>28</b>
<b>As contribuições deste trabalho para a análise das cláusulas relacionais.....</b>	<b>28</b>
<b>Organização geral do texto.....</b>	<b>29</b>
<b>1 DE ONDE SE PARTE.....</b>	<b>31</b>
<b>1.1 Contextura histórica da gramática normativa.....</b>	<b>31</b>
<b>1.2 O conteúdo socioideológico da gramática tradicional em solo brasileiro e a sua influência sobre o conceito de transitividade.....</b>	<b>37</b>
1.2.1 A transitividade na tradição gramatical brasileira.....	38
<b>2 CONTEXTO DE CULTURA: AS ESTRUTURAS TEXTUAIS E A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA.....</b>	<b>47</b>
<b>2.1 Um olhar sobre a violência sofrida pela comunidade LGBT com base no Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013.....</b>	<b>54</b>
2.1.1 Dados públicos utilizados para a facção do relatório.....	58
2.1.2 Conclusões gerais do documento.....	60
<b>3 A TRANSITIVIDADE COMO CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA: A PROPOSTA DO FUNCIONALISMO SISTÊMICO-FUNCIONAL PARA O TRATAMENTO DESSE FENÔMENO.....</b>	<b>62</b>
<b>3.1 Primeiras considerações.....</b>	<b>62</b>
<b>3.2 Configuração léxico-gramatical de cinco domínios da experiência: processos materiais, mentais, verbais, comportamentais e existenciais.....</b>	<b>74</b>
3.2.1 Sistema de cláusulas materiais.....	74
3.2.2 Sistema de cláusulas mentais.....	77
3.2.3 Sistema de cláusulas comportamentais.....	79

3.2.4 Sistema de cláusulas existenciais.....	80
3.2.5 Sistema de cláusulas verbais.....	80
<b>3.3 Processos relacionais.....</b>	<b>81</b>
3.3.1 Sistema de cláusulas relacionais.....	90
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>92</b>
<b>4.1 Da construção da amostra.....</b>	<b>92</b>
<b>4.2 Natureza epistemológica da metodologia adotada.....</b>	<b>95</b>
<b>4.3 Parâmetros descritivos para cláusulas relacionais.....</b>	<b>97</b>
4.3.1 Papéis Temáticos das Estruturas Emparelhadas (PTEE).....	99
4.3.2 Propriedades das Estruturas de Agnação (PEA).....	103
4.3.3 Relação Semântica entre os Participantes (RSP).....	106
4.3.4 Natureza do atributo.....	107
<b>5 O PAPEL DAS CLÁUSULAS RELACIONAIS EM RELATOS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA: ANÁLISE DOS DADOS EM TRÊS DIMENSÕES.....</b>	<b>109</b>
5.1 Estimativas da correlação: O que podemos concluir?.....	113
5.2 Análise das representações codificadas nos participantes das cláusulas relacionais e dos fatores sociais envolvidos.....	124
5.3 Análise das cláusulas relacionais das etapas e fases do gênero relato.....	136
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>152</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>158</b>

## INTRODUÇÃO

O próprio da linguagem é, antes de tudo, significar. (BENVENISTE, 1989, p. 222)

Esta dissertação versa, em amplo espectro, sobre a relação entre a linguagem e a realidade; ou, dito de outro modo, acerca da função que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, como propõem Halliday e Matthiessen (2004); ou, ainda, de como a situação e o contexto cultural influenciam nas escolhas linguísticas que realizamos e nos significados que essas escolhas representam. Na maior parte do texto, nossa explanação segue um estilo argumentativo, buscando o histórico do fenômeno, o escrutínio de sua natureza sob diferentes ângulos.

No Dicionário Escolar da Academia de Letras: língua portuguesa (BECHARA, 2011), o termo “essência” é definido, em sua primeira acepção, como “parte central de; base, centro, cerne, eixo, substância”. Para o mesmo dicionário, o adjetivo derivado desse substantivo apresenta três acepções: (1) “Que é a base de; indispensável, substancial”; (2) “Relativo à essência”; (3) “Aquilo que é essencial”. Logo, quando Saussure ([1916]2012, p. 38)<sup>1</sup> afirma que “o essencial da língua [...] é estranho ao caráter fônico do signo linguístico”, ele exclui do âmago do sistema da língua, da sua parte substancial, a contraparte formal do signo.

Essa leitura poderá parecer estranha, à primeira vista, para o leitor experiente em linguística. Contudo, de fato, Saussure estava colocando na parte central do sistema de uma língua o *significado* ou, mais precisamente, um sistema de valores que significam em decorrência de estarem em oposição (natureza paradigmática).

Essa interpretação não ignora o postulado saussuriano da indissociabilidade do signo, mas é justificada quando percebemos que Saussure reconhecia que, “na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui fator mais importante que qualquer outro” ([1916] 2012, p. 38). A importância da linguagem em nossa vida consiste no fato de ela *funcionar* em algum ecossistema social. Afinal, como diz Halliday (2001, p. 42):

---

<sup>1</sup> É necessário esclarecer que ao citarmos Saussure, fazemos referência à obra publicada por Bally e Sechehaye com base no curso de introdução à lingüística geral que o lingüista genebrino ministrou de 1907 a 1911.

Não experienciamos a linguagem no isolamento, se o fizéssemos não o reconheceríamos como linguagem, senão sempre em relação com alguma cena, algum antecedente de pessoas, atos e eventos dos quais as coisas que dizemos derivam seu significado. É o que se denomina “situação”, por meio da qual dizemos que a linguagem funciona em “contextos de situação”, e qualquer explicação da linguagem que omita a inclusão da situação como ingrediente essencial possivelmente resulte artificial e inútil.<sup>2</sup>

Se já Saussure admitia a centralidade do significado em face do significante, o que motivou a exclusão da Semântica da agenda de investigações das escolas estruturalistas durante um longo período desde a publicação do Curso de Linguística Geral? A resposta para essa questão é dada pelo próprio Saussure na referida obra: “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto; aliás, nada nos diz de antemão que uma dessas maneiras de considerar o fato em questão seja anterior ou superior às outras” (SAUSSURE, [1916] 2012, p. 39).

Logo, o linguista genebrino admitia que, dada a complexidade dos fenômenos linguísticos, muitas poderiam ser as perspectivas adotadas para o seu tratamento. Esse é o fator motivador da convivência de abordagens tão distintas, como a que se dá entre as teorias formalistas e as teorias funcionalistas, dentro de uma ciência como a Linguística. Indo ainda mais além, essa complexidade imanente à linguagem licencia tantos pontos de vista acerca de seus fenômenos, que ao longo da história humana, nas diferentes sociedades, incontáveis foram e são (e possivelmente serão) esses pontos de vista (KRISTEVA, 1969).

Como fenômeno linguístico, não poderia a *transitividade* escapar a essa multiplicidade de olhares. Decorre daí que, desde Prisciano (introdutor desse conceito no domínio da Gramática Tradicional) até a atual ciência da linguagem, esse fenômeno recebeu variadas abordagens: umas mais lógicas; outras, mais psicológicas; ainda outras, mais formais. E há aquelas, como a que se pretende empreender neste trabalho, baseadas na situação real (contexto) de fala/escrita.

Seguindo o ponto de vista que elegemos neste texto, descreveremos o funcionamento do Sistema de cláusulas relacionais – cláusulas cujos processos expressam significados

---

<sup>2</sup> Na edição espanhola de Halliday (2001, p. 42): “No experimentamos El lenguaje en el aislamiento – si lo hiciéramos no lo reconoceríamos como lenguaje –, sino siempre em relación com algún escenario, com algún antecedente de personas, actos y sucesos de los que derivan su significado las cosas que se dicen. Es lo que se denomina “situación”, y cualquier explicación del lenguaje que omita la situación como ingrediente esencial posiblemente resulte artificial e inútil”.

relativos ao domínio do *Ser* e do *Ter* e selecionam sempre dois participantes, que são inerentes –, que é uma região topológica do Sistema de Transitividade desenvolvido pela Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014; EGGINS, 2004; THOMPSON, 1996). Cabe esclarecer desde já que, com o termo Sistema de Transitividade, não nos referimos propriamente ao tema da transitividade verbal, oriundo da tradição gramatical, embora não se possa ignorar a influência que essa última exerceu para o desenvolvimento daquele. Dizemos desenvolvimento, pois o Sistema de Transitividade é resultado da ampliação do conceito lógico-semântico de transferência de ação (que se aplica às orações em que figuram os papéis de Agente, Paciente e Ação na estrutura temática). Logo, ao mesmo tempo em que a classe das orações de natureza acional se faz presente na arquitetura do sistema (sendo considerada a classe prototípica), outras são introduzidas para abarcar tipos de orações que não podem ser explicadas com base nos traços semânticos componentes das cenas acionais.

Com o termo Sistema de Transitividade, nos situamos sob a égide da Linguística Sistêmico-Funcional (doravante, LSF). Por conseguinte, o termo assume uma acepção bastante distinta da que propõe a tradição, passando a se referir ao sistema linguístico responsável pela codificação e representação linguísticas de nossas experiências sociais e psíquicas, bem como pelo relacionamento entre fragmentos da experiência. Em outras palavras, o termo remete às possibilidades de escolhas que os falantes de uma língua podem realizar ao acionarem o paradigma de opções estruturais e representacionais provenientes dos diferentes usos sociais a que serve a linguagem.

Outra distinção importante de ser ressaltada entre o conceito tradicional de transitividade e o que postula a LSF é a de que, na tradição gramatical, o fenômeno consiste numa propriedade inerente aos verbos, ao passo que, no paradigma sistemicista, passa a ser uma propriedade da cláusula como um todo. Consequentemente, o sistema de transitividade se realiza na cláusula pelas relações sistemáticas entre os *Processos* (grupos verbais), *Participantes* (grupos nominais) e *Circunstâncias* opcionais (grupos adverbiais).

Nota-se que o conceito da LSF é de natureza semântica, o que ressalta outra distinção entre esse e o conceito tradicional, fundamentado em definições um tanto confusas, misturando indiscriminadamente os níveis de análise linguística, o que gera algumas contradições e dificuldades para os estudiosos da questão que se enveredam por essa seara. A seguir, faremos uma breve menção a algumas perspectivas teóricas sobre a transitividade.

### **Considerações sobre a transitividade nos estudos da linguagem (*lato sensu*)**

Quase dois mil anos após a introdução do tema da transitividade na agenda dos estudos gramaticais de viés tradicional (KRISTEVA, 1969), o fenômeno persistiu em desafiar metodologias dedutivas formalistas (referência ao Estruturalismo e ao Gerativismo), bem como o tratamento holístico dispensado pelas pesquisas de viés funcionalista (mais abaixo discorreremos, brevemente, sobre esse ponto). Nesse sentido, esta dissertação se propõe a rediscutir a questão sobre um novo prisma. Não se intenciona confirmar postulações teóricas, tampouco criar categorias discretas que busquem encerrar a discussão. Ao contrário: com a consciência de que não existe palavra final em matéria linguística, partimos da observação do fenômeno, que é analisado e descrito em seu *locus* específico de ocorrência, em direção a sínteses teóricas apoiadas por investigações precedentes acerca do tema.

A compreensão acerca da transitividade defendida pela tradição gramatical brasileira sustenta-se em postulados logicistas platônico-aristotélicos, herdados pelos primeiros gramáticos alexandrinos, com destaque para Dionísio, o Trácio, e Apolônio Díscolo, recebendo posterior tratamento dos gramáticos latinos, dentre esses, Prisciano, responsável pela introdução do conceito de transitividade nos estudos gramaticais em sua obra *Institutiones grammaticae* (KRISTEVA, 1969). Contudo, nesse primeiro momento, o conceito de transitividade é bastante distinto do que encontraremos nas gramáticas normativas que circulam na atualidade. Na concepção desse gramático latino, notamos a prevalência semântico-discursiva no que tange à compreensão do fenômeno, embora considerações morfossintáticas de menor proeminência sejam feitas. Kristeva (1969, p. 133) explicita a noção priscianiana de transitividade da seguinte forma: “há construção *intransitiva* quando o sentido diz respeito à pessoa falante, *transitiva* quando a ação passa para outra pessoa, e *absoluta* quando o verbo não precisa de nenhum caso oblíquo”.

Entretanto, o conceito de transitividade que prevalece na doutrina gramatical tradicional é oriundo dos posicionamentos da gramática de *Port Royal*, de Arnauld e Lancelot ([1660] 1992), e por isso, embora preserve a matriz de transferência acional, atribuída desde o

princípio a esse fenômeno, apresenta um caráter lógico-semântico que remonta à divisão aristotélica das partes do discurso e que considera a transitividade uma propriedade dos verbos em sua relação com seus complementos.

Por outro lado, o Paradigma Tradicional de Gramatização (VIEIRA, 2018), termo que se refere à Gramática Normativa (GN) como um campo de estudos da linguagem historicamente legitimado, embora partilhe, nas diferentes gramáticas autorais, dos mesmos postulados e axiomas herdados do período helenístico (entre o século III e II a.C.), apresenta imprecisões e inconsistências conceituais. Com base na análise das obras de Said Ali ([1923] 1964), Rocha Lima ([1972] 2000), Luft ([1976] 2002), Cunha e Cintra ([1985] 2007) e Kury ([1985] 2001), além do conhecido estudo de Haury (1984) sobre a necessidade de uma gramática padrão para a língua portuguesa, podemos verificar essas imprecisões e inconsistências. O estudo de Haury (1984) apresenta pontos de divergência entre vários autores da tradição, o que revela a impossibilidade de afirmar que a *episteme* que regula a doutrina resulte em homogeneidade na compreensão dos temas. Tais imprecisões e inconsistências conceituais também permeiam o tratamento dispensado à transitividade pelo paradigma tradicional, podendo ser encontradas definições bastante confusas nas obras que assumem esse viés teórico. Todavia, os ensinamentos oriundos da perspectiva teórica tradicional apresentam um *status* privilegiado, estando a serviço do controle social que as elites simbólicas do poder (DIJK, 2015) exercem. O que faz com que esse tipo de gramática sirva como parâmetro do uso modelar da língua.

Segundo Vieira (2018, p. 7), o Paradigma Tradicional de Gramatização – a partir daqui PTG – “não conhece inovação substancial desde que foi consolidado pelos gramáticos romanos Donato e Prisciano nos séculos IV e VI d.C. respectivamente”. Portanto, segundo esse pesquisador, há um evidente esgotamento desse paradigma teórico quanto ao tratamento de muitos dos problemas que hodiernamente a ciência linguística busca responder, dentre os quais está o da transitividade. Contudo, questionamos: *afirmação tão categórica como essa se justifica no caso do PTG?* No Capítulo 1, refletiremos acerca dessa questão.

Desde a publicação do *Curso de Linguística Geral*, na segunda década do século XX (Saussure, [1916] 2012), e o consequente estabelecimento da Linguística como ciência, os estudos da linguagem buscaram respostas para questões preteridas pelo PTG, ou que, se respondidas, o foram de maneira um tanto precária (salvo os casos em que a tradição apresenta excelentes exemplos de tratamento linguístico, como, por exemplo, aqueles

dispensados à classe das preposições e sua relação com o conceito de regência e à gênese conceitual da estrutura binária da oração, bipartida em sujeito e predicado - compreensão que perpassa, por exemplo, a análise da sentença na perspectiva gerativista). Nesse sentido, o século que presenciou o nascimento da ciência da linguagem foi o mesmo que viu a fragmentação do campo em subáreas que inicialmente buscavam o uso de metodologias dedutivas para a descrição e análise dos fenômenos linguísticos (GIVÓN, 2012). A partir da segunda metade do século XX, essas subáreas foram alocadas nos dois grandes polos que integram a linguística. Um desses polos é o funcionalista, que investiga os processos gramaticais da língua sob o prisma da pragmática discursiva, da cognição, das pressões discursivas sobre a morfossintaxe, da semântica e das relações entre a sincronia e a diacronia nas línguas (GIVÓN, 2012), em suma, de todas as dimensões implicadas no/pelo uso linguístico. O outro polo é o formalista, que considera tais processos como autônomos e, por isso, dá centralidade à fonologia (no caso do estruturalismo), bem como à sintaxe (no caso do gerativismo).

Alguns representantes do polo formalista consideram que a transitividade é uma propriedade dos verbos de selecionarem seus argumentos. Já os pesquisadores de viés funcionalista tendem a dar um tratamento eminentemente pragmático-discursivo e semântico ao fenômeno, sem descartar a operacionalização dos estratos gramaticais, quais sejam: fonológico, morfológico e sintático.

Esta pesquisa se insere no polo funcionalista, mais precisamente sob a ótica da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994; HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Essa perspectiva teórica compreende a linguagem como um potencial ilimitado de significação (HALLIDAY, 2001). Logo, no cerne da Gramática Sistêmico-Funcional (a partir daqui, GSF) está a semântica. Conforme Halliday (2001, p. 41), “a linguagem é um potencial: é o que o falante pode fazer, o que uma pessoa pode fazer em sentido linguístico, quer dizer, o que pode fazer como falante/ouvinte equivale ao que ‘pode significar’”.<sup>3</sup>

Embora a centralidade da semântica seja um dos fundamentos da teoria, outros elementos sistêmico-funcionais são de fundamental importância para o estudo dos fenômenos gramaticais. São eles: i) a consideração de que a linguagem é resultado de processos sociais;

---

<sup>3</sup> Na edição espanhola de Halliday (2001, p. 41): “El lenguaje es un potencial: es lo que el hablante puede hacer; lo que una persona puede hacer em el sentido lingüístico, es decir, lo que puede hacer como hablante/oyente equivale a lo que puede significar”.

ii) o entendimento de que a construção subjetiva da realidade não pode ser dissociada do sistema semântico que instrumentaliza essa realidade; e c) a hermenêutica da realidade se dá pela via da intersubjetividade (BERNHARD; TOMAZZI, 2016). Esses elementos podem ser verificados na citação abaixo, em que Halliday (2001) explana sobre o processo de aquisição linguística pela criança:

Uma criança cria, primeiro, sua língua infantil, a seguir sua língua materna em interação com o pequeno grupo de pessoas que constitui seu grupo significativo. Nesse sentido, a linguagem é um produto do processo social. Uma criança que aprende a linguagem aprende ao mesmo tempo outras coisas através da linguagem, formando-se uma imagem da realidade que está ao seu redor e em seu interior; durante esse processo, que também é um processo social, a construção da realidade é inseparável da construção do sistema semântico em que esteja codificada a realidade. Nesse sentido, a linguagem é um potencial de significado compartilhado, por sua vez, tanto uma parte como uma interpretação intersubjetiva da experiência (HALLIDAY, 2001, p. 9-10).<sup>4</sup>

Em decorrência da natureza do *corpus* investigado – cláusulas cuja função semântica é relacionar e representar, linguisticamente, aspectos da violência relatada por vítimas de homofobia – se deu a opção por essa fundamentação teórica, pois, por dar ênfase ao estudo semântico da experiência, esse arcabouço nos possibilita compreender como os indivíduos constroem linguisticamente a experiência desse tipo de violência através do sistema de transitividade (redes de significado que instrumentalizam a metafunção ideacional).

Propomo-nos a realizar um trabalho que consiste em descrever as configurações léxico-gramaticais que as cláusulas relacionais assumem nas sequências relatadas, bem como as motivações pragmático-discursivas que orientam esse tipo de interação. Além disso, com base na pesquisa realizada por Damasceno (2016), esta dissertação também intenciona desenvolver parâmetros descritivos como suporte na análise dessas cláusulas (Damasceno desenvolveu seus parâmetros a propósito das cláusulas materiais).

---

<sup>4</sup> Na edição em língua espanhola de Halliday (2001, p. 09-10): “Un niño crea, primero su lengua infantil, luego su lengua materna, en interacción con ese pequeño corrillo de gente que constituye su grupo significativo. En ese sentido, *el lenguaje es un producto del proceso social*. Un niño que aprende el lenguaje aprende al mismo tiempo otras cosas mediante el lenguaje, formándose una imagen de la realidad que está a su alrededor y en su interior; durante ese proceso, que también es un proceso social, *la construcción de la realidad es inseparable de la construcción del sistema semántico en que se halla codificada la realidad*. En ese sentido *el lenguaje es un potencial de significado compartido*, a la vez, tanto una parte *como una interpretación intersubjetiva de la experiencia*”.

## **A natureza metodológica da pesquisa**

De maneira geral, é posição comum entre os pesquisadores funcionalistas (independentemente a qual corrente do Funcionalismo estejam filiados) adotar o postulado de que os fenômenos linguísticos são investigados a partir do *contexto de uso* que motivou a ocorrência desses fenômenos. É em Givón (1984) que encontramos subsídio para a adoção desse tipo de procedimento metodológico. Segundo esse linguista, a pesquisa funcionalista se pauta pela integração dos componentes morfossintático, semântico e pragmático a partir da trajetória que se inicia na pragmática, passa pela semântica, e finaliza na morfossintaxe.

O que resulta da adoção desse posicionamento é um tratamento dos dados que se caracteriza por uma abordagem qualitativa (holística). Essa abordagem privilegia as especificidades definidoras dos fenômenos, as particularidades referentes a cada dado, as motivações pragmático-discursivas norteadoras das escolhas realizadas pelos falantes e a consideração dos sujeitos sociais participantes do evento comunicativo.

Em relação às correntes linguísticas que extrapolam o domínio da forma e encontram seu centro nas significações do mundo humano, veiculadas pela linguagem, é de grande valor a lição de Greimas (1966) acerca da importância da adoção do método qualitativo por essas correntes:

Uma análise qualitativa cada vez mais rigorosa só contribuirá para preencher o hiato existente atualmente entre as ciências da natureza, consideradas como quantitativas, e as ciências do homem, que apesar das aparências sempre enganosas, permanecem qualitativas (GREIMAS, 1966, p. 16).

A crítica do semiótico francês é dirigida às correntes estruturalistas, que, ao almejarem traçar um paralelo entre suas pesquisas e as pesquisas realizadas nas ciências naturais, acabaram por relegar o estudo do significado das formas linguísticas ao último plano, o que explica a adoção do método quantitativo pelos linguistas daquela vertente. Podemos abstrair daí que, ao elegerem Saussure como precursor de suas teorias, os linguistas estruturalistas esqueceram-se da essencialidade que Saussure atribuiu à significação (ponto que já tocamos no início desta Introdução). Indo ainda mais longe, Greimas afirma que a presença da metodologia qualitativa na agenda da linguística traz a promessa de “estabelecer a ponte sobre a região brumosa do mundo do sentido e dos “efeitos do sentido”, conciliando talvez um dia quantidade e qualidade, homem e natureza” (GREIMAS 1966, p. 16).

É com a consciência voltada para tal promessa que a presente investigação adotou a perspectiva de tratamento holístico no que se refere ao fenômeno aqui estudado. Atentamos à advertência de Greimas (1966) para que o procedimento qualitativo seja pautado por extremo rigor. Julgamos que somente assim nossas pesquisas poderão demarcar sua real importância, sobretudo em uma época em que as principais autoridades dirigentes de nossa nação põem sob ataque (em múltiplos sentidos) a existência em solo verde-amarelo das ciências do homem.

### **O problema e a hipótese**

Em síntese, o problema que motivou a proposição desta investigação, considerou três níveis de análise, que segundo a GSF estão imbricados no que concerne ao tratamento de fenômenos gramaticais, a saber: o nível léxico-gramatical, o textual e o discursivo. Desse modo, buscamos responder à formulação:

*Quais os traços semânticos e quais as redes ideacionais que subjazem à ativação das cláusulas relacionais em relatos de vítimas de violência homofóbica?*

A hipótese que buscamos verificar é a seguinte: *as configurações morfossintáticas e semânticas apresentam especificidades a depender do tipo e modo de cláusula relacional analisado, o que evidencia distintas funções comunicativas acionadas pelo uso desses tipos de construções.*

Não obstante, o tratamento que buscamos dar a esse conjunto de cláusulas é de natureza polifuncional, o que é preconizado pela GSF. Por isso, figuram como corolário as seguintes questões:

*Quem são os sujeitos sociais arrolados pela vítima para figurarem nas posições de participantes das representações discursivas veiculadas pelas cláusulas intensivas? Quais os papéis exercidos pelas cláusulas relacionais nas estruturas textuais das sequências relatadas pelas vítimas de violência homofóbica?*

Buscaremos apresentar respostas a essas questões, ainda que de maneira parcial, no capítulo cinco.

## **Objetivos gerais e específicos**

O objetivo geral desta pesquisa é descrever a configuração que o sistema de cláusulas relacionais assume em termos de processos e participantes em 181 cláusulas relacionais, presentes em 48 sequências relatadas por vítimas de violência homofóbica. Focalizamos apenas as categorias centrais do sistema relacional (processos e participantes), pois são essas as estruturas que constroem as relações representadas pelas cláusulas relacionais.

Para viabilizar esse objetivo geral, elencamos cinco objetivos específicos:

- Descrever as interações entre os diferentes estratos da linguagem (com ênfase na interação entre o estrato semântico, o morfossintático e o pragmático-discursivo), no que concerne ao tratamento do sistema das cláusulas relacionais, nas Etapas e fases do gênero Relato.
- Investigar parâmetros que possibilitem o reconhecimento dos padrões que o sistema relacional assume nas cláusulas constituintes dos relatos.
- Estudar parâmetros descritivos para a análise das cláusulas.
- Realizar um estudo das representações discursivas presentes na estrutura semântica das cláusulas relacionais intensivas.

## **Contribuições para a análise das cláusulas relacionais**

Podemos afirmar que a análise empreendida no que se refere às cláusulas componentes do nosso *corpus* já é em si uma contribuição ao campo de investigação funcionalista e, mais especificamente, sistemicista. Porém, esta dissertação não se deterá apenas na análise qualitativa dos dados. A investigação em busca de fundamentos teóricos nos permite refletir e propor duas possíveis contribuições ao conhecimento das cláusulas relacionais. São elas: (i) a reorganização e alocação dos sistemas de cláusulas em duas zonas, quais sejam, uma zona de dinamicidade (onde foram situadas as cláusulas materiais, comportamentais e verbais) e um zona de estaticidade (onde se encontram as cláusulas mentais, relacionais e existenciais), com a existência de uma área interseccional de compartilhamento de traços entre as duas zonas; (ii)

a proposição de uma escala de prototipicidade das cláusulas relacionais com sustentação nos estudos cognitivistas de Berlin, Breedlove e Raven (1973) e Rosch *et al.* (1976)

### **Organização geral do texto**

Dividimos a dissertação em cinco capítulos de discussões sobre diferentes (mas relacionados) assuntos e uma parte responsável pela síntese das discussões e conclusões gerais.

O Capítulo 1 apresenta discussões sobre o Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG), remontando às suas origens históricas, a sua influência nos mais de dois mil anos de sua presença no Ocidente e a sua doutrina acerca da transitividade.

O Capítulo 2 é voltado para as discussões acerca de nossa compreensão no que concerne ao conceito de *texto* e *gênero textual*, bem como de nosso entendimento do que seja a violência homofóbica, fundamentado nos estudos apresentados pelo *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* (BRASIL, 2013).

O Capítulo 3 apresenta os postulados e conceitos teóricos sobre os quais a pesquisa está assentada. Discutimos as premissas centrais da compreensão sistemicista acerca de como devemos abordar o estudo dos fenômenos linguísticos, assim como discutimos a arquitetura que a GSF apresenta no que tange ao sistema de cláusulas relacionais. Nesse capítulo, apresentamos também duas propostas de enfoque para o estudo desse objeto. Uma é dirigida para o entendimento da dinamicidade e estaticidade dos diferentes sistemas de cláusulas; a outra traz, na seção reservada para a apresentação do sistema relacional, nossa proposta de enquadramento das cláusulas relacionais em níveis de prototipia.

No capítulo 4, apresentamos a perspectiva de pesquisa qualitativa que norteou o tratamento dos dados, como também os parâmetros descritivos propostos para a análise léxico-gramatical das cláusulas relacionais.

O capítulo 5 é dedicado à apresentação dos resultados obtidos e sua interpretação. As discussões se dão nos três eixos focalizados, quais sejam: a análise da léxico-gramática das cláusulas relacionais, a análise do papel dessas cláusulas nas fases do gênero Relato e os

efeitos discursivos que resultam das escolhas realizadas pelo falante ao utilizar esse tipo de cláusula para narrarem a violência de que foram vítimas.

Após o capítulo 5, apresentamos nossas considerações finais acerca do panorama geral da pesquisa, o significado do empreendimento para o campo de estudos funcionalistas da linguagem e os procedimentos que poderão ser adotados na continuidade desta investigação.

## 1 DE ONDE SE PARTE

Neste capítulo, analisaremos a abordagem que a Gramática Tradicional (GT) dispensa para o conceito de transitividade, além de discutirmos as origens desse campo de estudos da linguagem, sua dimensão socioideológica e algumas visões acerca desse paradigma. Para isso, foram selecionadas cinco obras que se situam no campo dos estudos gramaticais de viés tradicional. São elas: Said Ali ([1923] 1964), Rocha Lima ([1972] 2000), Luft ([1976] 2002), Cunha e Cintra ([1985] 2007) e Kury ([1985] 2001). Discorreremos também sobre as implicações socioideológicas que advêm da assunção desse paradigma por meio da circulação das obras de viés tradicional no contexto histórico brasileiro e sua relação com o tema da transitividade verbal.

### 1.1 Contextura histórica da Gramática Normativa

Apoiados no que nos informa a historiografia dos diferentes posicionamentos teóricos acerca da linguagem (KRISTEVA, 1969), podemos afirmar que reflexões sobre o uso social da linguagem podem ser rastreadas nas civilizações egípcia e mesopotâmica como práticas institucionalizadas na vivência cultural desses povos. Durante a Idade do Ferro, também os hindus, voltados para o estudo do sânscrito (língua sagrada na qual foram escritos os textos do *Rigveda*), já refletiam acerca de como se deveria realizar a exegese dos textos religiosos. Encontramos na civilização hindu o esboço das primeiras gramáticas de que se tem conhecimento. Podemos apontar como responsáveis por tais obras Yaska (VI a.C.), Panini (IV a.C.), e os comentadores Pingala (II a.C.), Katyayana e Pantandjáli (II a.C.) (KRISTEVA, 1969). Além dos povos anteriormente citados, concepções mítico-teológicas referentes à linguagem podem ser encontradas nos povos antigos da África, das ilhas do Pacífico e entre os maias da América.

Contudo, a influência de tais concepções no modo como os povos ocidentais compreenderam e estruturaram, no instante primevo, seu pensamento acerca do fenômeno linguageiro, em que pese a sua relativa importância e conhecida influência (lembramos da adaptação do silabário fenício aos dialetos helênicos, por volta do século VII a.C.), não representaram o cerne da revolução técnico-linguística (AUROUX, 1992) iniciada na Hélade. Se quisermos identificar a fonte original do pensamento linguístico ocidental, devemos

perscrutar a produção dos pensadores gregos. Durante o período helenístico, esses pensadores foram responsáveis diretos por uma tradição que atravessou mais de dois milênios e que foi legitimada pelas elites simbólicas das diferentes sociedades instaladas no que se convencionou denominar ocidente (DIJK, 2015). Hodiernamente, tal tradição preserva o *status* de guardião das normas de conduta linguística, assumindo o rótulo de Gramática Normativa (VIEIRA, 2018).

Se remontarmos ao período helênico (Idade do Ouro na Grécia antiga), constataremos que já Platão considerava que o uso correto do nome (*ónoma*) consistia em uma virtude necessária para que o indivíduo pudesse expressar uma opinião verdadeira (*alethésdoxa*). Cabe ressaltar, todavia, que Platão não estava interessado na linguagem em si mesma – a qual, diga-se de passagem, esse pensador considerava como um mal necessário, tendo em vista que essa representava mais um problema do que uma solução na busca pela verdade –, mas no conhecimento correto da coisa em si (*autó*). Para o pensador ático, a linguagem era fruto da reminiscência, margem corrupta, atravessada pelo rio do esquecimento, barreira ao conhecimento da “essência imutável, verdadeira, estável, sempre idêntica a si mesma, que é a própria coisa (*autó*)” (NEVES, 2002, p. 18).

Por sua vez, o período helenístico é responsável por refletir acerca da produção filosófico-literária da época anterior, direcionando o fruto dos esforços herdados para o ensino e aprendizado da linguagem expressada pelos *aedos* (poetas), sobretudo Homero, bem como na oratória pública (tendo em vista que o homem é compreendido como *zôon politikón*, animal político), apoiada nos ensinamentos da retórica sofística e aristotélica, assim como nos postulados da filosofia platônica no que concerne ao uso justo da *nôus* (inteligência).

A ênfase desse segundo momento recai na preservação, memorização e reprodução dos modelos de pensamento e produção linguística realizados no período helênico. É nesse contexto que é gestada a *téchne grammatiké* (arte gramatical). Entretanto, isso não seria possível sem:

- a) a vivência linguística através de uma tradição, de uma história: e aí se vai à poesia grega fundante; lembre-se, por exemplo, a Odisseia;
- b) a teoria de análise: e aí se vai à filosofia grega fundante; lembre-se, por exemplo, a tensão sobre o caráter lógico, ou analógico, da linguagem, ponto fulcral na compreensão do comportamento linguístico. (NEVES, 2012, p. 26).

Sem dúvida, sem a vivência linguageira através de uma tradição “não se teria elaborado uma gramática da língua entre um povo que não tivesse uma atividade de produção linguística a ensejar reflexão sobre a linguagem: e aí entra, nos primórdios, o testemunho da literatura” (NEVES, 2012, p.26). Portanto, o surgimento dos estudos gramaticais está estreitamente vinculado à vivência da literatura na Grécia antiga. Cabe destacar que essa vivência tinha como canal de transmissão o canto mnemônico dos *aedos* viajantes, que se, por um lado, memorizavam grandes trechos dos textos homéricos e hesiódicos, por outro, improvisavam o canto de certas passagens.

Já o embate entre as posições que consideravam a linguagem como um acontecimento de caráter lógico ou analógico resultou em dois movimentos epistemológicos que, em última instância, atravessaram os séculos originando os mais diversos tipos de paradigmas teóricos, além de revelar a essência heteróclita dos fatos linguísticos, a resistência da linguagem em ser alocada em caixas.

Ainda assim, no instante em que surgem as primeiras obras dos gramáticos alexandrinos, a teoria de análise dominante foi a que buscava fundamento na lógica aristotélica. A influência do *Organon* (2005) sobre as reflexões desses gramáticos foi determinante, a tal ponto que a gramática integrou um sistema tripartite de conhecimentos acerca das relações entre a linguagem e o pensamento, o *trivium* (a ciência do *logos*), composto por três artes: a Gramática, a Retórica e a Lógica. À Gramática, coube o estabelecimento do uso correto da linguagem. À Lógica, o direcionamento da *psique* para o modo veritativo do exercício do raciocínio. À Retórica, o ensino dos modos de enfrentamento e convencimento discursivos, a face agonal do uso social da linguagem. Entretanto, cabe destacar o protagonismo que a Lógica exerceu no âmbito das três artes.

Em relação à Gramática, a lógica aristotélica forneceu as categorias que estruturaram a metalinguagem desenvolvida pela tradição. Essas categorias compõem um sistema metafísico em que qualidades são atribuídas a substâncias (SIMPSON, 1976, p. 30). Desse modo, podemos verificar em obras de viés tradicional uma definição como “substantivo é a palavra com que designamos ou nomeamos os seres em geral” (CUNHA; CINTRA, [1985] 2007). No caso, uma definição que extrapola o domínio estritamente linguístico.

Nesse quadro, ganha destaque o papel do *kritikós* (amante do *logos*) e do *gramatikós* (protetor da virtuosidade presente na palavra dos poetas contra os usos espúrios,

predominantes nos diversos centros populacionais do período helenístico). O *gramatikós* (figura de maior relevância para a discussão aqui ensejada) era considerado autoridade máxima no que concernia ao uso correto e puro da língua de prestígio (o dialeto ático).

Entrementes, os primeiros estudos rigorosamente estruturados acerca da língua de prestígio na Grécia antiga foram realizados pelos filólogos alexandrinos. Consistiam esses estudos numa atividade técnica (NEVES, 2002) e se contrapunham à exegese e à crítica das grandes produções helênicas. Dentre esses primeiros filólogos, é considerado expoente Dionísio, o Trácio, que, em seu manual, conceitua a gramática como “o saber empírico da linguagem dos poetas e dos prosadores” (DIONÍSIO DA TRÁCIA *apud* KRISTEVA, 1969, p. 123). Nota-se, por conseguinte, que o objetivo de Dionísio é a sistematização e o estabelecimento de modelos para o uso ideal da língua, que consiste na imitação (*mimesis*) da linguagem poética oriunda dos *aedos*. Podemos constatar, também, já nesse estudioso alexandrino, as sementes que germinaram no solo da tradição gramatical em língua portuguesa (seja no Brasil seja em Portugal), que forjou suas obras gramaticais com base na linguagem produzida pelos escritores clássicos das literaturas brasileira e portuguesa.

Por outro lado, a produção gramatical grega não se identifica de todo com o modelo de gramatização que atravessará dois milênios e se fará presente nos dias atuais (AUROX, 1992). É importante destacar que os estudos alexandrinos se debruçam sobre as classes de palavras e suas flexões, o que permite entrever a nítida relação entre a *teckné grammatiké* e os postulados lógicos, de matriz aristotélica, explicitados no *Organon*. Neves (2002, p. 36) afirma que: “na verdade, a organização gramatical dos gregos pode separar-se sob três aspectos: os elementos, as classes do discurso e as chamadas categorias gramaticais”.

Por decorrência do exposto no parágrafo anterior, fica clara a ausência da Sintaxe na obra de Dionísio. De fato, é Apolônio Díscolo (séc. II), na obra *Da sintaxe*, o responsável pela inclusão dessa disciplina no conjunto do pensamento gramatical até ali produzido. Considerado o patrono da arte gramatical, o pensamento desse filólogo influenciará a produção de doutrinas gramaticais nos séculos seguintes, nas diferentes línguas ocidentais. Apolônio compreende a Sintaxe como a relação das diferentes categorias do discurso para a construção do enunciado. Acerca desse filólogo, Borba (2002, p. 09) afirma “que incluiu a sintaxe como parte da gramática tecendo comentários novos sobre as partes da oração e o encadeamento delas na frase”.

A continuidade e o desenvolvimento do pensamento gramatical produzidos pelos alexandrinos são atribuídos aos gramáticos latinos, que, ao elegerem como modelo a proposta grega, sobretudo a de Apolônio, levaram tal proposta ao seu desenvolvimento máximo (VIEIRA, 2018). A continuidade do pensamento grego no âmbito da reflexão gramatical latina torna-se evidente ao considerarmos a denominação que Suetônio, na obra *De Grammaticis et Rhetoribus*, atribui aos primeiros gramáticos latinos, qual seja, *semigraeci* (quase gregos).

O apogeu dos estudos gramaticais praticados em Roma se dá nas obras de Varrão (I a.C.), Quintiliano (I a.C.), Donato (IV d.C.) e Prisciano (V d.C.). Varrão remonta à querela grega entre analogistas e anomalistas (*De lingua latina*). Em contexto latino, denominou-se essa disputa de naturalistas *versus* convencionalistas. Kristeva (1969, p.141) resume esse conflito nos seguintes termos: “os analogistas consideravam que o domínio não linguístico se refletia no domínio gramatical, enquanto os anomalistas defendiam a tese inversa: para eles, existe uma diferença nítida entre categorias reais e as categorias gramaticais”. Todavia, Varrão opta por unificar os dois posicionamentos em sua doutrina gramatical. Para ele, a língua possuía tanto irregularidades quanto regularidades com os entes extralinguísticos que as palavras representavam. Para esse pensador latino, o objetivo da gramática deveria ser postular “as regras de um uso linguístico considerado correto (isto é, geralmente conforme as categorias lógico-gramaticais gregas), em vez de fazer dessa gramática um estudo *descritivo* que descubra as particularidades de cada nova língua ou de cada novo estilo que aborda” (KRISTEVA, 1969, p. 141). Além de destacar o objetivo precípua da Gramática, Varrão define essa disciplina nos seguintes termos:

A gramática tem a sua origem no alfabeto; o alfabeto representa-se sob a forma de letras, as letras juntam-se em sílabas; uma reunião de sílabas produz um grupo sonoro interpretável; os grupos sonoros interpretáveis juntam-se em partes do discurso; é no discurso que se desenvolve o falar bem; exercitamo-nos no falar bem para evitarmos os erros (VARRÃO *apud* KRISTEVA, 1969, p. 125-126).

Ecoando a filosofia platônica, Varrão afirma que a Gramática origina-se de *verum boare* (clamar a verdade) e estaria naturalmente vinculada com a realidade. Assim procedendo, ele então propõe uma divisão tripartite para o campo dos estudos gramaticais. Três seriam as disciplinas desse campo: a Etimologia, a Morfologia e a Sintaxe. A Etimologia estaria voltada para a busca da relação original entre as palavras e as coisas do mundo. A Morfologia se debruçaria sobre o estudo da formação e flexão das palavras, distinguindo cinco classes: o nome, o verbo, o particípio, a conjunção e o advérbio. Por último, a Sintaxe abordaria o inter-relacionamento das palavras para a construção da frase.

Em seu turno, Quintiliano, na obra *Institutio Oratoria*, investiga o sistema de *caso*, identificando sete casos para a língua latina, o que difere da constatação dos filólogos alexandrinos no que concerne ao dialeto ático, que apresentaria seis casos. Kristeva (1969, p. 128) afirma que Quintiliano

Pensava que a diferença de sentido entre os casos podia corresponder a uma diferença de “estrutura” entre as línguas em questão. Ora Quintiliano parece ter feito um erro que Prisciano corrigiu mais tarde: reduziu o caso a uma única acepção esquecendo que um caso pode ter várias e pode exprimir assim variações de modalidade sem que seja necessário introduzir um novo caso.

Entrementes, é a Prisciano que se devem, no domínio da gramática latina, as reflexões mais aprofundadas acerca da Sintaxe. Nas *Institutiones Grammaticae*, embasado nos preceitos de Apolônio, esse gramático institui o estudo sintático da língua, sem que disso possamos deprender sobreposição total ao modelo do filólogo alexandrino. De fato, se em Apolônio encontramos proposições de natureza sintática, em Prisciano encontramos a primeira teoria sintática relativamente acabada no continente europeu. Para Kristeva (1969, p. 149), a “concepção da sintaxe, exposta nos livros XVII e XVIII das suas *Institutiones*, inspira-se nas teorias lógicas dos gregos e elabora-se segundo uma perspectiva lógica”.

É dessa continuidade histórica, que perpassa os trabalhos de filólogos alexandrinos e gramáticos latinos, que se pode abstrair a concepção lógica constitutiva da Gramática Tradicional ao longo da sua história. À morfologia das partes do discurso (contributo alexandrino) une-se a teoria da sintaxe de Prisciano, ambas revestidas de cimento lógico, o único que poderia, naquele contexto, possibilitar tal união.

Detendo-nos mais um pouco na obra de Prisciano, identificamos dois conceitos de grande importância para sua teoria. O conceito de *oração perfeita*, definido como um conjunto de vocábulos que necessitam de complemento a fim de que possa atingir um valor veritativo e de plenitude proposicional (em termos lógicos), e o conceito de *transitividade*, explicado por Kristeva nos seguintes termos: “há construção *intransitiva* quando diz respeito a pessoa falante, *transitiva* quando a ação passa para outra pessoa, e absoluta quando o verbo não precisa de nenhum caso oblíquo” (1969, p. 133).

Para Prisciano, portanto, o conceito de *transitividade* se desdobrava em três subconceitos, sendo que os dois primeiros apresentam caráter lógico-referencial, pois remontam à ideia aristotélica de que as partes do discurso refletem as coisas do mundo real, no caso, a pessoa a quem se dirige a proposição (pessoa entendida como a substância da

proposição) e o afetamento de uma substância (pessoa) por outra. E o terceiro subconceito é de caráter morfossintático, pois se refere a uma oração em que o verbo não precisa de complementos (para utilizar um termo contemporâneo), representados pelos casos acusativo, ablativo, genitivo e dativo. Seria o caso de uma oração como *chove, amanhece*, em que se diz atualmente que o verbo é *impessoal*.

A importância do conceito de *transitividade* desenvolvido por Prisciano, quando mensurada sua influência nas gramáticas normativas que se produziram até os dias atuais, é inegável, embora tenha sofrido algumas modificações nos séculos seguintes à sua gênese. Na próxima seção, analisaremos pormenorizadamente a influência desse conceito em cinco obras de viés tradicional, desenvolvidas por autores oriundos da tradição gramatical brasileira. Essas são algumas das questões que buscaremos responder: (i) Como o conceito de transitividade criado por Prisciano foi desenvolvido pela tradição gramatical? e (ii) Justifica-se essa importância que lhe é dada?

## **1.2 O conteúdo socioideológico da gramática tradicional no Brasil e a sua influência sobre o conceito de transitividade**

As primeiras gramáticas de base teórica tradicional desenvolvidas em língua portuguesa datam do período romântico. Deve-se à contextura ideológica, presente naquele momento, a produção dessas primeiras obras.

As ideias irradiadas pelo Romantismo, originado na Alemanha (final do século XVIII) e configurado como um movimento de amplo alcance histórico e cultural, exerceram influência nas artes, na filosofia, na política, dentre outras áreas da vida social europeia e, mais tardiamente, americana, durante as cinco primeiras décadas do século XIX. No Brasil, as ideias defendidas pelo movimento romântico foram responsáveis pela “definição da nacionalidade, com propósitos expressos de reconhecer e valorizar o nosso passado histórico, embora recente, as nossas origens americanas, as tradições e lendas esboçadas, e de investigar o nosso folclore” (CANDIDO; CASTELLO, 1980, p.214).

No processo de construção da noção de brasilidade, a defesa da língua nacional recebeu um papel central, sobretudo porque a *episteme* romântica relacionava a autonomia de um povo com a valorização de sua cultura, sendo a língua um desses componentes culturais.

Tal afirmação pode ser verificada ao estudarmos a primeira obra de natureza gramatical publicada no Brasil, o *Compêndio de Grammatica Portugueza*, de autoria do padre Antônio da Costa Duarte, publicado em 1829, logo, durante o período em que a ideologia romântica exercia mais força.

Podemos delinear dois aspectos comuns entre os estudos gramaticais greco-latinos e os praticados pelos gramáticos brasileiros: (i) *sistematização de modelos de bom uso da língua a fim de preservar a pureza do idioma; e (ii) construção de um cânone literário para embasar e legitimar esses modelos*. Para Lyons (1995, p. 21):

os gramáticos tradicionais se preocuparam mais ou menos exclusivamente com a linguagem literária, padrão; e tendiam a desconsiderar ou condenar como “incorreto” o emprego de formas não consagradas, ou coloquiais, tanto no falar como no escrever. Com frequência, deixavam de compreender que a linguagem padrão é, de um ponto de vista histórico, tão somente o dialeto regional ou social que adquiriu projeção, tornando-se o instrumento da administração, da educação e da literatura.

No que concerne à dimensão socioideológica, a constatação de que os estudos gramaticais de viés normativo se pautaram pelo desenvolvimento de modelos de bom uso da língua, assim como pela eleição de alguns escritores para a construção de um cânone a ser seguido, favorece a ideia de que a Gramática Tradicional consiste, de fato, em um paradigma de gramatização. Como diz Vieira (2018), essas ideias se fizeram presentes em todos os momentos da história em que gramáticas tradicionais foram produzidas, e, por isso, podemos afirmar a existência desse paradigma teórico.

### 1.2.1 A transitividade na tradição gramatical brasileira

De maneira geral, e contemplando nossa própria experiência como estudantes da educação básica, o ensino da transitividade nas aulas de língua portuguesa se apoia numa prática gramatical logicista, de base platônico-aristotélica, e nos posicionamentos da gramática filosófica, sobretudo de *Port Royal*, de Arnauld e Lancelot ([1660] 1992). Por isso, o ensino desse conceito é ideologicamente centrado nos valores de correção, de beleza e de verdade, tomando como escopo o uso linguístico dos escritores clássicos da literatura brasileira e portuguesa, ou orações descontextualizadas, muitas vezes selecionadas pelos professores para a corroboração de suas teses, o que acaba por evidenciar um ensino eminentemente taxionômico, voltado para a memorização da nomenclatura em prejuízo da

reflexão acerca dos problemas que a gramática da língua portuguesa impõe a todos os que sobre ela se debruçam. Trata-se, portanto, de um ensino normativo.

Não podemos, todavia, atribuir aos professores total responsabilidade sobre essa situação, pois, na maioria das vezes, a hegemonia que a doutrina gramatical normativa exerce é tão premente, que a docência de língua portuguesa acaba por se tornar refém de forças coercitivas oriundas de diferentes esferas da sociedade. Além disso, podemos afirmar de maneira geral que as discussões realizadas pela Linguística dificilmente chegam às salas de aula. Desse fato, resulta que as fontes de pesquisa dos professores são principalmente compêndios gramaticais dos renomados gramáticos da língua, dicionários que desconsideram o funcionamento real da língua, a NGB e livros didáticos que se restringem à abordagem tradicional.

Sob o controle social exercido pelas elites simbólicas do poder no Brasil, a gramática tem sido utilizada como instrumento de modelização dos usos corretos da língua, e concomitantemente, como instrumento de exclusão de usos considerados marginais (notadamente, tais usos são os praticados pela maior parte da população brasileira).

Nesta subseção, realizamos um estudo acerca do que as obras de viés tradicional dizem a respeito da transitividade em suas lições sintáticas. Para tal, escolhemos as seguintes obras: *Gramática Secundária e Gramática Histórica da Língua Portuguesa* ([1923] 1964), de Manuel Said Ali; *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* ([1972]2000), de Carlos Henrique da Rocha Lima; *Moderna Gramática Brasileira* ([1976] 2002), Celso Pedro Luft; *Novas Lições de Análise Sintática* ([1985] 2001), por Adriano da Gama Kury; e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* ([1985] 2007), de Celso Cunha e Lindley Cintra. A discussão intenciona apresentar uma visão panorâmica das doutrinas. Em face disso, optamos por apresentá-las em conjunto, e não compartmentalizadas em subseções.

Em seu compêndio gramatical, Manuel de Said Ali opta por fundamentar o conceito de transitividade nas relações de substituição morfológica que podem ser operadas a partir da substituição dos complementos por pronomes e numa oposição entre verbos transitivos e verbos intransitivos (SAID ALI, [1923] 1964, p. 94-95):

TRANSITIVO é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais O, A, OS, AS. [...] INTRANSITIVOS são os verbos que não necessitam de outro termo [...] e bem assim aqueles cujo

sentido se completam com substantivo regido de preposição. Se este substantivo tiver a partícula *a*, usar-se-ão em seu lugar as formas pronominais *lhe*, *lhes*.

Para o autor, quanto à transitividade, os verbos se dividem unicamente em transitivos e intransitivos. No que tange aos transitivos, não haveria a subclassificação entre transitivos diretos e indiretos. Os indiretos (dos quais o autor não trata, mas que são arrolados na maioria das gramáticas) são, ainda segundo o autor, verbos intransitivos. Mas, novamente, diagnosticamos o uso indiscriminado de critérios, pois *completude de sentido* é uma noção semântica e *substantivo* uma categoria morfossintática, em que pese o fato de sua definição ser de natureza semântica na tradição gramatical.

Muitos gramáticos tradicionais compreendem a transitividade como um fenômeno de regência, ou seja, a partir de uma relação hierárquica que se estabelece entre um *termo regente*, que rege a presença e a forma de seus complementos, ou *termos regidos*. Para a Gramática Tradicional, a regência é um fenômeno formal (sintático/construcional), relacionado à obrigatoriedade da presença do *termo regido* em face do *termo regente*. No caso da regência verbal (foco de interesse desta seção), a regência diz respeito à relação do verbo com o objeto direto e/ou indireto. Ao retomar a temática da regência na ambiência tradicional, Perini (2009, p. 160) afirma que para a tradição gramatical:

Tanto no caso da transitividade verbal quanto no da nominal, a exigência do termo regente não se limita sempre à presença de algum complemento. O termo regente pode estimular certos traços da forma desse complemento; tipicamente o termo regente exige a presença de uma preposição específica. Assim, (...) o complemento de *gostar* vem com a preposição *de*; o de *comer* vem sem preposição; o *desfavorável* vem com a preposição *a*, e assim por diante

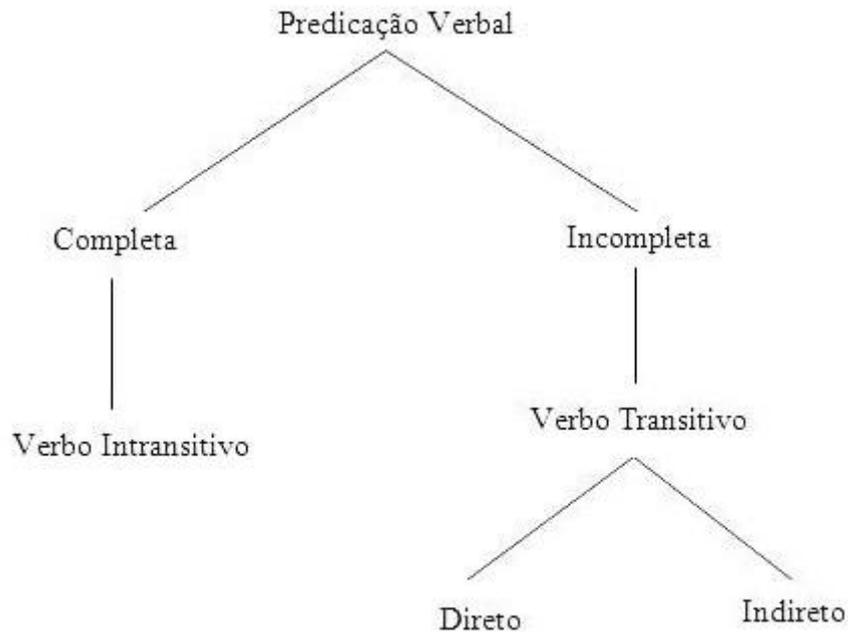
Conforme Perini (2009), existem cinco tipos de regência verbal nas doutrinas tradicionais. Todavia, o estudioso adverte para a existência da regência nominal, embora só se refira ao caso do sintagma nominal, não abordando esse fenômeno no tocante ao sintagma adjetival e ao adverbial. Diz-nos esse linguista que:

Essas cinco categorias cobrem a maior parte dos fenômenos comumente denominados “de regência”. Há outros casos, entretanto, que apresentam semelhanças com esses e poderiam, a rigor, ser considerados também como manifestações da relação de regência. Pode-se mencionar a rede de compatibilidades que funciona dentro (e em torno) do sintagma nominal (PERINI, 2009, p. 161).

Os compêndios gramaticais, inclusive os aqui estudados, abordam a transitividade nas seções destinadas aos fenômenos de regência e/ou ao tratamento do conceito e da classificação dos tipos de predicado, determinando ligeiramente quatro tipos de verbos no que concerne à sua transitividade: transitivos diretos, transitivos indiretos, transitivos diretos e

indiretos, intransitivos. Com exceção de Said Ali ([1923] 1964), que considera verbos com objeto indireto como intransitivos, e sem o acréscimo do verbo transitivo adverbial de Rocha Lima ([1972] 2000) e Kury ([1985] 2001), o esquema de Luft ([1976] 2002), apresentado na figura abaixo, resume o posicionamento geral das gramáticas aqui analisadas:

Figura 1– Classificação da transitividade dos verbos segundo a Gramática Tradicional.



Fonte: Luft ([1976] 2002).

Com base na síntese geral das propostas apresentadas pelas obras analisadas nesta seção, podemos elencar cinco pontos de convergência:

- 1- A Transitividade é uma propriedade do verbo;
- 2- Verbos são unidades discretas;
- 3- A transitividade é um fenômeno sintático, mas que em suas explicações constam noções lógicas, formais e semânticas;
- 4- A Transitividade é a ação de um agente sobre um paciente (o objeto direto);
- 5- A Transitividade é um fenômeno de regência.

Os gramáticos prescritivistas afirmam ser a transitividade uma propriedade dos verbos de selecionarem um sujeito agente e um objeto direto paciente, mas, ao elencarem os tipos de transitividade, assumem a existência de orações transitivas indiretas (ou seja, com objeto indireto, como “Maria assistiu ao jornal”, “Vânia deu um presente ao neto”) que tendem a não

apresentar um paciente. Ao considerar a Transitividade como a ação de um sujeito agente sobre um objeto paciente, excluem-se desse rol inúmeras estruturas oracionais que não exprimem ação. Como, por exemplo:

- a) Todos o consideravam como um aventureiro (ROCHA LIMA, [1972] 2000, p. 240)
- b) Ela invejava os homens (CUNHA; CINTRA, [1985] 2001, p. 150)
- c) Gosto dele. (LUFT, [1976] 2002, p. 58)

Embora não seja o propósito da Gramática Tradicional, podemos verificar que, se o uso linguístico fosse considerado, haveria a adoção do postulado de que as unidades lexicais e gramaticais apresentam caráter multifuncional, podendo assumir diferentes papéis de acordo com as necessidades e possibilidades do evento comunicativo. Por conseguinte, a classificação dos verbos não se daria *a priori*, mas respaldada pelo uso em contexto. Todavia, a tradição gramatical brasileira estuda a língua não em sua realidade própria (a qual é o contexto motivador das ocorrências), mas a partir de uma perspectiva dedutiva, que parte de premissas advindas unicamente do processo reflexivo do estudioso (razão da classificação apriorística do verbo) e de um entendimento de que as categorias gramaticais são estanques. Além disso, outros fatores complicadores se fazem presentes: (i) mistura indiscriminada de critérios (sem menção a essa “mistura”); (ii) falta de coerência na análise dos dados; e (iii) conceitos encerrados, como se contemplassem todos os fatos da língua (sem referência às estruturas que não se enquadram nessas definições).

Retornando a Said Ali ([1923] 1964), podemos observar que, para esse autor, os verbos nocionais dividem-se em transitivos e intransitivos, sendo que transitivos são os verbos que completam seu sentido com um substantivo, podendo comutar-se esse substantivo com as formas pronominais átonas *o*, *a*, *os*, *as*. Já no caso dos verbos intransitivos, duas situações são possíveis: na primeira situação, o predicado é constituído apenas do verbo, ou de verbo mais adjunto adverbial; na segunda situação, o complemento que figura no predicado verbal é formado por substantivo antecedido de preposição, e quando a preposição que o antecede for *a*, pode-se comutar o complemento pelas formas pronominais átonas *lhe* e *lhes*. Para nós, é perceptível que Said Ali abordou essa distinção em termos semânticos, pois o fator decisivo para a transitividade ou intransitividade do verbo é a sua completude ou incompletude de sentido.

Explicitamente, Rocha Lima ([1972] 2000, p. 340) concede ao verbo a posição de termo mais importante da oração e unidade em que se manifesta a transitividade:

Sendo verbo a palavra regente por excelência, cumpre proceder sempre à verificação da natureza dos complementos por ele exigidos. O complemento forma com o verbo uma *expressão semântica*, de tal sorte que a sua supressão torna o predicado incompreensível, por omissivo ou incompleto.

No que concerne à transitividade, Rocha Lima ([1972] 2000) a considera uma propriedade dos verbos nocionais, reiterando o discurso de que verbos que não precisam de complementos são intransitivos; os que se complementam com objeto direto, transitivos direto; os que se complementam com objeto indireto, transitivos indiretos; e os que se complementam concomitantemente com os dois tipos objetos, bitransitivos (seria o transitivo direto e indireto da NGB). Contudo, esse autor introduz duas novas categorias de verbos transitivos, sendo essa sua grande contribuição a respeito do tema para o PTG. Com base nessas duas novas classes, teríamos os verbos transitivos que necessitam de complemento relativo (precedido por preposição), denominados de transitivos relativos, e os verbos que exigem complemento circunstancial (também antecedido por preposição), transitivos circunstanciais.

Dentre todos os estudiosos aqui analisados, Rocha Lima ([1972] 2000) foi o primeiro a relacionar o uso do verbo em situações comunicativas e a classificação relativa à sua transitividade. Por isso, compreendemos que, no que tange à transitividade, seu posicionamento é não categórico. Dentre todas as propostas tradicionais analisadas nesta seção, essa foi a que nos pareceu menos problemática, mesmo considerando que o autor ainda evoca uma mistura de critérios para definir o fenômeno, pois, ao tomar o uso efetivamente realizado pelo falante como base, o autor não ficaria enredado por exemplos que apresentassem um mesmo verbo funcionando ora transitivamente, ora intransitivamente.

Luft ([1976] 2002) vai se abrigar no lugar comum em que se encontram a maioria dos gramáticos normativistas. Esse autor atribui ao verbo a propriedade da transitividade, classificando-o em cinco tipos e definindo-o com base na recorrente divisão entre verbos de predicação completa e verbos de predicação incompleta.

Para o autor, o resultado da conexão entre o verbo e seus complementos (Verbo ↔ Complemento) é a predicação ou regência verbal. Quando essa conexão se faz sem necessidade de complemento (objetos), diz-se que o verbo é de predicação completa. Se, pelo

contrário, o complemento é indispensável, tem-se um verbo de predicação incompleta. A este ele denomina de transitivo; àquele, de intransitivo.

Adriano da Gama Kury ([1985] 2001) definiu a transitividade verbal de um modo que em parte se aproxima muito da definição de Rocha Lima ([1972] 2000). Antes, porém, ele remonta à definição de Regência verbal (Predicação) proposta por Luft ([1976] 2002), qual seja: a conexão entre o sujeito, o verbo e seus complementos. Em seguida, ele retoma o posicionamento tradicional, referente à Predicação e a sua classificação dos verbos, porém acrescentando à divisão tradicional mais uma classe, a dos transitivos adverbiais.

Por fim, assim como Rocha Lima ([1972] 2000), o autor afirma, de maneira inovadora, (com relação à GT) que a predicação verbal depende de seu emprego na frase. O autor, portanto, oscila entre uma posição prescritivista e outra menos normativa, que busca resolver a problemática da classificação dos verbos em relação à sua transitividade.

A consideração dos verbos que necessitam de um complemento adverbial de lugar como transitivos reflete outra aproximação com Rocha Lima ([1972] 2000) expressada por Kury ([1985] 2001). Isso é, de certa forma, inusitado, quando tomamos em consideração os seus pares, que tendem a considerar esses verbos como casos de intransitividade. Entretanto, é relevante esse posicionamento do autor, uma vez que o complemento adverbial de lugar é de fundamental importância para a completude semântica do verbo, e a sua ausência prejudicaria a unidade semântica da frase. Para assumir essa perspectiva, Kury ([1985] 2001) recorre também às proposições de Albert Sechehaye, citando a seguinte fala desse autor:

certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar; estar, ficar, morar. etc.), quando pedem um COMPLEMENTO ADVERBIAL DE LUGAR que lhe integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por TRANSITIVIDADE a necessidade de um complemento que vem acabar uma ideia insuficiente em si mesma (SECHEHAYE *apud* KURY, [1985] 2001).

Sobre a questão dos verbos intransitivos, Kury ([1985] 2001) não realiza nenhum avanço com relação aos seus antecessores. O autor afirma que os verbos intransitivos são aqueles que “contêm em si toda a significação do predicado sem acréscimo de complemento” ([1985] 2001, p. 27). E realiza a seguinte indicação de quais tipos de verbos são tipicamente intransitivos:

- Verbos de fenômenos naturais ou acidentais.
- Alguns verbos de ação, como *dormir, trabalhar, voar*.
- Verbos de movimento ou de situação, como *chegar, permanecer*.

No eixo da GT, Adriano da Gama Kury introduziu uma perspectiva que buscou flexibilizar a discretização do funcionamento dos verbos, remetendo a sua classificação ao contexto frasal. Ou seja, para ele, por mais que um verbo ocorra majoritariamente como intransitivo, nada pode, de antemão, garantir que, em certa oração, ele não venha a funcionar como transitivo. É de extrema relevância sua contribuição para a compreensão de que o complemento adverbial não pode ser encarado como algo descartável, o que acarretaria prejuízo para a significação da estrutura, pois ele é tão necessário a alguns tipos de verbos, que a sua presença se torna fundamental em muitas construções em que esses estejam presentes.

Assim como Said Ali ([1923] 1964), Cunha e Cintra ([1985] 2007) compreendem a transitividade como pertencente aos verbos significativos (nacionais), com a diferença de que, para estes, os verbos que apresentam complemento antecedido por preposição são classificados como transitivos, e não como intransitivo (como considerava Said Ali). Os autores não propõem nada novo em relação ao estudo dos verbos transitivos, limitando-se a reproduzir a tradicional quadripartição dos verbos quanto à sua transitividade. Assim, para eles, temos um verbo intransitivo quando “a ação não vai além do verbo”; transitivo, quando o processo verbal não está integralmente contido no verbo, sendo que os transitivos “podem ser DIRETOS, INDIRETOS ou DIRETOS e INDIRETOS ao mesmo tempo” (CUNHA; CINTRA, [1985] 2007, p. 150).

Podemos constatar, após a análise das obras acima citadas, a reprodução, com pequenas alterações e de maneira muitas vezes apriorística, de toda uma tradição de ensino da transitividade tonalizada por uma *episteme* que lança explicações sobre os fatos de linguagem, refutadas pelos próprios fenômenos linguísticos. Entretanto, não devemos rejeitar de todo os saberes produzidos pelo PTG, pois os problemas detectados na concepção da transitividade não diminuem os méritos conquistados por esse paradigma teórico, quais sejam: ter fundamentado o primeiro saber linguístico no Ocidente, o saber gramatical; ter levantado as primeiras questões acerca dos fenômenos gramaticais, questões que continuam a impulsionar investigações até hoje, como as questões referentes à transitividade; e ter fornecido as primeiras bases para o ensino das línguas naturais desde o início da Idade Moderna, o que foi

fundamental no processo de construção das identidades nacionais, bem como para a organização das instituições sociais desses Estados.

Nos próximos dois capítulos, discutiremos a fundamentação teórica que sustentou o estudo das funções textuais das cláusulas relacionais nas estruturas das sequências relatadas, assim como a análise das configurações léxico-gramaticais assumidas por essas construções nos dados do nosso *corpus*.

Esperamos que a discussão realizada neste capítulo acerca da transitividade na perspectiva tradicional possa ser cotejada com a perspectiva teórica funcionalista assumida por este trabalho. Destacamos a presença de pontos de contato entre a proposta tradicional e a sistêmico-funcional, inclusive no que diz respeito às cláusulas relacionais.

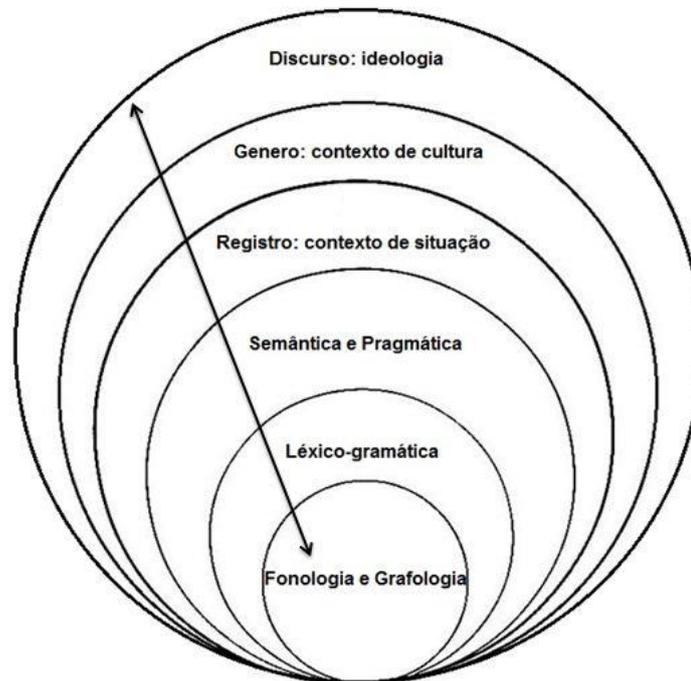
A importância em explicitar esses pontos de contato se dá em decorrência do fato de que a Gramática Tradicional é o paradigma de conhecimento lingüístico hegemônico em nossa sociedade. Mais do que isso, esse paradigma sedimentou o solo em que vicejaram os mais diferentes pontos de vista acerca da linguagem, sobretudo no ocidente. A sua permanência não se deve unicamente à importância que as elites culturais lhe concedem. Como aponta Perini (2009), há muito da herança tradicional presente na própria *práxis* dos cientistas da linguagem, presença que não se limita à utilização de certos termos da tradição, mas que demonstra sua vitalidade nas elucubrações realizadas pelos lingüistas teóricos, como no caso da teoria desenvolvida por M. A. K. Halliday e colaboradores.

O reconhecimento dessa importância nos impulsiona à busca de um diálogo frutífero e algo simbiótico entre os dois campos de estudos da linguagem. Acreditamos que por essa via poderemos avançar sobre as questões prementes que se nos apresentam na lida com a língua, seja na lida investigativa que representa a pesquisa acadêmica no campo da Linguística, seja (principalmente) na lida educativa, em que se busca um ensino de língua democrático e plural. Negar a GT é negar o percurso que nos trouxe até aqui e que representa, muitas vezes, o ponto de partida de nossas reflexões. Restringir-nos a esse arcabouço de conhecimentos significa a completa omissão frente às questões cruciais que se nos apresentam hoje. O caminho do diálogo nos parece, de fato, a via que nos conduzirá a um estado de relativa homeostase, Talvez um dia atingiremos uma *episteme* fundamentada pela convergência das diferentes perspectivas em confronto, uma verdadeira pancronia da reflexão sobre os fenômenos lingüísticos.

## 2 CONTEXTO DE CULTURA: AS ESTRUTURAS TEXTUAIS E A VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA

A Linguística Sistêmico-Funcional é uma teoria que fornece explicações para o funcionamento da linguagem como um todo, considerando os diferentes estratos envolvidos no uso linguístico. A figura abaixo apresenta esses estratos:

Figura 2 – Estratos linguísticos e contextuais da linguagem.



Fonte: Fuzer e Cabral (2014, p. 25).

Percebemos que os estratos linguísticos (fonografológico e léxico-gramatical) são englobados pelos extratos extralinguísticos (semântico-pragmático, contextual e ideológico). A inserção de um estrato em outro, todavia, não caracteriza uma organização *top-down* ou *bottom-up*, mas uma trajetória bidirecional em que cada estrato é determinante e determinado em relação a um estrato mais ou menos geral.

A arquitetura da linguagem apresentada pela figura anterior situa o texto nos dois contextos distinguidos pela teoria sistêmico-funcional, quais sejam: o *contexto de situação* e o *contexto de cultura*. O *contexto de situação* é definido por Halliday e Matthiessen (2014) como a ambiência imediata em que o texto funciona. Contudo, a consideração desse contexto não é suficiente para a compreensão dos textos, tendo em vista que informações de base histórico-cultural e vivências originadas no engajamento em certas práticas sociais são fatores

também implicados pelo processo semiótico. Desse modo, para que um texto faça sentido, é preciso levar em consideração o *contexto de cultura*, a ambiência mediata em que o texto funciona, onde estão situadas práticas oriundas de diferentes sociedades e práticas institucionalizadas em grupos sociais dentro de uma mesma sociedade (como a escola, a igreja etc.). Tais práticas apresentam orientações ideológicas bem definidas no campo das práticas culturais de uma determinada sociedade.

O *contexto de situação* é instanciado por diferentes tipos de situações (MARTIN, 1992). O tipo de situação é o significado que Martin (1992) atribui ao conceito de *registro*. Há, nesse sentido, uma diferença entre o conceito de *registro* proposto por Halliday (1985) e o que propõe Martin (1992). Para Halliday (1985), o registro está no âmbito da língua, sendo o conjunto de variáveis linguísticas (*campo, relação e modo*) que instanciam o *contexto de situação*. Já para Martin (1992), assim como para os pesquisadores filiados à Escola de Sidney, o registro está no âmbito do contexto.

Nessa perspectiva, um conjunto de indivíduos que utilizam a linguagem com fins semelhantes acaba por desenvolver “tipos comuns de textos escritos e falados, ou seja, *gêneros* que alcançam objetivos comuns” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 29). Por isso, os gêneros textuais estão situados, segundo a Linguística Sistêmico-Funcional, no *contexto de cultura*. Nesse sentido, assim como a cultura não é estática, sendo resultado de processos históricos, os gêneros são dinâmicos, sofrendo diversas modificações ao longo do tempo, desde que os propósitos sociais de que tiveram origem sofram mudanças. Podemos discernir a influência da definição de gênero proposta por Bakhtin ([1929] 2000), segundo a qual os gêneros consistem em tipos relativamente estáveis de enunciados.

Assim como o propósito social é o fator determinante para a compreensão do texto como pertencente a determinado gênero, as variáveis do contexto de situação são determinantes para a compreensão do texto na situação imediata de sua ocorrência. Desse modo, no *contexto de situação*, há que se considerar o tipo de atividade realizada (o *campo*), os papéis sociais assumidos pelos participantes (as *relações*), bem como o papel da linguagem, a forma como os participantes compartilham a mensagem, o canal e o meio (o *modo*).

Para a LSF, podemos afirmar que “o contexto está no texto” (EGGINS, 2004, p. 7). A dimensão contextual permite que o texto faça sentido para alguém. Sem considerarmos tal

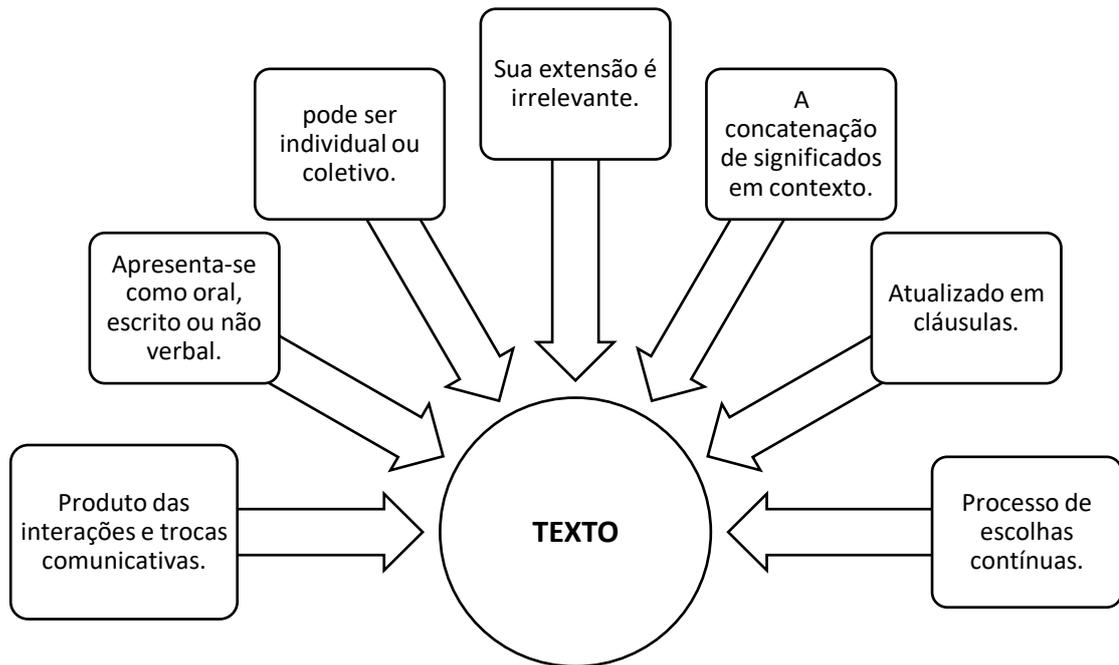
dimensão, o texto consistiria unicamente em um constructo semântico, o que o tornaria *causa sui*, estando restrito ao eixo ontológico da linguagem. Por isso, Halliday e Matthiessen (2014, p. 04-05) definem essa entidade semântica como “qualquer instância da linguagem, que faz sentido a alguém que conhece a linguagem”. Há que se observar o elemento intersubjetivo da definição. Esse elemento aponta para *o texto* como uma troca social de significados, pois os significados não são propriedade do autor de um determinado texto, mas de qualquer indivíduo que conheça o sistema semântico de uma determinada língua. Esse sistema não é uma herança social de caráter virtual, como na teoria saussuriana, mas resultado de uma construção que o indivíduo realiza com base em suas experiências sociais.

Logo, na base da construção do próprio sistema semântico está presente a pressão contextual. Depreende-se, à vista disso, que a semântica é fundamentada no conhecimento de mundo do sujeito, o que desnuda o caráter cognitivo que a Linguística Sistêmico-Funcional atribui ao campo semântico da linguagem.

Desse modo, ao definir o texto como uma entidade semântica, Halliday e Matthiessen (2014) compreendem que o significado de um texto existe em função dos contextos de situação e cultura, fundamentos que são do inter-relacionamento entre os sistemas semióticos em uma determinada sociedade (dentre eles, a linguagem, que é construída e constrói em contínua interação com os outros sistemas).

No âmbito da teoria sistêmica, Gouveia (2009) apresenta algumas especificidades do *texto*:

Figura 3 – As especificidades do texto no Funcionalismo Sistêmico-Funcional.



Fonte: elaboração própria com base em Gouveia (2009).

Os textos são resultado do uso linguístico em contextos de situação, sendo passíveis de materializações diversas, tendo em vista que refletem a variação que se instala na linguagem a partir das variáveis contextuais de campo (a atividade que está sendo realizada), relações (a relação entre os participantes do evento comunicativo) e modo (as diferentes formas de organização da mensagem).

Por outro lado, os textos são englobados por uma estrutura de gênero. A estrutura de gênero é regulada pelo *contexto de cultura*, dimensão contextual em que figuram os costumes, as práticas ideológicas, a vivência grupal, as opiniões sobre o mundo, a consciência subjetiva, entre outros aspectos. Quando falamos em estrutura de gênero, destacamos o fato de que todo gênero textual apresenta uma estrutura potencial (VIAN JR; LIMA-LOPES, 2005) que é organizada em elementos relativamente obrigatórios e em elementos opcionais. No caso dos opcionais, esses elementos possuem a propriedade de recursividade (aparecerem mais de uma vez ao longo do texto).

Denominamos os elementos relativamente obrigatórios de *Etapas*. Eles são responsáveis por definir o gênero do texto. Isso decorre do fato de serem elementos parcialmente previsíveis. As Etapas são determinadas pelo propósito principal de um texto (um texto tem, além do propósito central, outros secundários).

Os elementos opcionais são designados de *fases*. Esses elementos são distribuídos pelas Etapas de um gênero, podendo ocorrer uma ou muitas vezes dentro de uma mesma Etapa, além de poderem constar em mais de uma Etapa, em um mesmo gênero. Daí decorre seu caráter recursivo. Os propósitos secundários de um gênero são apresentados nas diferentes fases. Cabe destacar que as fases também dependem do tipo de texto (gênero textual). Enquanto as Etapas organizam o gênero como um todo, as fases o fazem localizadamente, assim refletindo a variação relativa às diferentes materializações textuais no âmbito de um mesmo gênero.

Neste trabalho, aplicaremos os conhecimentos apresentados pela literatura linguística acerca do gênero *Relato* a trechos relatados por vítimas de violência homofóbica em reportagens. Julgamos que por serem partes de relatos (os trechos foram coletados pelo repórter em entrevistas em que as vítimas relataram suas vivências com a violência homofóbica), os trechos apresentem estruturas típicas do gênero, o que nos permite lançar mão dos conhecimentos que os estudos textuais apresentam sobre essas estruturas.

Utilizaremos o termo sequências relatadas para nos referirmos aos trechos de entrevistas selecionados pelas reportagens. Justificamos essa posição com base na constatação de que diferentemente da designação atribuída a gêneros textuais mais estáveis, o termo relato é tão abrangente que necessita de complemento ou adjunto adnominal para a sua especificação. Em outras palavras, quando lidamos com relatos concretos, é prática relativamente consensual identificar o tipo de relato sobre o qual estamos falando.

No que concerne ao nosso *corpus*, o recorte operado focalizou trechos de entrevistas que trazem narrações de violência homofóbica. Logo, o gênero textual que nos permite acesso à íntegra dos relatos é a *Entrevista*. Contudo, a coleta dos relatos, realizada por nossa pesquisa, se deu no âmbito do gênero *Reportagem*.

Na ambiência das entrevistas, as sequências relatadas são caracterizadas de maneira distinta em relação ao modo em que essas sequências são apresentadas pelas reportagens. Nas entrevistas, podemos ter acesso a todo o conteúdo narrado pelas vítimas. Já nas reportagens, temos acesso somente aos trechos considerados pelo repórter como mais importantes para serem publicados. Por conseguinte, temos acesso somente a uma pequena parte do conteúdo narrado pelas vítimas.

Por essas razões, não consideraremos os relatos como gênero textual (como pode parecer pela designação que as reportagens dão aos trechos selecionados). Sob nossa ótica, essas sequências consistem em materializações textuais da ordem do relatar. A análise dessas sequências, com base no instrumental teórico fornecido por Martin (1992), dentre outros autores, acerca do gênero *Relato*, demonstrou-se eficiente. Contudo, cabe destacar que nesta dissertação não realizaremos uma análise voltada para a categoria de gênero textual, mas para as estruturas textuais componentes das sequências relatadas.

No que concerne ao *Relato*, Martin e Rose (2008) e Rose (2015) defendem que os gêneros são agrupados em famílias de gêneros. Nessa proposta, o gênero *Relato* é considerado como pertencente à família das estórias. Abaixo, apresentamos as fases que podem ocorrer nos gêneros dessa família:

Quadro 1 – Fases dos gêneros da família das estórias.

<b>Fases dos gêneros da família das estórias</b>		
fases descritivas	cenário	apresentando pessoas, atividades, lugares, tempos
	descrição	descrevendo pessoas, lugares, coisas
fases que levam a ação para adiante	episódio	sequência de eventos esperada
	problema	evento inesperado que cria tensão
	solução	evento inesperado que libera tensão
fases avaliativas	reação	sentimentos dos participantes sobre problemas, descrições
	comentário	comentários do narrador sobre pessoas, atividades
	reflexão	sentimentos dos participantes sobre os significados dos eventos

Fonte: Silva (2018).

Se, por um lado, as fases apresentadas no quadro acima ocorrem nos diferentes gêneros da família das estórias, por outro, algumas Etapas podem não apresentar esse caráter recursivo dentro dessa família. Como são as Etapas que definem o tipo de texto, organizando sua estrutura global e determinando seu propósito principal, cada gênero dessa família apresenta Etapas próprias, algumas presentes em mais de um gênero, outras restritas a um determinado gênero. Já as fases acima apresentadas constam em quaisquer gêneros da família, pois estão relacionadas com estruturas locais, em que podemos verificar propósitos secundários, embora vinculados ao propósito central.

Para descrever as Etapas do gênero *Relato*, recorreremos à proposta de Kocher, Marinetto e Boff (2012). Para esses estudiosos, ao produzirmos relatos, utilizamos a

linguagem do dia a dia, na qual estão presentes o vocabulário e a sintaxe mais correntes. Contudo, isso não é uma regra, pois, observado o contexto de situação e, por consequência, o destinatário da mensagem, o falante pode primar por maior elaboração da linguagem empregada. Segundo esses autores, as Etapas que podem ocorrer no gênero Relato são:

Quadro 2 – Etapas do gênero Relato.

<b>Etapas do gênero Relato</b>	
Apresentação	apresenta os eventos que serão narrados, situando no espaço e no tempo, bem como caracterizando os participantes envolvidos nos acontecimentos
Complicação	apresenta o ponto de ruptura da narrativa
Resolução	apresenta o desfecho dos eventos narrados na complicação
Avaliação	apresenta as reflexões e sentimentos do narrador, e as consequências dos eventos narrados em sua vida

Fonte: elaboração própria com base em Kocher *et al.* (2012)

Seguindo os direcionamentos acima apresentados para a análise da estrutura do gênero Relato, realizamos a análise das sequências componentes do nosso *corpus*. Apresentaremos os resultados da análise no capítulo cinco. Por ora, apresentaremos a análise de um relato, feita com base nesse instrumental:

Quadro 3 – Análise de um relato de violência homofóbica integrante no nosso *corpus* (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Complicação</b>	
Cenário	Mesmo namorando há dois anos
problema	Me informaram que não poderia doar sangue
descrição	<i>porque era gay.</i>
problema	Nem colheram para testar
<b>Avaliação</b>	
Reação	<i>Foi tão constrangedor</i>
solução	que nunca mais tentei

Fonte: elaboração própria

A começar pelas Etapas, podemos observar que o relato acima não apresenta todas as Etapas descritas por Kocher, Marinetto e Boff (2012), o que se explica em razão da natureza não categórica das estruturas do gênero. O propósito central de relatar a violência sofrida é organizado pelo narrador desse relato, na estrutura global do texto, em torno de dois propósitos secundários: apresentar a agressão sofrida pelo fato de se identificar como homossexual e relatar a consequência dessa agressão em sua vida. Por isso, o narrador seleciona como Etapas apenas a Complicação e a Avaliação.

Em relação às fases, a única que se apresenta recursiva nesse texto é o problema, que ocorre na Complicação. Ambos os problemas são seguidos de fases realizadas por duas cláusulas relacionais.

Após o primeiro problema (não ter sido autorizado a doar sangue), o autor seleciona a fase descrição com o propósito de explicar o motivo da proibição (o fato de ser gay). Nessa fase, a cláusula relacional exerce a função de descrever a identidade de gênero do narrador, fonte da discriminação. Na segunda fase em que ocorre a outra cláusula relacional (reação), o narrador apresenta o sentimento decorrente de não ter tido seu sangue coletado (segundo problema).

Nos dois casos, as cláusulas relacionais são intensivas atributivas. Contudo, elas diferem substancialmente quanto à natureza do Portador e às funções que realizam no texto. A cláusula “porque era gay” realiza função classificadora, sendo a vítima o Portador representado. Já a cláusula “foi tão constrangedor” realiza função conceitualizadora, sendo a violência o Portador representado.

No capítulo de análise, aprofundaremos esse modelo e explanaremos mais detidamente sobre a aplicação dessas categorias no estudo das instanciações das cláusulas relacionais nas fases do gênero Relato. Por ora, apenas apresentamos um vislumbre de como procederemos na análise dessa questão, a fim de que a explanação das noções apresentadas nesta seção possa ter um substrato concreto.

Na próxima seção, nos debruçaremos sobre a problemática da violência homofóbica, com o objetivo de compreender melhor como abordá-la. Para isso, nos detivemos no estudo do *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*, pois esse documento é fruto do esforço de inúmeros estudiosos do problema, bem como de uma análise acurada e apoiada por um número significativo de dados oriundos de diferentes fontes.

## **2.1 Um olhar sobre a violência sofrida pela comunidade LGBT com base no *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013***

Já no título desta dissertação, afirmamos que o estudo empreendido focalizaria as cláusulas relacionais na ambiência dos relatos de vítimas de violência homofóbica.

Consequentemente, à especificidade do tipo texto (sequências relatadas) adicionamos mais uma especificidade, qual seja: não investigamos as cláusulas relacionais no âmbito do gênero *Relato lato sensu*, mas em registros específicos desse tipo de texto, os relatos de violência homofóbica.

Por esse motivo, faz-se premente a definição do que este trabalho compreende por *violência homofóbica*, bem como por *homofobia*. É evidente a necessidade de nos apoiarmos em um ponto de vista sólido acerca dessas noções, razão pela qual recorremos ao *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* (BRASIL, 2013).

Contudo, dada a natureza da perspectiva teórica que adotamos, a Linguística Sistêmico-Funcional, que compreende a linguagem como um sistema cultural em interação com outros sistemas culturais (sendo a linguagem um sistema instrumental para a vivência social de todos os outros sistemas), julgamos fundamental uma breve incursão na seara exposta pelo relatório. Desse modo, pudemos aprofundar nossas análises acerca das representações da violência homofóbica codificadas pelas cláusulas relacionais.

As informações obtidas com o estudo desse documento nos forneceram uma base objetiva e comparativa para as análises efetuadas. Se não tivéssemos essa base, nossas análises se pautariam unicamente pelo nosso olhar sobre as representações. Não conseguiríamos relacioná-las com a realidade social mais ampla e correríamos o risco de fornecer explicações totalmente desvinculadas dessa realidade.

Isso não significa que é a realidade social o foco desta pesquisa. Não poderia ser. Movemo-nos de dentro da ciência linguística, portanto, é a linguagem e seus fenômenos o nosso objeto. Logo, o que pretendemos fazer, ao recorrer ao relatório e às informações apresentadas acerca da violência praticada contra a população LGBT no Brasil, foi obter maior contextualização no que se refere à análise da experiência. Como diz Halliday e Matthiessen (2014), o sistema linguístico deve sempre ser estudado considerando sua inserção em dois contextos, os quais são: o contexto imediato em que ocorre o evento comunicativo, o *contexto de situação*, para o qual são relevantes a definição do tipo de atividade que está sendo praticada, as relações entre os participantes da troca comunicativa e o papel do texto, sua forma de veiculação, as condições de sua produção etc.; e o contexto mediato que engloba o evento comunicativo, o *contexto de cultura*, para o qual são relevantes as práticas culturais, as manifestações ideológicas, a conjuntura histórica e as forças sociais interagentes, as

relações entre os diferentes grupos sociais dentro de uma mesma sociedade etc. A desconsideração desses dois contextos, ou de algum deles, fará da análise do sistema gramatical, ou de parte desse sistema, mero pretexto para afirmações não ancoradas no uso social da linguagem.

A partir deste ponto, direcionaremos nossa atenção para a apresentação das informações obtidas com base no estudo do *Relatório de Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013*, promovido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), durante o governo da presidenta Dilma Rousseff. O relatório objetiva apresentar um mapeamento da violência homofóbica em território nacional, recorrendo para isso a diferentes fontes de dados, públicas e privadas.

O contexto histórico de produção desse relatório é caracterizado por uma contradição constitutiva. Por um lado, esse período é marcado pela conquista de direitos da comunidade LGBT; por outro, há a presença de um movimento social contraditório quanto aos direitos dessa comunidade. Esse quadro configura uma situação na qual *gays*, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis são diuturnamente objeto dos mais diferentes tipos de violência com base em motivações diversas. Portanto, podemos diagnosticar uma situação de risco para os membros desse grupo social no período abordado pelo relatório.

Elencam-se como atores responsáveis pela produção desse documento os membros do Conselho Nacional de Combate à Discriminação, da Câmara Técnica de Monitoramento, Prevenção e Combate da Violência contra a População LGBT, do Grupo de Trabalho instituído pelo referido conselho e formado por acadêmicos e acadêmicas de relevante importância na pesquisa dessa temática, esses últimos também membros da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de LGBT, e, por fim, por representantes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCD – LGBT). Notamos, por conseguinte, que o relatório é fruto do trabalho de um amplo grupo de atores que têm a problemática da violência homofóbica como questão premente.

O texto afirma que por *homofobia* devemos entender um conjunto de práticas que extrapolam as violências tipificadas pelo código penal, tendo em vista que “ela não se reduz à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal” (BRASIL, 2013, p. 5). Um dos perigos envolvidos na compreensão do termo *homofobia* é o risco de homogeneizarmos a

diversidade dos sujeitos atingidos por esse tipo de violência, o que pode resultar na exclusão de lésbicas, bissexuais e pessoas transexuais (mulheres e homens). Por esse motivo, muitas vezes, se opta por denominar a violência sofrida por mulheres homossexuais de *lesbofobia* (assim se resgatando a influência do machismo e do sexismo); a violência praticada contra indivíduos bissexuais de *bifobia*; e a violência sofrida por pessoas transexuais de *transfobia* (demarcando os preconceitos que se originam da incompreensão das necessidades dos indivíduos de assumirem seu gênero).

Portanto, o documento compreende *homofobia* “como preconceito ou discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero presumidas” (BRASIL, 2013, p. 5). Logo, o documento abriga sob o rótulo de *homofobia* a *lesbofobia*, a *transfobia* e a *bifobia*.

O relatório distingue dois tipos de *homofobia*:

- 1- *Homofobia institucional* – ocorre quando instituições discriminam indivíduos com base em sua orientação sexual ou identidade de gênero;
- 2- *Crimes de ódio de caráter homofóbico* – ocorre quando as violências praticadas são tipificadas pelo Código Penal, seguindo o padrão de se fundamentarem na orientação ou identidade de gênero presumida dos indivíduos.

Vale destacar que não só indivíduos pertencentes à população LGBT são vítimas desse tipo de crime, mas quaisquer pessoas que sejam julgadas como portadoras de identidade desviante em relação ao padrão heterossexual. O crime de *homofobia* não se limita ao homicídio de pessoas LGBT, mas engloba muitos outros tipos de violências praticadas contra esses indivíduos, “como agressões verbais e físicas dos mais variados tipos” (BRASIL, 2013, p. 6).

Segundo o relatório, a metodologia adotada foi a mesma utilizada em anos anteriores. Tendo sido discutida pelos grupos responsáveis no ano de 2011 e a partir de então estabelecida como fundamento para a produção desses documentos nos anos seguintes (BRASIL, 2012; 2013). As etapas metodológicas percorridas foram: “o planejamento; a coleta; a análise das estatísticas; a comparação com os dados do ano anterior; e a disseminação das informações” (BRASIL, 2013, p. 7).

Embora o estudo empreendido a fim de produzir o documento faça jus à relevância do uso de métodos quantitativos, a comissão apontou algumas limitações desses métodos para o tratamento da problemática referente à violação dos direitos humanos. Tais limitações estão relacionadas à dificuldade na definição dos conceitos, na confiabilidade dos dados coletados com base em estudos históricos e contemporâneos e na interpretação congruente desses dados. Por isso, torna-se de fundamental importância a integração de análises qualitativas às informações oriundas das análises quantitativas.

O relatório aponta alguns problemas concernentes à coleta de dados consistentes. Esses concernem

à não obrigatoriedade de reportagem de dados referentes à segurança pública para a União, por parte de cada uma das unidades da federação (problema enfrentado por todas as estatísticas no campo da segurança pública no Brasil); a ausência de campo relativo à orientação sexual, identidade de gênero ou possível motivação homofóbica em boletins de ocorrências policiais e a escassez de dados demográficos referentes à população LGBT (BRASIL, 2013, p. 07-08).

Dessa feita, a coleta dos dados lançou mão de três fontes: “1. Disque Direitos Humanos (Disque 100) da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República [...]; 2. Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS); e 3. Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres” (BRASIL, 2013, p. 8).

Uma particularidade do relatório de 2011 em relação ao de 2013 foi a utilização de dados hemerográficos (oriundos da imprensa). O Grupo de Trabalho responsável pelo relatório de 2011 considerou que a utilização desse tipo de dado forneceria contornos qualitativos mais aprofundados das violências. Esses dados foram compartilhados pelo Grupo Gay da Bahia.

### 2.1.1 Dados públicos utilizados para a facção do relatório

Os dados oriundos do poder público coletados pelo relatório foram fornecidos pela Ouvidoria do Sistema Único de Saúde (SUS) e pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100). No caso dos dados da ouvidoria, eles são abrangidos pelo período de tempo que vai de 2013 a 2014. Já no caso dos dados do Disque 100, são todos referentes ao ano de 2013.

Em seu questionário de identificação, a ouvidoria do SUS apresenta uma questão sobre a orientação sexual. Contudo, os indivíduos não são obrigados a responder a essa questão. No período que vai de 2013 a 2014, a ouvidoria registrou 85.803 ligações, sendo que dessas, somente 40.852 responderam todas as questões referentes ao perfil. Desse número, 952 assumiram que não eram heterossexuais. Desses, 44% se identificaram como Gays, 18% como Bissexuais e 13% como Lésbicas.

O Disque 100 registrou 1965 denúncias no ano de 2013. Ao observar o número de denúncias mês a mês, constatou-se uma tendência de redução. O relatório apontou que não devemos compreender essa redução como fruto unicamente da não ligação, mas considerando outras variáveis, como “a falta de manutenção de campanhas de divulgação pelos entes federativos e o alcance restrito desse meio de denúncia que possui dificuldades de acessar municípios de menor porte” (BRASIL, 2013, p. 10).

O relatório aponta uma tendência de subnotificação dos dados da violência em geral, e principalmente da violência homofóbica especificamente. Uma das possíveis causas dessa subnotificação é a naturalização da violência ou autculpabilização como os únicos tratamentos possíveis.

Entretanto, mesmo com essa subnotificação, os números indicam um quadro agudo de violências homofóbicas em território nacional. Aponta o relatório (BRASIL, 2013, p. 13): “no ano de 2013, foram reportadas 9,31 violações de direitos humanos de caráter homofóbico do total de violações no dia. A cada dia, durante o ano de 2013, 5,22 foram vítimas de violência homofóbica do total de casos reportados no país”. Comparados com os dados de 2012, podemos perceber uma diminuição do número de denúncias, com exceção do Piauí. Entrementes, o documento ressalta que “não podemos inferir que a violência está diminuindo, pois a redução pode estar ligada ao número de denúncias efetuadas, a problemas técnicos de registro dos dados, entre outros” (BRASIL, 2013, p. 13).

### 2.1.3 Conclusões gerais do documento

O *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* foi o terceiro de uma série iniciada em 2011, durante a vigência do governo da presidenta Dilma Rousseff. Esse relatório reafirma um quadro já constatado nos relatórios anteriores, o que explicita um estado de

inércia social em relação à equalização dos direitos da população LGBT frente ao *status* hegemônico da população heterossexual. O quadro da violência homofóbica no Brasil naquele ano era extremamente grave. O perfil das vítimas desse tipo de violência era de jovens (54,9%), pretos e pardos (39,9%), gays (24,5%) e travestis/transsexuais (17,8%).

Os dados coletados da imprensa (hemerográficos) retratam uma situação em que pessoas de média e baixa renda, moradores das periferias das grandes e médias cidades brasileiras, são as vítimas mais recorrentes desse tipo de violência. Por outro lado, os dados hemerográficos demonstram a tendência de contemplação, por parte da mídia, de dois grupos específicos, quais sejam, travestis e transsexuais em situação de rua e homens *gays* vitimizados ao demonstrarem em ambientes sociais sua sexualidade. Quanto ao primeiro grupo, a imprensa associa a violência ao tráfico de drogas e aos perigos advindos da prostituição. No que tange ao segundo grupo, a mídia relaciona a violência com suposta promiscuidade com pessoas desconhecidas.

A conclusão final do relatório é a de que:

a violência contra a população LGBT no Brasil é uma realidade, o que exige que não só os governos Federal, Estaduais, Distrital e Municipais aprimorem as políticas públicas eficazes e articuladas para o enfrentamento dessa violência, como também articulem um esforço com toda a sociedade brasileira contra esse grave quadro de violência no Brasil (BRASIL, 2013, p. 77).

Para nós, em suas 79 páginas, o documento delineou uma situação extremamente grave em nosso país e que apresenta tendência de continuidade, pois não é foco de atenção de políticas públicas. Tais políticas, quando tomam por foco a população LGBT, o fazem por associação a campanhas de saúde voltadas ao combate de doenças sexualmente transmissíveis, o que só ajuda no enraizamento dos preconceitos/discriminações sobre os indivíduos dessa população.

Os dados apresentados pelo relatório foram coletados de muitas fontes, o que permitiu, a nosso ver, um tratamento bastante aprofundado da questão. O cruzamento da orientação sexual com outros traços (cor da pele, classe social etc.) permitiu um olhar incisivo sobre as relações entre sexualidade e demais fatores sociais motivadores das violências, o que revelou que majoritariamente são os LGBT pretos e pobres as principais vítimas desse tipo de crime.

Por último, o estudo desse relatório permitiu a esta pesquisa compreender, com maior acuidade, a realidade da violência homofóbica no Brasil. Esperamos que essa compreensão se

demonstre quando nos direcionarmos para a análise conjuntural da representação da violência homofóbica realizada pelo falante ao acionar o paradigma das construções relacionais.

No próximo capítulo, apresentaremos os principais postulados da GSF acerca do Sistema de Transitividade, com ênfase no sistema de cláusulas relacionais. Além disso, apresentaremos as duas propostas que desenvolvemos com base nos conhecimentos assentados pela teoria sistêmico-funcional no que se refere a esses dois sistemas.

### **3 A TRANSITIVIDADE COMO CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA: A PROPOSTA DO FUNCIONALISMO SISTÊMICO-FUNCIONAL PARA O TRATAMENTO DESSE FENÔMENO**

Neste capítulo, apresentaremos os conceitos teóricos que sustentam nossa compreensão do fenômeno (o uso das chamadas cláusulas relacionais) e a análise empreendida sobre esse objeto em relatos de vítimas de violência homofóbica. Para isso, dividimos o texto em três partes: a primeira voltada para discussões dos postulados e conceitos centrais da LSF; a segunda direcionada para a apresentação da arquitetura que a GSF propõe para os sistemas de cláusulas materiais, mentais, comportamentais, verbais e existenciais; e a terceira dirigida para a discussão acerca de questões referentes ao sistema de cláusulas relacionais e para a apresentação das categorias componentes desse sistema.

#### **3.1 Primeiras considerações**

A Linguística Sistêmico-Funcional é, numa perspectiva *from above*, para nos servirmos dessa noção apresentada por Halliday e Matthiessen (2014), fruto das reflexões e estudos linguísticos realizados por Michael Alexander Kirkood Halliday (linguista britânico), de maneira autônoma e em colaboração com outros linguistas, bem como da disseminação dessa corrente teórica em diferentes continentes e das contribuições que as sociedades acadêmicas de diferentes países forneceram a essa perspectiva funcionalista.

Numa perspectiva *from around*, utilizando-nos novamente de uma noção hallidayana, podemos detalhar as influências que o funcionalismo britânico recebeu de escolas e linguistas anteriores. Para sermos exatos, podem-se identificar contribuições oriundas da teoria das funções da linguagem de Karl Bühler; das investigações empreendidas pela Escola de Praga; e do contextualismo proposto no âmbito dos estudos antropológicos por Bronislaw Malinowski. Este último exerceu grande influência sobre as ideias linguísticas de John Rupert Firth, mestre de Halliday, sobretudo no que se refere à compreensão da língua como uma das principais formas de manifestação da cultura de uma sociedade.

Algumas questões surgiram no decurso da investigação teórica e nos permitiram a consecução desse trabalho. São elas: 1) *O que a Linguística Sistêmico-Funcional compreende por função?* 2) *Quais os elementos teóricos que nos permitem defini-la como uma teoria*

paradigmática? 3) O que significa dar centralidade à semântica? 4) Por que Halliday e Matthiessen (2004) a denominam de sistêmica? 5) Como o conceito de função configura a estrutura tripartite das metafunções da linguagem, cerne da proposta teórica de M. A. K. Halliday? Apresentaremos, nos parágrafos abaixo, possíveis respostas para essas questões. Essas respostas são resultado de um trabalho de interpretação dos textos teóricos e de questionamentos sucessivos. Apresentá-las-emos na forma de uma reflexão unificada, em que cada questão está diretamente relacionada com as demais.

Neves (2018), ao discorrer sobre a conceituação de função, apresenta um conjunto de definições oriundas de diferentes fontes, distinguindo dentre elas as que se aplicam ao funcionalismo linguístico. O Quadro 4 a seguir apresenta as definições coletadas pela autora:

Quadro 4 – Diferentes acepções acerca do termo *função* nos estudos da linguagem.

<b>Valor do conceito de função</b>	<b>Responsáveis pela noção</b>
Valor de finalidade de coisas ou comportamentos	Sociedade Internacional de Linguística Funcional – SILF
Valor de papel da palavra na sentença, atrelando significado a contexto	Tradição Gramatical
Valor de relação entre duas formas, entre uma forma e o seu sentido e o conjunto de formas e o seu contexto	Dillinger (1991)
“Papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação mútua de sua experiência”	Martinet (1994, p. 13)
Valor teleonômico “x tem uma função F”	Jakobson (Escola de Praga)
Papel da linguagem nas experiências dos indivíduos, atendendo às demandas de uma sociedade	Halliday

Fonte: elaboração própria com base em informações de Neves (2018)

A análise das definições apresentadas por Neves (2018) permite o reconhecimento de que o conceito de função recebe diferentes acepções, a depender da escola teórica ou dos linguistas considerados. Em determinados pontos, algumas dessas definições se aproximam, como as de viés finalista (SILF, Martinet, Jakobson, Dillinger e Halliday). Somente na definição que a Gramática Tradicional apresenta, definição puramente construcional, o conceito de função não apresenta esse viés, o que explica o seu distanciamento em relação às concepções anteriores.

O viés finalista, quando identificado no funcionalismo linguístico, tem origem nas investigações da Escola de Praga, sobretudo no que concerne à proposta de Jakobson de que o acionamento da linguagem em trocas comunicativas é regulado por um conjunto específico de

funções (um conjunto de seis funções). Esse mesmo viés encontra-se presente na Linguística Sistêmico-Funcional, o que nos permite afirmar a influência dos linguistas de Praga no pensamento hallidayano.

Além disso, Halliday (2001) privilegia o papel da *escolha* que o falante realiza a fim de produzir sentido como meio para a finalidade última do ato comunicativo, que consiste no atendimento a uma demanda específica do contexto situacional. Ora, *meios* e *fins* são termos de caráter explicitamente teleológico, de onde se depreende que a teoria sistêmica se configura como uma teoria de viés finalista.

Todavia, caracterizar o Funcionalismo Sistêmico-Funcional como apresentando caráter teleonômico não implica descartar outras nuances que o conceito de *função* apresenta na teoria. Na verdade, pode-se diagnosticar que o entendimento de *função* como relação (DILLINGER, 1991) é presente na teoria das metafunções.

Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que o uso linguístico serve a três propósitos centrais da vida em sociedade, quais sejam: compreender o meio em que se vive, interagir com os demais membros dessa sociedade e organizar a informação de modo que ela faça sentido para os indivíduos. Esses propósitos apresentam uma correspondência, no sistema linguístico, com as três metafunções que os autores apresentam como instanciadoras do contexto de situação. São elas: a metafunção ideacional, a metafunção interpessoal e a metafunção textual.

A metafunção ideacional é responsável pela construção da experiência externa (acontecimentos e ações no ambiente social) e interna (percepções e sentimentos situados no âmbito da consciência subjetiva), assim como pela construção de relações entre os fragmentos da experiência. A semântica exerce papel central nessa metafunção, que, ao ser viabilizada pelo sistema de transitividade, constrói cenas (*figure*) da experiência em torno de *processos* que selecionam determinados *participantes* (a depender da cena) e em torno dos quais podem rotacionar eventuais circunstâncias.

À metafunção interpessoal cabe expressar, na cláusula, as relações entre os participantes da troca comunicativa. O sistema responsável pelo acionamento dessa metafunção é o de *modo*, que se estrutura a partir da seleção de determinados elementos componentes das cláusulas: Sujeito, Finito, Complemento, Predicador e Adjunto. Ao lidar com essa metafunção, o linguista deverá observar o tipo de configuração temporal expressa pelo grupo

verbal (se presente, passado ou futuro), a modalidade expressa pela cláusula (se probabilidade, usualidade, obrigação ou inclinação) e o tipo de polaridade (se positiva ou negativa).

Já a metafunção textual responde pela organização da mensagem através do sistema Tema-Rema. A informação classificada como Tema assume a posição inicial na cláusula, orientando e situando a informação dentro do contexto de situação. Rema é a informação nova a ser introduzida no contexto, tomando como escopo a informação alçada à posição de Tema. A análise dessa metafunção, na cláusula, observa os processos coesivos (elipse, referência, substituição), o padrão de *voz* (se ativa ou passiva), os elementos dêiticos (exofóricos e referenciais) e a manutenção lexical e lógica das informações (repetição).

Feita essa breve explanação, retornemos à questão sobre como essas metafunções se imbricam com as relações de Dillinger (1991). Para este, as relações compreendidas como *função* podem se dar de três modos: (i) relação entre duas formas – função de natureza interna; (ii) relação entre forma e significado – função de natureza semântica; (iii) relação entre as formas e o contexto – função de natureza externa. Se investigarmos as relações operadas pelas três metafunções da Linguística Sistêmico-Funcional, observaremos que, no domínio da metafunção ideacional, o sistema de transitividade estrutura relações entre formas oriundas da léxico-gramática e o seu significado experiencial, portanto realizando função semântica. No âmbito da metafunção interpessoal, o sistema de modo estrutura relações entre as formas que o falante seleciona no arcabouço léxico-gramatical e as relações entre os interactantes do evento comunicativo, logo realizando função externa. No que concerne à metafunção textual, observemos que o sistema de tema-rema organiza a forma da mensagem (no sentido de como as informações materializadas estão dispostas em relação umas às outras), facultando-lhe a propriedade de fazer sentido para os indivíduos. Por conseguinte, identifica-se como realizando função interna, ou seja, entre as formas que organizam a estrutura da mensagem.

Constatamos, sob essa perspectiva, que a teoria sistêmica, quando se refere à função da linguagem como um todo, o faz sob uma ótica finalista. Contudo, quando pensa na função a ser realizada pelas redes ideacionais, o faz sob uma perspectiva relacional. Eis as duas formas pelas quais a teoria compreende o conceito de *função* (segundo nosso ponto de vista).

Algo que se afigura problemático é a denominação do sistema como de transitividade. O problema consiste no fato de que esse termo, de há muito, encontra-se assentado na tradição gramatical e, por decorrência disso, poderia gerar certas dificuldades para o estudioso da teoria sistêmica. Tentemos compreender a escolha dessa terminologia e qual o seu real significado para o funcionalismo hallidayano.

Segundo Bustam (2011, p. 22), “o sistema de transitividade desenvolvido por Michael A. K. Halliday é um sistema que amplia a tradicional concepção de transitividade, então se um verbo seleciona ou não um objeto direto não é a principal questão”. A afirmação do pesquisador se justifica pelo fato de que o conceito de transitividade desenvolvido por Halliday (1985) se fundamenta na compreensão de que esse fenômeno é propriedade da organização da cláusula como um todo, mas não uma propriedade do verbo, como na perspectiva tradicional. Além disso, a asserção de que a LSF amplia a noção defendida pela tradição gramatical é pertinente, pois segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 213):

Nossa mais poderosa impressão da experiência é a de que essa consiste em um fluxo de eventos, ou “o que ocorre”. Esse fluxo de eventos é dividido em quantidades de mudança representadas pela gramática da cláusula: cada quantidade de mudança é modelada como uma cena – uma cena de acontecer, fazer, sentir, dizer, ser e ter.<sup>5</sup>

Contudo, trata-se de uma ampliação, não de uma replicação. Embora Halliday retome o tradicional conceito de transitividade, qual seja: o de transferência de ação. Podemos verificar a validade dessa afirmação quando consideramos as próprias palavras de Halliday (1978, p. 20) que, ao explanar sobre sua noção de transitividade, explicitamente faz referência aos “2500 anos da linguística no ocidente”, só o faz com relação às cláusulas materiais. Para construções que não apresentem esse significado de transferência de ação, Halliday propõe a realização de outros significados. São os significados veiculados pelas cláusulas do *Sentir/Pensar*, do *Dizer*, do *Existir*, do *Relacionar*, do *Comportar* e do *Dizer*.

Depreende-se disso que a própria noção de “fluxo de eventos” é polissêmica, tendo em vista que esse fluxo pode ser caracterizado por um investimento de energia (caso das cláusulas materiais e das que se assemelham a elas, como as comportamentais e verbais), ou por um fluxo mais inerte (estático), como no caso das cláusulas mentais, relacionais e existenciais.

---

<sup>5</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 213): “Our most powerful impression of experience is that it consists of a flow of events, or ‘goings-on’. This flow of events is chunked into quanta of change by the Grammar of the clause: each quantum of change is modelled as a **figure** – a figure of happening, doing, sensing, saying, being or having”.

A partir dessa concepção, chegamos ao entendimento de que as cláusulas na perspectiva sistemicista estão situadas em duas zonas inicialmente opostas (dizemos inicialmente, pois, como se verá ainda neste capítulo, o princípio da indeterminação sistemática impõe uma área de convergência entre essas zonas). São elas:

Quadro 5 – As duas zonas em que estão situados os tipos de cláusulas do Sistema de Transitividade.

<b>Zona de dinamicidade</b>	<b>Zona de estaticidade</b>
Cláusulas materiais Cláusulas comportamentais Cláusulas verbais	Cláusulas mentais Cláusulas relacionais Cláusulas existenciais

Fonte: elaboração própria.

Mais uma vez, a justificativa para essa proposta é encontrada em Halliday e Matthiessen (2014). Para os autores (2014, p. 214, grifos nossos), “a gramática configura uma descontinuidade entre a *experiência externa*, os processos do mundo externo, e a *experiência interna*, os processos da consciência”<sup>6</sup>. Depreendemos da passagem que a experiência humana é dividida em dois grandes polos: o polo do que está acontecendo no mundo físico, no qual as formas prototípicas da experiência são representadas pela linguagem através de cláusulas que expressam ações e eventos, logo, cláusulas materiais; e o polo do que está acontecendo em nossa consciência, no qual as formas prototípicas da experiência são representadas linguisticamente por meio de cláusulas que expressam percepção, emoção e imaginação. Todavia, essa oposição não significa um desligamento entre os dois polos, pois, em certo sentido, eles se relacionam. As cláusulas mentais realizam em parte uma espécie de repetição dos significados expressos pelas materiais, “registrando-os, reagindo a eles, refletindo sobre eles”<sup>7</sup> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 214). Em parte também, as cláusulas mentais podem representar uma consciência separada de nossos estados de ser (EGGINS, 2004).

A essa altura, podemos questionar: *e as demais cláusulas? Como elas interagem com esses dois polos?*

A gramática nos permite ainda relacionar fragmentos da experiência. Através da relação entre esses fragmentos, podemos generalizar acontecimentos e pensamentos, relatá-

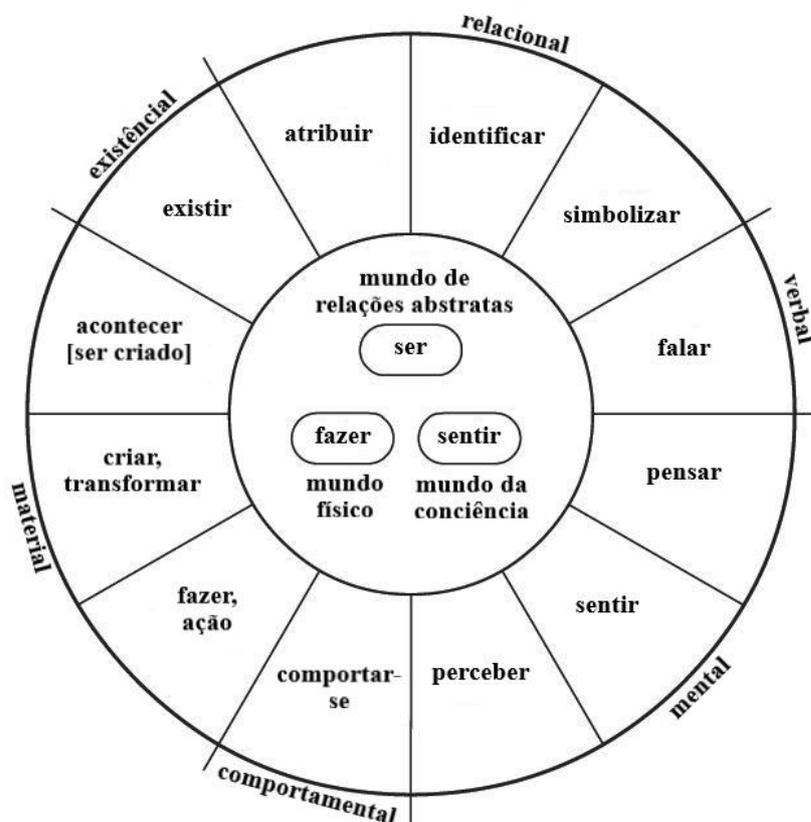
<sup>6</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 214): “The grammar sets up a discontinuity between these two: it distinguishes rather clearly between outer experience, the processes of the external world, and inner experience, the processes of consciousness”.

<sup>7</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 214): “recording it, reacting to it, reflecting on it”.

los, produzindo relações taxionômicas. Nesse nível, “a gramática reconhece processos de um terceiro tipo, aqueles que identificam e classificam, nós os chamamos de cláusulas de processo relacional”<sup>8</sup> (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 214). Com esse último grupo, definimos a tríade de cláusulas primárias.

Derivadas dessas, e construídas semanticamente por meio do compartilhamento de traços das cláusulas primárias, são as cláusulas comportamentais, existenciais e verbais. Essas estão situadas nas zonas fronteiriças das cláusulas primárias, e, por isso, a LSF as rotulou de cláusulas secundárias. O diagrama abaixo nos permite visualizar a proposta:

Figura 4 – Tipos de processos nas cláusulas.



Fonte: Tradução livre de Halliday (1994); Halliday e Matthiessen (2004).

Numa primeira interpretação, os traços compartilhados pelas cláusulas secundárias seriam oriundos das cláusulas primárias que delimitam suas fronteiras. Contudo, o princípio da indeterminação sistemática torna as coisas menos simples, e isso está relacionado com o fato de a linguagem humana ser altamente indeterminada, o que imprime fluidez aos

<sup>8</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 214): “the grammar recognizes processes of a third type, those of identifying and classifying; we call these **relational** process clauses”.

processos linguísticos e a suas categorias. Esse princípio possibilita que os domínios experienciais se relacionem para além das fronteiras inicialmente previstas. Por consequência, cláusulas verbais podem apresentar propensão material, mesmo estando situadas, no diagrama, numa área oposta. Por esse motivo ainda, cláusulas relacionais podem apresentar uma propensão comportamental, embora estejam situadas em áreas opostas, como visualizamos no diagrama. Um exemplo desse fenômeno é apresentado por Halliday e Matthiessen (2014, p. 260, grifo nosso):

(1) Eu não sei o quanto de camaleão *eu estava sendo nessa conversa de sala comum*<sup>9</sup>.

No exemplo, os autores demonstram a propensão comportamental que uma cláusula relacional pode apresentar. Essa propensão está relacionada com a escolha que o falante realiza acerca dos tempos verbais: se for presente (tempo não marcado), a cláusula relacional tende a ser mais prototípica, se for presente progressivo (tempo marcado), a cláusula poderá apresentar a tendência comportamental, como no exemplo acima.

A indeterminação característica dos sistemas linguísticos levou Halliday, Matthiessen e outros pesquisadores sistemicistas a relativizar o número de tipos de cláusulas quando consideradas as línguas em suas particularidades. Em certas línguas, como o inglês, cláusulas existenciais apresentam-se como um grupo à parte. Em outras línguas, elas podem se assemelhar com as relacionais possessivas e locativas, o que as tornaria um subtipo do tipo relacional. Já as comportamentais, em línguas africanas, podem ser arroladas como um subtipo das materiais. Em certos idiomas ainda, as cláusulas verbais poderiam ser categorizadas como um subtipo das mentais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 215).

A reflexão, acima apresentada, busca demonstrar como as demais cláusulas estão relacionadas com os dois polos da experiência do mundo, explicitando a inserção das cláusulas secundárias em um polo ou em outro. Mas, o leitor atento poderia questionar: *Caro pesquisador, pareceu-me que as cláusulas relacionais não estão nem em um polo, nem em outro. Como então propor apenas dois polos?*

A resposta para essa pergunta novamente é fornecida por Halliday e Matthiessen (2014). Para os autores, as cláusulas relacionais são construídas como as cláusulas mentais, pois

<sup>9</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 260): “I don’t know how much of a chameleon **I was being** in this common-room conversation”.

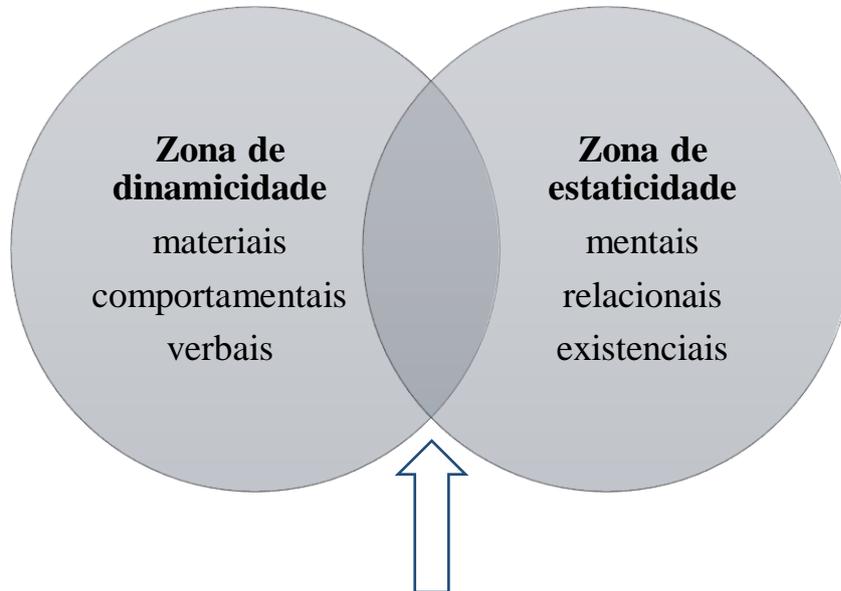
cláusulas relacionais prototipicamente constroem mudança como um desdobramento inerte, sem um investimento de energia – tipicamente como um fluxo uniforme sem distintas fases de desdobramento (ao contrário do contraste nas cláusulas materiais entre uma fase inicial e uma fase final do desdobramento do processo, seu resultado). Então, localização estática no espaço é construída relacionalmente – *ela está na sala de jantar*, mas movimento dinâmico é construído materialmente – *ela está andando para a sala de jantar*. Similarmente, posse estática é construída relacionalmente – *ela tem uma mesa de jantar de mogno*, mas transferência de posse dinâmica é construída materialmente – *ela está obtendo uma mesa de mogno; ela está recebendo uma mesa de jantar de mogno*; e qualidade estática é construída relacionalmente – *a garrafa está vazia*, mas mudança dinâmica na qualidade é construída materialmente – *a garrafa está esvaziando; ela está esvaziando a garrafa* (HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2014 p. 260)<sup>10</sup>.

Com base nessa explanação é que desenvolvemos a proposta de distinguir duas zonas (já citadas) para compreender a dinamicidade e a estaticidade dos tipos de cláusulas. Afirmamos que haveria uma zona interseccional de compartilhamento de traços entre essas duas zonas. Entrementes, na primeira demonstração, apresentamos um quadro apenas compartimentalizado dessas zonas. Agora, demonstraremos a proposta efetivamente desenvolvida, servindo-nos das cláusulas relacionais com propensão material (pois as relacionais são o foco desse trabalho), no diagrama abaixo:

---

<sup>10</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 260): “relational clauses prototypically construe change as unfolding ‘inertly’, without an input of energy – typically as a uniform flow without distinct phases of unfolding (unlike the contrast in material processes between the initial phase and the final phase of the unfolding of a process the outcome). Thus, static location in space is construed relationally – *she’s in the dining room*, but dynamic motion through space is construed materially – *she’s walking into the dining room*. Similarly, static possession is construed relationally – *she has a mahogany dining table*, but dynamic transfer of possession is construed materially – *she’s getting a mahogany dining table, she’s being given a mahogany dining table*; and static quality is construed relationally – *the bottle’s empty*, but dynamic change in quality is construed materially – *the bottle’s emptying; she’s emptying the bottle*”.

Figura 5 – Zonas de dinamicidade e estaticidade com uma região interseccional de compartilhamento de traços.



Fonte: elaboração própria.

A região onde essas duas zonas se encontram (apontada pela seta) é a que denominamos por zona interseccional de compartilhamento de traços. É nessa região que os traços de diferentes tipos de processos são compartilhados, inclusive traços materiais compartilhados por construções relacionais, como no exemplo:

(2) Eu e meu namorado temos receio de andar de mãos dadas em muitos pontos da cidade por medo de sermos vítima de agressões verbais ou mesmo físicas mas *nossa melhor resposta tem sido ignorar e permanecer de mãos dadas* mesmo sem saber como esses homofóbicos vão reagir (GIUSTI, 2014).

Nesse exemplo, a presença de traços materiais se deve à natureza do participante Atributo (“ignorar e permanecer de mãos dadas”), que é configurado morfossintaticamente por um sintagma oracional que possui a especificidade semântica de expressar acionalidade (quando abordarmos os parâmetros descritivos que desenvolvemos para a análise das cláusulas relacionais, nos deteremos nesse tipo de configuração morfossintática e de especificidade semântica). Diferentemente das cláusulas materiais, mentais, comportamentais, verbais e existenciais, os processos relacionais expressam significados gerais e dependentes dos significados de seus participantes (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), o que faz com

que a cena (*figure*) não apresente um núcleo experiencial, como no caso dos demais tipos de cláusulas, cujos processos figuram como seus centros experienciais. Nas cláusulas relacionais, a ausência de um centro experiencial indica que a relação dos processos com seus participantes é não hierárquica, mas horizontal, e por isso, os processos são semanticamente dependentes do significado de seus participantes. Em decorrência dessa característica dos processos relacionais, o exemplo se configura como uma cláusula relacional menos prototípica, pois há a presença de um traço de acionalidade contido no participante Atributo.

Destacamos, entretanto, que essa é uma proposta em construção. Muito há por se fazer, sobretudo no que diz respeito à aplicação da proposta a um número significativo de cláusulas que apresentem a hibridização de traços (sejam cláusulas relacionais com traços materiais, ou cláusulas de outros sistemas com outros tipos de propensões).

A justificativa para nossa propositura consiste na compreensão hallidayana, já explicitada, de que a experiência humana se divide primordialmente nos polos material e mental. O fator responsável por essa distinção é justamente a dinamicidade presente no polo material e a estaticidade caracterizadora do polo mental. Embora as cláusulas relacionais apresentem *status* primário, sua função precípua é relacionar fragmentos da experiência oriundos de um desses polos, logo, podemos afirmar que sua função é instrumental, o que não significa a afirmação de um papel menor para esses tipos de cláusulas em detrimento do que é exercido por aquelas.

Todavia, a interpretação da experiência não pode se dar em razão apenas desses dois polos, caso contrário não faria sentido distinguir os demais tipos de cláusulas. O que se pretende afirmar é unicamente a primariedade dessas duas regiões da experiência e a influência que elas exercem sobre as demais categorias organizadas pelo sistema de transitividade, como já afirmado. Todos os domínios da experiência estão relacionados, segundo Halliday e Matthiessen (2014), por meio de um contínuo que é representado como um ciclo, ou esfera (como apresentado na figura 4).

Essa forma de apresentar o Sistema de Transitividade tem um significado premente para a compreensão sistemicista do fenômeno. O diagrama indica que não há um ponto inicial ou final a ser considerado. Podemos partir de qualquer ponto da esfera, em qualquer direção, que em dado momento atingiremos o mesmo ponto do qual partimos. Portanto, a noção de continuidade da LSF é cíclica, e não opositiva, como em outras abordagens funcionalistas.

Para explicar melhor essa forma de representação diagramática do sistema de tipos de processos, Halliday e Matthiessen (2014) se servem da metáfora das cores. Dizem eles: “a gramática constrói a experiência como um mapa de cores, com vermelho, azul e amarelo como cores primárias, e roxo, verde e laranja ao longo das bordas; não como um espectro físico, com o vermelho numa ponta e o violeta na outra” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 216)<sup>11</sup>. Trata-se, portanto, de uma representação topológica de base semiótica

com diferentes regiões representando diferentes tipos. As regiões possuem áreas principais e essas representam membros prototípicos dos tipos de processos, mas as regiões são contínuas, sombreando umas às outras e essas áreas fronteiriças representam o fato de que os tipos de processo são categorias difusas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 216)<sup>12</sup>.

Esse imbricamento entre as áreas só é possível em decorrência do já citado *princípio da indeterminação sistemática*, “um princípio fundamental sobre o qual o sistema é baseado” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 217)<sup>13</sup>.

A seguir, nos deteremos na explanação das particularidades presentes em cada sistema (região/domínio). Daremos menor ênfase aos processos materiais, mentais, comportamentais, verbais e existenciais, tendo em vista não serem esses o foco da presente investigação, e nos concentraremos mais detidamente nos processos relacionais, nosso objeto de estudo. Por esse motivo, separamos a explicação da estrutura léxico-gramatical desses sistemas em duas seções: uma voltada para os processos não abordados por este trabalho e a outra voltada especificamente para os processos relacionais.

### **3.2 Configuração léxico-gramatical de cinco domínios da experiência: processos materiais, mentais, verbais, comportamentais e existenciais**

Nesta seção, apresentaremos cinco sistemas de cláusulas integrantes do Sistema de Transitividade, quais sejam: material, mental, comportamental, existencial e verbal. O foco

<sup>11</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 216): “the grammar construes experience like a colour chart, with red, blue and yellow as primary colours and purple, green and orange along the borders; not like a physical spectrum, with red at one end and violet at the other”.

<sup>12</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 216): “with different regions representing different types. The regions have core areas and these represent prototypical members of the process types; but the regions are continuous, shading into one another and these border areas represent the fact that the process types are fuzzy categories”.

<sup>13</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 217): “a fundamental principle on which the system is based”.

recairá na apresentação das especificidades de cada tipo de processo e dos participantes selecionados por eles.

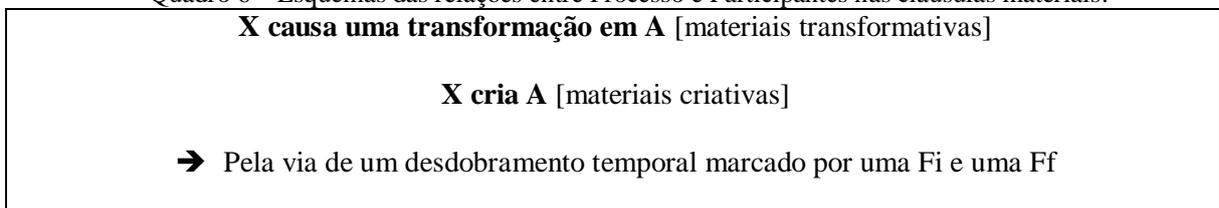
### 3.2.1 Sistema das cláusulas materiais

O sistema que abordaremos nesta subseção é o sistema das cláusulas materiais. Esse sistema tem como principal característica a noção de transferência de ação, ou de fluxo dinâmico de eventos, ou ainda de investimento de energia. É nesse conjunto de cláusulas que se verifica o reaproveitamento da tradicional noção de transitividade, o que nos permite afirmar, especificamente para esse caso, a existência de cláusulas transitivas e intransitivas. Para Halliday e Matthiessen (2014, p. 216), as cláusulas materiais “estiveram, ao longo da maior parte da história da linguística, no centro das atenções. Elas têm sido, por exemplo, a fonte da tradicional distinção entre verbos ‘transitivos’ e ‘intransitivos’”<sup>14</sup>.

Diferentemente das cláusulas mentais, relacionais e existenciais, o desdobramento temporal realizado por essas cláusulas é caracterizado por uma mudança que se inicia numa fase inicial (Fi) e é concluída numa fase final (Ff). O fluxo temporal se dá, por conseguinte, de forma fragmentada, o que explica o caráter dinâmico da cena material.

Definidas como cláusulas do Fazer e Acontecer, expressam a criação de coisas e suas transformações, o que nos permite falar de cláusulas materiais criativas e cláusulas materiais transformativas. Abaixo, esquematizamos a relações empreendidas pelos processos e participantes nesse tipo de cláusula:

Quadro 6 – Esquemas das relações entre Processo e Participantes nas cláusulas materiais.



Fonte: elaboração própria.

No esquema, destacamos, além do significado geral do processo (independentemente da forma escolhida pelo falante em dado contexto), os dois participantes principais desse tipo de cena, quais sejam, o Ator (X), responsável por um investimento de energia que impulsiona

<sup>14</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 216): “throughout most of the history of linguistics they have been at the centre of attention. They have, for example, been the source of the traditional distinction between ‘transitive’ and ‘intransitive’ verbs”.

a ação, e a Meta (A), participante afetado pelo investimento de energia (que pode ser concreto ou simulado, no caso de ações abstratas) realizado pelo Ator. Na estrutura da cláusula, o Ator será o participante sempre presente (participante inerente), mesmo que não esteja expresso formalmente na construção (THOMPSON, 1996, p. 78). Em decorrência da natureza semântica desse conceito, podemos afirmar a existência de cláusulas materiais ativas e de cláusulas materiais passivas, fazendo eco à tradicional distinção entre orações na voz ativa e orações na voz passiva (EGGINS, 2004, p. 231). Desse modo, reformulamos o esquema acima, que passa a ser apresentado nos seguintes termos:

Quadro 7 – Esquemas das relações entre Processo e Participantes nas cláusulas materiais, nas vozes ativa e passiva.

<p><i>Construção Ativa:</i></p> <p style="text-align: center;"><b>X causa uma transformação em A</b> [materiais transformativas] ou <b>X cria A</b> [materiais criativas]</p> <p><i>Construção Passiva:</i></p> <p style="text-align: center;"><b>A sofre uma mudança de estado por X</b> [materiais transformativas] ou <b>A é criado por X</b> [materiais criativas]</p> <p>➔ Pela via de um desdobramento temporal marcado por uma Fi e uma Ff</p>
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaboração própria.

Outros participantes não inerentes podem compor a estrutura da cena. São eles: o Receptor, o Cliente e o Escopo.

O Escopo exerce a função de ampliar e completar a significação do processo, especificando seu domínio de atuação. Nesse caso, o participante independe do processo, sendo esse que necessita (depende) da presença do participante para a efetivação de seu significado – optamos, nesta subseção, por trazer exemplos em língua portuguesa, coletados em Lima-Lopes e Ventura (2008). Os dois exemplos abaixo, retirados de Lima-Lopes e Ventura (2008, p. 03) apresentam uma cláusula na qual estão presentes Ator e Meta (2) e outra cujos participantes selecionados são Ator e Escopo (3):

(3)

Você	pode cancelar	sua assinatura	quando quiser
<b>Ator</b>	<b>Processo material</b>	<b>Meta</b>	<b>Circunstância</b>

(4)

A revista ACME	Faz	a síntese
<b>Ator</b>	<b>Processo material</b>	<b>Escopo</b>

Lima-Lopes e Ventura (2008, p. 04) afirmam que os processos que têm seu significado ampliado pelo participante Escopo [*Processo material + Escopo*] podem ser comutados por outro processo que não selecione esse participante. Ainda segundo esses pesquisadores:

[...] essas escolhas não são equivalentes, posto que o uso de cada um desses sistemas, pelo menos em português, parece possuir um paradigma e um significado próprios. Todavia, o estudo desse tipo de deslexicalização ainda não foi realizado em português. Isso seria necessário para se observar em quais contextos essa instanciação ocorre, de forma a mapear sua função (LIMA-LOPES; VENTURA, 2008, p. 04).

Recebedor e Cliente (originalmente, esses participantes eram facetas do participante Beneficiário) se diferenciam em razão da natureza da transferência de posse representada. No caso do Recebedor, a transferência de posse representada é de bens materiais. Já no caso do Cliente, a transferência é de serviços.

As cláusulas materiais com a presença do Recebedor e as cláusulas relacionais possessivas se relacionam no que se refere às representações de posse. Todavia, ao passo que as materiais representam transferência de posse, as possessivas representam posse estática. Por outro lado, as cláusulas materiais com a presença do Cliente tendem a ser criativas. Vale destacar que as transferências de bens e serviços não se limitam a uma transferência de caráter positivo. Em muitos casos, a transferência acarreta prejuízos (carga semântica negativa) em relação a esses dois participantes.

É importante salientar que, em ambos os casos, as cláusulas materiais apresentam o participante Meta, que representará o bem ou serviço transferido. Os exemplos abaixo apresentam construções com essas configurações (LIMA-LOPES; VENTURA, 2008, p. 04-05):

(5)

Ele	Lhe	dará	maiores detalhes
<b>Ator</b>	<b>Recebedor</b>	<b>Processo Material</b>	<b>Meta</b>

(6)

O guarda	Lhe	aplicou	uma multa
<b>Ator</b>	<b>Cliente</b>	<b>Processo Material</b>	<b>Meta</b>

### 3.2.2 Sistema de cláusulas mentais

Cláusulas que representam a experiência interna de nossos desejos, percepções e afetos, pertencem ao sistema das cláusulas mentais. Esse tipo de cláusula é selecionado pelo falante para representar o fluxo de consciência acerca do que está acontecendo em seu interior. Elas representam a nossa percepção e o modo como compreendemos fatos de consciência.

Cláusulas mentais representam nossa experiência do mundo de nossa própria consciência. São cláusulas do sentir: uma cláusula "mental" constrói uma quantidade de mudança no fluxo de eventos que ocorrem em nossa própria consciência. Esse processo do sentir pode ser interpretado como fluindo da consciência de uma pessoa ou afetando-a; mas não é interpretado como um ato material (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 245)<sup>15</sup>.

Geralmente, encontraremos nas cláusulas mentais participantes representados por seres humanos. Essas representações são codificadas pela léxico-gramática na categoria de Experienciador. Algumas vezes, esse participante poderá ser realizado por entidades não humanas (animais, objetos etc.), mas, para que isso seja possível, esses seres serão dotados de consciência por um artifício de abstração. É importante destacar que o Experienciador é um participante sempre dotado de consciência.

O segundo participante que necessariamente será encontrado nesse tipo de cláusula é o Fenômeno. Ele representa aquilo que é experienciado, sentido, desejado ou percebido pelo Experienciador. Ambos se constituem participantes inerentes na estrutura das cláusulas mentais. Abaixo trazemos exemplos – todos os exemplos desta subseção e das que se seguem foram retirados de Fuzer e Cabral (2014) e Lima-Lopes e Ventura (2008). Por causa da coleta desses exemplos, apresentamos também considerações dessas autoras acerca dos tipos de processos exemplificados – desse tipo de cláusula:

(7) – Fuzer e Cabral (2014, p. 58)

Eu	desejo	sorte ao novo presidente
----	--------	--------------------------

<sup>15</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 245): “‘mental’ clauses are concerned with our experience of the world of our own consciousness. They are clauses of sensing: a ‘mental’ clause construes a quantum of change in the flow of events taking place in our own consciousness. This process of sensing may be construed either as flowing from a person’s consciousness or as impinging on it; but it is not construed as a material act”.

<b>Experienciador</b>	<b>Processo Mental</b>	<b>Fenômeno</b>
-----------------------	------------------------	-----------------

Existem quatro tipos de cláusulas mentais: desiderativas, afetivas, perceptivas e cognitivas. As cláusulas mentais desiderativas exprimem desejos e vontades de que algo venha a acontecer, como no exemplo acima.

Já as cláusulas mentais afetivas expressam sentimentos e afeições acerca do Fenômeno:

(8) – Fuzer e Cabral (2014, p. 57)

Americanos, europeus, israelenses e iranianos	adoram	a história de vida de Lula
<b>Experienciador</b>	<b>Processo mental</b>	<b>Fenômeno</b>

O terceiro tipo de cláusula mental elencado foi o perceptivo. Essas cláusulas são construídas com base nas percepções que nossos cinco sentidos (olfato, tato, paladar, visão e audição) apreendem do mundo:

(9) - Fuzer e Cabral (2014, p. 57)

Moradores	ouviram	estalos no prédio que será demolido em Jacarépaguá
<b>Experienciador</b>	<b>Processo Mental</b>	<b>Fenômeno</b>

Por fim, temos as cláusulas mentais cognitivas, que “não remetem propriamente aos cinco sentidos, mas trazem o que é pensado à consciência da pessoa” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 57):

(10) – Fuzer e Cabral (2014, p. 57)

Ninguém	imaginava	que Grafite iria no lugar de Adriano
<b>Experienciador</b>	<b>Processo Mental</b>	<b>Cláusula projetada</b>

Uma característica diferenciadora das cláusulas mentais em relação às materiais é que as mentais podem projetar orações enquanto as materiais não o podem fazer. Por conseguinte, quando o *Fenômeno* é representado por uma cláusula projetada, ele deixa de representar pessoas ou coisas e passa a representar ações.

### 3.2.3 Sistema de cláusulas comportamentais

Por se tratar de um processo situado entre os materiais e os mentais, o processo comportamental é formado de características de ambos os domínios. Eles codificam os

comportamentos fisiológicos e psicológicos, sobretudo, os realizados pelos seres humanos. Alguns tipos de processos comportamentais podem compartilhar, também, traços de processos verbais, o que é possível pelo princípio da indeterminação sistemática. Por compartilhar características desses três domínios da experiência, à primeira vista, não é tão simples discernir a ocorrência do processo comportamental.

O participante típico desse processo é denominado Comportante, que é um ser sempre consciente, como o Experienciador das cláusulas mentais, mas que realiza tipicamente ações materiais, o que aproxima, nesse aspecto, seu significado do significado material. A seguir, vemos exemplos de cláusulas comportamentais:

(11) – Fuzer e Cabral (2014, p. 77)

Neymar	dança	em evento beneficente
<b>Comportante</b>	<b>Processo Comportamental</b>	<b>Circunstância de Tempo</b>

Opcionalmente, podemos acompanhar esses processos com o Comportamento, participante que nos faz lembrar do Escopo-Processo, visto quando tratamos das orações materiais. No exemplo:

(12) – Lima-Lopes e Ventura (2008, p. 12)

... você	pode	assistir à fita
<b>Comportante</b>	<b>Processo Comportamental</b>	<b>Comportamento</b>

### 3.2.4 Sistema de cláusulas existenciais

Cláusulas existenciais constroem e materializam a experiência acerca das coisas que existem no mundo. O verbo prototípico desse tipo de cláusula é “haver” (sentido de existir). A Gramática Tradicional chama essas cláusulas de orações sem sujeito, justamente pela ausência de sujeitos sintáticos nessas orações. Na perspectiva da GSF, encontraremos apenas um participante nas orações existenciais, o Existente (uma pessoa, um objeto, um animal etc.). O exemplo abaixo apresenta esse tipo de construção:

(13) – Fuzer e Cabral (2014, p. 79)

Houve	uma alta de 70,7% nas vendas de notebooks
<b>Processo Existencial</b>	<b>Existente</b>

### 3.2.5 Sistema de cláusulas verbais

As cláusulas verbais realizam uma figura do dizer, e seus processos se dividem em dois tipos, quais sejam, de *atividade* e de *semiose*. Fuzer e Cabral (2014, p. 72) dizem o seguinte acerca deste tipo de cláusulas:

Contribuem para variados tipos de discurso, por sua característica de fala. Ajudam na criação do texto narrativo, a fim de tornar possível a existência de passagens dialógicas; permitem ao jornalista, em reportagens, atribuir informações a fontes exteriores; desempenham um relevante papel nos trabalhos acadêmicos, citando e relatando ponto de vista e argumentos expressos por outros pesquisadores.

Os participantes típicos são: Dizente, Verbiagem, Alvo e Receptor. O Dizente é o participante que diz alguma coisa, podendo ser humano ou não. Verbiagem é tudo o que o Dizente diz. Receptor representa o participante a quem a Verbiagem se dirige. E, por último, Alvo é o participante atingido pelo processo. As seguintes cláusulas exemplificam os processos do dizer e os participantes acima elencados:

(14) – Fuzer e Cabral (2014, p. 73)

Dunga	fala	palavrões	durante entrevista
<b>Dizente</b>	<b>Processo Verbal</b>	<b>Verbiagem</b>	<b>Circunstância de tempo</b>

(15) – Fuzer e Cabral (2014, p. 73)

Dunga	pede	desculpas	à torcida
<b>Dizente</b>	<b>Processo Verbal</b>	<b>Verbiagem</b>	<b>Receptor</b>

(16) – Fuzer e Cabral (2014, p. 73)

O MP	denuncia	Alexandre Nardoni e Ana Carolina Jatobá	por homicídio triplamente qualificado
<b>Dizente</b>	<b>Processo Verbal</b>	<b>Alvo</b>	<b>Circunstância de causa</b>

### 3.3 Processos relacionais

Antes de iniciarmos a explanação acerca da proposição teórica de Halliday e Matthiessen (2014) no que se refere ao domínio relacional, cabe explicar uma escolha taxionômica pela qual nos decidimos para nos referirmos ao pareamento que se dá entre as formas e os significados que configuram as construções relacionais.

A teoria sistemicista compreende a transitividade não como uma propriedade inerente a um item lexical, mas como o sistema léxico-gramatical responsável pela construção das

cláusulas de uma língua. Como já discutido anteriormente, a arquitetura desse sistema é formada por seis domínios experienciais (regiões topológicas), quais sejam: material, mental, relacional, verbal, comportamental e existencial. Esses domínios estão relacionados de maneira não hierárquica, o que se explica com base no *princípio da indeterminação sistemática* (princípio sobre o qual todo o Sistema de Transitividade é baseado).

A fluidez categorial dos *processos* (motivada pelo princípio da indeterminação sistemática) e a coocorrência de determinados *participantes* em sistemas distintos (caso do participante Atributo, presente tanto no sistema relacional, como no sistema material) apontam para uma zona difusa e interseccional, na qual traços de diferentes domínios convergem para a construção do significado representacional (concretamente realizado pelo falante em contexto de uso específico). Analisemos o exemplo abaixo, apresentado por Halliday e Matthiessen (2014, p.260):

(17) Eu estava realmente... eu não sei o quanto de camaleão eu estava sendo nessa conversa banal.

Segundo os autores, nessa construção, o processo “ser” não é construído com o prototípico traço de estaticidade, mas se aproxima do domínio comportamental. Podemos falar, por conseguinte, de uma propensão comportamental em determinadas cláusulas relacionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014).

Julgamos a inserção do termo *sistema*, para nos referirmos ao domínio relacional, plausível e produtiva, tendo em vista que nos permite compreender a interconexão entre as redes dentro de um mesmo domínio, assim como a interconexão entre as redes ideacionais quando observadas operando a construção discursiva da experiência por meio do acionamento dos seis domínios nos mais distintos tipos de textos. Desse modo, preserva-se a relação hierárquica que o Sistema de Transitividade estabelece com os seis domínios, pois, ao serem regidos pelo princípio de indeterminação sistemática, são definidos não como módulos ou categorias autônomas, mas como zonas topológicas de construção do fraseado interconectadas por redes que promovem uma interação dinâmica e contínua entre os sistemas. Como já explicado na Subseção 3.1, Halliday e Matthiessen (2014) propõem a metáfora do mapa de cores para explicar como esse princípio atua e como os sistemas se inter-relacionam.

Outro esclarecimento pertinente e talvez necessário para o leitor familiarizado com o uso do termo “construção” no âmbito do que se vêm denominando Linguística Funcional

Centrada no Uso (CEZARIO; FURTADO DA CUNHA, 2013)– uso que explicita a interface estabelecida entre aquela corrente funcionalista e a teoria cognitiva da *Gramática de Construções* – é o de que, neste trabalho, o termo *construção* diz respeito ao limite do complexo frasal (tradicionalmente conhecido como frase complexa), no qual a cláusula consiste na unidade central de análise (HALLIDAY, 1985). Esse entendimento é o mesmo que encontramos na Gramática Tradicional, que se limita a explicar os fatos de linguagem unicamente pautada pelo estudo das relações construcionais. Embora Halliday (1985) retome essa posição defendida pela tradição, ele o faz num quadro teórico em que a cláusula cumpre *funções* na linguagem, assim como contrai relações não construcionais (para além dos limites da cláusula). Neves (2013, p. 38) sintetiza esse posicionamento do funcionalismo sistemicista do seguinte modo:

Mesmo configurada por esse estatuto de estruturação sintática, na visão hallidayana oração (complexa) cumpre funções na linguagem, ou seja, ela é representação (organização semântica, em cumprimento da função ideacional), ela é troca (organização da interação, em cumprimento da função interpessoal) e ela é mensagem (organização informativa, em cumprimento da função textual). Além disso, o que está na proposta funcionalista de Halliday é que a sistematização também chega lá onde as formas de organização são não construcionais, fora dos limites da oração – mesmo da oração complexa –, ou seja, ao lado dela (no domínio da entoação e do ritmo), em torno dela (no domínio da coesão e do discurso) e além dela (no domínio dos modos metafóricos de expressão). Afinal, Halliday (1985, p. XXII) diz textualmente que “o texto é o objeto da linguística, juntamente com o sistema”.

Nesse trecho, Neves (2013) apresenta as diferentes perspectivas utilizadas pelo funcionalismo sistemicista para o estudo das cláusulas no âmbito do sistema, assim como para o estudo das cláusulas no âmbito do texto. Esse posicionamento resulta numa holística extremamente complexa, que, ao diferenciar níveis e subníveis de análise (por necessidade de clareza teórica), propõe concomitantemente a convivência harmônica desses níveis e subníveis sob a lente do pesquisador.

Voltando ao tema desta seção, Halliday e Matthiessen (2014) definem o sistema relacional como responsável pela construção das *figuras* (cenas representadas pela configuração de Processo+Participantes+Circunstâncias eventuais) do *Ser* e do *Ter* e afirmam que as funções operacionalizadas por esse sistema são caracterizar (*to characterize*) e identificar (*to identify*). Eles apresentam a seguinte exemplificação para ilustrar essas duas funções semânticas:

(18) – Halliday e Matthiessen (2014, p. 259)<sup>16</sup>

<b>Caracterização</b>
Um quarto de toda a população da África <b>está</b> na Nigéria, logo nós dizemos que um de quatro africanos <b>é</b> nigeriano.

(19) – Halliday e Matthiessen (2014, p. 259)<sup>17</sup>

<b>Identificação</b>
Os três principais grupos na nação <b>são</b> o Yorubá no sudoeste, o Ibo no sudeste, e o Hausa, finalmente, no norte.
... porque sua demanda final <b>era</b> [[que o homem [[que deseja se tornar rei]] deveria primeiro pagar todo o débito [[devido por cada homem e por cada mulher na comunidade]]]]!

Essas duas funções são efetivamente realizadas em construções que apresentam um processo do *Ser* ou do *Ter* e que selecionam obrigatoriamente dois participantes (definidos como inerentes). No caso dos exemplos acima, podemos observar que ambos apresentam como processo a forma verbal *ser*, seja no presente simples ou no passado simples, e que esses exemplos apresentam uma configuração clausal em que o processo seleciona dois participantes, podendo ser esses participantes *indefinidos* – “nigeriano”, “uma nação”, “um número maior” – ou *definidos*, como no segundo exemplo – “o Yorubá no sudoeste”, “o Ibo no sudeste, e “o Hausa, finalmente, no norte”.

A natureza definida ou indefinida do participante está diretamente relacionada à possibilidade de reverter-se a posição desses participantes em torno do eixo processual. Assim, estruturas que apresentam o segundo participante como semanticamente indefinido não permitem a *reversibilidade* sem que ocorra uma mudança de proeminência temática; por outro lado, estruturas em que o segundo participante é realizado por um grupo nominal definido permitem a reversão posicional. Por exemplo:

(20) Ela não era uma mulher estranha. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 267)

(21) Geralmente significa frequentemente. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 211)

<sup>16</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 259): “One quarter of the entire population of Africa **is** in Nigeria, so we say that every fourth African **is** a Nigerian”.

<sup>17</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 259): “The three major groups in the nation **are** the Yoruba in the southwest, the Ibo in the southeast, and the Hausa, finally, in the North/ ... because its final requirement **was** [[ that the man [[Who aspires to be king]] would first pay all the debt [[owed by every single man every and single woman in the community ] ] ]!

Halliday e Matthiessen (2014) lançam mão de um procedimento prosódico para verificar a possibilidade de reversão posicional entre os participantes das cláusulas relacionais. Esse procedimento consiste em um contraste de voz (*voice-like contrast*), onde, primeiramente, pronuncia-se a cláusula sem reversão posicional, e, em seguida, pronuncia-se a cláusula com a reversão. A partir daí, julga-se se a reversão configura uma variante sistêmica normal (*normal variant systemic*) da cláusula. Além desse critério, outro utilizado diz respeito à alternância de proeminência temática. Quando esse fenômeno ocorre, a cláusula é considerada como não passível de reversão entre as posições de seus participantes.

Essa possibilidade de variação sistêmica (*systemic variation*) permite concluir que existem distintas configurações gramaticais no que tange às cláusulas do sistema relacional. Na próxima subseção, discorreremos sobre a gramática desse sistema, focalizando os aspectos morfossintáticos e semânticos presentes nas estruturas reversíveis (identificativas) e não reversíveis (atributivas).

Antes, contudo, cabe-nos refletir acerca do tipo de experiência que as cláusulas relacionais constroem. Para isso, devemos considerar o conjunto dos domínios primários da experiência, quais sejam: o material, o mental e o próprio relacional. Como já vimos, os dois primeiros se referem, respectivamente, às experiências do mundo externo e às experiências do mundo da consciência. Por sua vez, essas mesmas experiências podem ser construídas no domínio ideacional por meio de uma figura do *Ser* ou *Ter*, conforme se pode constatar na tabela a seguir, retirada de Halliday e Matthiessen (2014, p. 260):

Quadro 8 – Relações entre os tipos de processos primários

	<b>Experiência interna</b>	<b>Experiência externa</b>
Material [doing]	–	Ela está andando para a sala de jantar; ela está comprando uma mesa de mogno; ela está esvaziando a garrafa.
Mental [sensing]	Ela se alegrou, ela teme a estupidez; seu comportamento a diverte, estupidez a assusta	–
Relacional [being]	Ela está feliz, ela está com medo; para ela, estupidez é assustador	Ela está na sala de jantar; ela tem uma mesa de mogno; a garrafa está vazia.

Fonte: adaptado de Halliday e Matthiessen (2014)

Contudo, observar que o domínio relacional constrói experiências típicas dos domínios material e mental com base em seu próprio modelo representacional não é o bastante. A fim de aprofundarmos a reflexão, caberia questionar: *Como a experiência é representada nesse domínio?* Com a finalidade de responder a essa questão, Halliday e Matthiessen (2014)

propõem que a análise dessa problemática deve considerar duas etapas que estão intimamente relacionadas. A primeira diz respeito a como a figura do *Ser* é construída considerando-se seu desdobramento através do tempo. Já a segunda se refere à estrutura de *processo + participantes* no que concerne à construção desse tipo de figura.

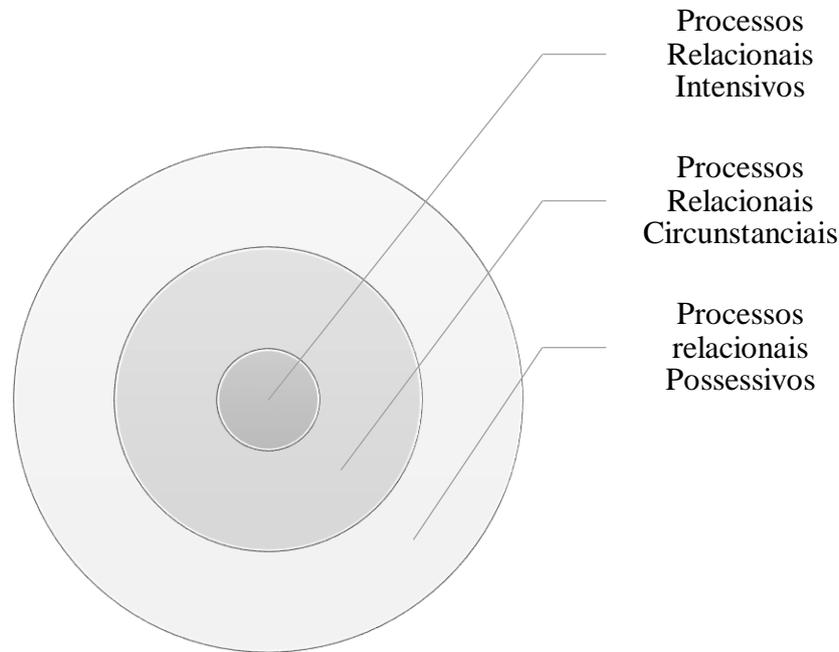
Quanto à natureza do desdobramento através do tempo, os autores afirmam que, diferentemente das cláusulas materiais – marcadas por um fluxo de mudança dinâmico, para o qual contribui um investimento de energia do participante Ator, que acaba por configurar o evento prototipicamente material como um fluxo que se desenrola de uma fase inicial a uma fase final (*the outcome*) –, as cláusulas relacionais se assemelhariam às mentais, pois, tal como essas, a mudança construída pelas cláusulas relacionais apresentam um desdobramento estático, sem investimento de energia por parte de algum participante. Outra característica do desdobramento temporal nos processos relacionais, que permite aproximá-los dos mentais, é a de que, tal como nesses, o presente simples é considerado *não marcado*. Por outro lado, o presente contínuo, quando realizando processos relacionais, é considerado altamente marcado, e quase que restrito às cláusulas relacionais, cujo significado da figura se aproxima do das comportamentais. Como no exemplo apresentado no início da Subseção 3.3:

(22) E eu era realmente... eu não sei quanto de um camaleão *eu estava sendo nessa conversa de sala comum* – destaque nosso.(HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 260)

É de extrema importância, considerando esse exemplo, observar que o princípio da indeterminação sistemática opera sobre as fronteiras categoriais, tornando-as fluidas e fazendo com que determinados traços, típicos de outros domínios, estejam presentes em determinadas realizações do domínio sob investigação, como no caso do exemplo acima. Podemos considerar, por conseguinte, que há estruturas mais prototípicas, às quais podem ser atribuídas a maior parte dos traços caracterizadores das estruturas relacionais, e estruturas cujo significado é mais fronteiro. Essas estruturas compartilham tanto traços do domínio em que são classificadas, quanto de outros domínios. Por esse motivo, há a necessidade de se investigar e desenvolver parâmetros que permitam não só descrever e classificar o arcabouço de estruturas relacionais da língua, mas, indo mais longe, compreender quais os fatores morfossintáticos, semânticos e discursivos que subjazem ao amplo espectro das escolhas que se efetivam quando o falante ativa, em seus textos, o arcabouço das construções relacionais. O diagrama abaixo apresenta uma proposta de escala de prototipia (construída com base na análise dos dados de nosso *corpus* e dos postulados teóricos da LSF), onde no centro está o

tipo mais prototípico e no limite da *categoria radial* (no caso, os *processos relacionais*) está o tipo menos prototípico:

Figura 6 – Escala de prototipia dos tipos de cláusulas relacionais quando considerado o modo atributivo.



Fonte: elaboração própria.

(23) Ela não é muito interessada na comida – *cláusula relacional intensiva atributiva*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 270)<sup>18</sup>

(24) O encontro será sexta-feira – *cláusula relacional circunstancial atributiva*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 289)<sup>19</sup>

(25) Emily tem um piano – *cláusula relacional possessiva atributiva*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 289)<sup>20</sup>

Como podemos observar, apenas os *processos relacionais intensivos* ocupam o núcleo prototípico da categoria, pois somente esse tipo de processo apresenta todos os traços definidores. Esses traços são, com base em Halliday e Matthiessen (2014, p. 267-268):

- 1- caracterizar entidades situando-as em uma classe ou atribuindo-lhes qualidades e identificar entidades;

<sup>18</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 270): “She’s not very **interested** in the food”.

<sup>19</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 289): “the meeting is on Friday”.

<sup>20</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 289): “Emily has a piano”.

- 2- o verbo lexical que realiza o processo é um verbo pertencente ao grupo dos verbos atribuidores, que só ocorrem em cláusulas intensivas atributivas, ou ao grupo dos identificadores, que só ocorrem nas cláusulas intensivas identificativas;
- 3- a classe ou qualidade atribuída é de natureza indefinida. Já a identidade é de natureza definida;
- 4- o participante Atributo assume a configuração de SN ou Sadj; já o participante Identificador assume a configuração SN (com *DET* definido);
- 5- é impossível realizar a reversão posicional do participante Atributo em torno do eixo processual nas cláusulas atributivas. Já nas cláusulas identificativas é possível reverter a posição do participante Identificador em torno do eixo processual.

Além desses traços elencados pelos autores, a frequência de ocorrência dos membros da categoria é de extrema relevância para diagnosticar a centralidade, intermedialidade e fronteiricidade de seus membros. Contudo, reservamos essa parte da discussão para o capítulo de apresentação dos resultados, onde apresentaremos a frequência de ocorrência dos tipos de cláusulas e, conseqüentemente, retornaremos a essa proposta de prototipia.

Como observamos, os *processos relacionais circunstanciais* se afastam um pouco do protótipo, não apresentando todos os traços definidores. O motivo que nos levou a situá-los no nível intermediário na escala de prototipicidade dos processos relacionais foi o fato de que esse tipo de processo não atribui qualidades ou uma classe ao participante Portador. Ao invés disso, a referência, que pode ser definida (HALLIDAY, MATTHIESSEN, 2014, p. 291), o que entra em choque com um dos fundamentos que distinguem relacionais atributivas de relacionais identificativas, se dá no âmbito da localização (espacial; temporal) do Portador. No que tange à configuração morfossintática do Atributo, os constituintes são estruturados em Spreps. O verbo lexical selecionado pelo processo pertence ao grupo dos circunstanciadores.

Outro motivo para a alocação dos circunstanciais na posição intermediária é a afirmação de Halliday e Matthiessen (2014) de que os processos circunstanciais se aproximam bastante dos processos intensivos. No momento, não temos condições de verificar se essa afirmação se confirma em língua portuguesa. Na falta dessa condição, assumimos essa premissa dos autores, mas conscientes de que, em algum momento, essa verificação deverá ser realizada, seja por nós, ou por outros pesquisadores da corrente.

Na última região da escala de prototipicidade estão os *processos relacionais possessivos*. Esses processos são os que possuem menos traços definidores do protótipo, razão pela qual ficam mais próximos da fronteira categorial. Uma das premissas que utilizamos para realizar essa alocação é a de que Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que o domínio relacional é responsável pela construção das cenas do *Ser* e do *Ter*. As cenas do *Ser* dizem respeito aos processos relacionais intensivos e circunstanciais e são as cenas mais prototípicas do sistema relacional. As cenas *Ter* se restringem às cláusulas possessivas. Como as cenas do *Ser* são primárias em relação às do *Ter*, o que se justifica pela própria explanação que os autores realizam acerca dos fundamentos do sistema relacional, em nossa escala, julgamos coerente situar as cláusulas do *Ter* na zona de fronteira. Além desse fator importante, mas não central, a alocação nesse *continuum* tem como principal fator o enquadramento ou distanciamento das cláusulas em relação os critérios arrolados para justificar a proposta representada na figura 6.

Contudo, cabe ressaltar que essa proposta ainda se encontra em estágio inicial de desenvolvimento. Para seu amadurecimento e possível consolidação são necessárias muitas discussões, debates com os pares e sua aplicação sobre um número maior de dados. No capítulo cinco, discorreremos com maior especificidade acerca da escala de prototipicidade acima apresentada. Apresentaremos os parâmetros descritivos que nos possibilitaram chegar a esse modelo, bem como os subsídios que a análise da frequência de ocorrência das cláusulas relacionais, em nosso *corpus*, pode nos fornecer. Por ora, devemos nos deter em mais alguns aspectos cognitivos do sistema relacional.

Não obstante podermos apresentar um esquema relacionando o tipo de processo com base numa escala de prototipia, o mesmo não pode se dizer em relação à determinação do *nível básico de especificidade* (BERLIN; BREEDLOVE; RAVEN, 1973; ROSCH *et al.*, 1976) da categoria de processos relacionais.

É de suma importância considerar a estrutura dos *processos + participantes*, pois, segundo Halliday e Matthiessen (2014), se nos detivéssemos apenas no desdobramento temporal, não faria sentido distinguir entre cláusulas relacionais e mentais, tendo em vista que ambas representam o evento como estático, selecionando processos que se configuram semanticamente como sem investimento de energia.

De fato, ao analisarmos a natureza dos participantes presentes tanto nas estruturas mentais, quanto nas relacionais, veremos que há bastante diferença. Por exemplo, enquanto as estruturas mentais comportam um participante sempre dotado de consciência (o Experienciador), as relacionais podem não apresentar participantes dotados com esse traço. Os participantes das estruturas relacionais se assemelhariam mais ao participante Fenômeno das mentais.

Um aspecto das estruturas relacionais que, a princípio, poderia nos fazer considerá-las como semelhantes às mentais é o fato de que as cláusulas relacionais podem construir como participantes não apenas coisas, mas fatos e ações. Todavia, participantes construídos como coisas, fatos e ações, no sistema relacional, não representam fenômenos da consciência, como no sistema mental. Ao invés disso, o sistema relacional lança mão de determinadas propriedades semióticas que permitem atribuir certa característica (uma propriedade semiótica) a um fato ou ação, que consiste em outra entidade semiótica. Veja-se o exemplo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 261)<sup>21</sup>:

(26) É claro que ela nunca partiu.

Na cláusula, *claro* é uma propriedade semiótica (*semiotic property*) atribuída a um fato *ela nunca partiu*, configurado ele mesmo como uma entidade semiótica (*semiotic entity*). Ambos os participantes são selecionados em torno do eixo do *Ser* e, por consequência, ao serem considerados como entidade e propriedade semióticas, podem ser compreendidos como argumentos do processo *be* (ser). No caso, teríamos no exemplo um argumento de natureza nominal e um argumento de natureza oracional. No sistema mental, o fato não seria construído como argumento do processo, mas como uma cláusula à parte (cláusula projetada), como no exemplo (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 261)<sup>22</sup>:

(27) A testemunha pensou que ela nunca saiu.

Na subseção seguinte, apresentaremos a arquitetura geral do sistema de cláusulas relacionais.

### 3.3.1 Sistema Relacional

<sup>21</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 261): “that she never left is clear”.

<sup>22</sup> No original de Halliday e Matthiessen (2014, p. 261): “the witness thought that she never left”.

As cláusulas relacionais são os tipos de cláusulas que estabelecem uma relação de atribuição ou identidade entre duas entidades. Com efeito, teremos dois participantes inerentes nesse tipo de construção. Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 65):

As orações relacionais são comumente usadas para representar seres no mundo em termos de suas características e identidades. Ajudam na criação e descrição de personagens e cenários em textos narrativos; contribuem na definição de coisas, estruturando conceitos.

Essas orações são de três tipos: possessivas, intensivas e circunstanciais, podendo apresentar-se como atributivas ou identificativas.

As *intensivas* caracterizam entidades:

(28) – Fuzer e Cabral (2014, p. 65)

Você	está	satisfeita com a sua carreira?
<b>Portador</b>	<b>Processo Relacional</b>	<b>Atributo</b>

As cláusulas relacionais *circunstanciais* estabelecem uma relação de tempo, lugar, causa, dentre outras, entre os dois participantes:

(29) – Fuzer e Cabral (2014, p. 66)

O inquérito policial	é	sobre delito de infanticídio
<b>Portador</b>	<b>Processo Relacional</b>	<b>Atributo Circunstancial</b>

As *possessivas*, como o próprio nome já deixa entrever, representam as cláusulas relacionais em que a relação estabelecida entre os dois participantes é de posse, como no exemplo:

(30) – Fuzer e Cabral (2014, p. 66)

O prédio	é	da Prefeitura, e não do Estado
<b>Possuído</b>	<b>Processo Relacional</b>	<b>Possuidor</b>

No modo atributivo, as cláusulas relacionais atribuem características a uma entidade. Os exemplos 28, 29 e 30 representam esse tipo de cláusula.

As cláusulas relacionais no modo identificativo têm a função de determinar a identidade de uma entidade. Nos exemplos a seguir encontramos cláusulas relacionais identificativas:

(31) – Fuzer e Cabral (2014, p. 71)

Espanha e Alemanha	foram	as finalistas na Copa do Mundo de 2010
<b>Identificado</b>	<b>Processo Relacional</b>	<b>Identificador</b>

	<b>Identificativo</b>	
--	-----------------------	--

Os participantes que podem acompanhar os processos relacionais são de seis tipos, e a sua ocorrência depende do tipo de processo relacional presente na cláusula. Assim, em cláusulas com processo relacional atributivo, os participantes que o acompanham serão o Portador e o Atributo. O processo relacional possessivo atribui nomes especiais a esses dois participantes (Possuidor e o Possuído). Já no processo relacional identificativo, os participantes serão o Identificador e o Identificado (também denominados Possuidor e Possuído nas cláusulas possessivas). Nos exemplos anteriores, todos esses participantes encontram-se presentes.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

Nas três partes que compõem este capítulo, apresentaremos a perspectiva metodológica adotada e seu significado geral no contexto desta investigação, a caracterização do *corpus*, e os parâmetros descritivos desenvolvidos para a análise das cláusulas relacionais presentes em nosso *corpus*. Em que pese a especificidade desta pesquisa, assumimos um posicionamento metodológico que se coaduna parcialmente com posicionamentos adotados por linguistas de viés funcionalista.

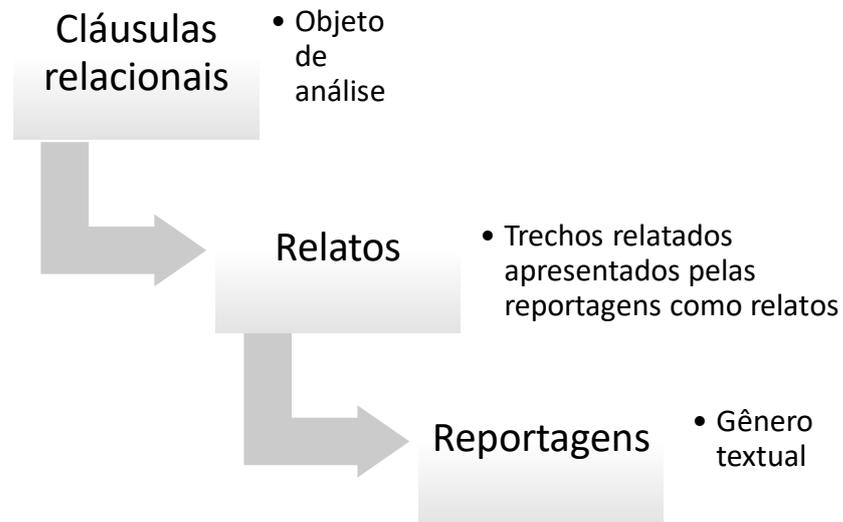
### 4.1 Da construção da amostra

Embora a construção do *corpus* consista num artifício metodológico, portanto, em uma abstração, os dados componentes do conjunto são, por outro lado, uma amostra de linguagem natural, o que permite inferir uma relação metonímica do tipo Parte/Todo entre a amostra coletada e a totalidade do sistema de usos linguísticos, sincronicamente situado. Por conseguinte, as interpretações oriundas da análise do *corpus* apresentam caráter válido para quaisquer outras construções da língua portuguesa que apresentem o mesmo padrão de pareamento entre a forma e o significado. Dito isso, explicitamos, nos parágrafos abaixo, as etapas que percorremos para a construção da amostra.

O *corpus* foi composto por 181 cláusulas relacionais, presentes em 48 sequências relatadas por vítimas de violência homofóbica, coletados em seis reportagens veiculadas *online* por sites jornalísticos que produzem informação acerca de diferentes esferas da vida social (GIUSTI, 2014; MIRANDA, 2016; PEROBELLI, 2016; OLIVEIRA; JORGE, 2017; QUERINO, 2018; FERNANDES, 2019). Cabe-nos enfatizar que essas 181 cláusulas codificam estruturas representacionais teleologicamente orientadas para a definição de conceitos, identificação, localização, atribuição de posse e classificação de entidades (semióticas e não semióticas), que estão relacionadas cotextualmente com outras estruturas representacionais, finalisticamente orientadas para a expressão de outros tipos de significado (cláusulas materiais, mentais, verbais, existenciais e comportamentais).

A relação que se estabelece entre cláusulas, relatos (nesta dissertação, esse termo se refere à designação que as reportagens dispensam para as sequências relatadas) e reportagens é de inclusão e se dá do seguinte modo:

Figura 7 – Relação de inclusão entre cláusulas, relatos e reportagens.



Fonte: elaboração própria.

Detivemo-nos nas cláusulas componentes das sequências relatadas, pois nosso objetivo é analisar as representações que essas cláusulas estabelecem para a narrativa da violência homofóbica sofrida pelas vítimas. Se considerássemos a reportagem como um todo, extrapolaríamos esse objetivo e, por conseguinte, analisaríamos representações outras que não as voltadas propriamente à temática da violência homofóbica.

Contudo, cabe destacar que a ordem do relatar abriga materializações textuais (registros) bem diferentes, a depender de qual dimensão de sua personalidade o relator enfoca. Contudo, independentemente da dimensão enfocada, o ato de relatar consiste na narração de eventos presenciados ou vivenciados pelo narrador de maneira subjetiva, imprimindo sua ótica, seus sentimentos, seu posicionamento. Segundo Kocher, Marinetto e Boff (2012), a mundividência do narrador é um aspecto constitutivo do relatar como descrição de um estado de coisas e do Relato como tipo de texto (gênero textual).

Para a caracterização das sequências relatadas, é importante considerar as variáveis do *contexto de situação*, quais sejam: *campo*, *relação* e *modo*. No que concerne às sequências componentes do nosso *corpus*, a atividade realizada (*campo*) foi a exposição de diferentes tipos de violências sofridas pelas vítimas. A *relação* entre os participantes do contexto, repórter e vítima é não hierárquica. O repórter necessita de que a vítima exponha as informações relevantes (a exposição da violência) para a consecução de seu trabalho. Para isso, ele precisa transmitir confiança para a vítima, bem como deixá-la confortável (propícia)

para fornecer as informações. Já o papel da linguagem (*modo*) é complementar, pois o trabalho do repórter não se resume a escrever o texto. Ele precisa desenvolver a metodologia para a coleta dos dados, definir os instrumentos a serem utilizados, os lugares para a realização apropriada das entrevistas etc. Além disso, o caráter secundário que os trechos relatados assumem no âmbito da reportagem faz com que o repórter tenha que operar recortes no texto fornecido pelas vítimas, pois o espaço de que ele dispõe para a exposição desses relatos é limitado e deve ser dividido com informações de outros tipos. O canal também é um aspecto do *modo* e, no caso dos relatos, se configura de dois modos: (i) o canal para a coleta é oral; (ii) o canal para a veiculação dos textos é gráfico. Nesse sentido, o repórter pode optar por preservar as palavras utilizadas pelas vítimas (*discurso direto*) ou parafraseá-las (*discurso indireto*).

Por conta do que foi exposto, é fundamental caracterizar os relatos coletados tomando como escopo o tamanho do texto (número de palavras). Para isso, apresentamos abaixo o tamanho (a soma do conjunto), número e realização dos textos.

A reportagem “Depoimento de jovem gay que sofreu ataque homofóbico em Santos viraliza nas redes sociais” (QUERINO, 2018) apresenta um único relato, cuja cotextualização alterna entre trechos de *discurso direto* e *discurso indireto*. Esse relato é o que possui maior extensão (338 palavras) dentre os textos de nosso *corpus*, o que se explica por ser o único relato presente nessa reportagem.

A reportagem “20 histórias reais que mostram que agressões psicológicas sofridas por gays são tão traumáticas quanto as físicas” (GIUSTI, 2014) apresenta o maior número de relatos dentre as reportagens, um total de 20. Todos esses relatos são cotextualizados via *discurso direto*. São também os relatos de menor tamanho em nosso *corpus*, apresentando uma média de 35 palavras por relato. A soma das palavras de todos os relatos resulta em 719 palavras. O que influencia o pequeno tamanho desses textos é o fato de a reportagem apresentar muitos relatos.

A reportagem “Basta de homofobia: relatos de gays, lésbica, bi, trans e travesti no esporte” (OLIVEIRA; JORGE, 2017) contém seis relatos de violência homofóbica. Esses relatos são cotextualizados, concomitantemente, por *discurso direto* e *indireto*. A média de palavras por cada relato dessa reportagem é de 210 e a soma de palavras dos seis relatos é de 1263.

A reportagem “Homossexuais relatam agressões e preconceitos e dizem: ‘não esqueceremos’” (PEROBELLI, 2016) possui oito relatos. Todos esses relatos foram cotextualizados por *discurso direto*. Cada relato contém em média 102 palavras, sendo que a soma das palavras dos oito relatos é de 820 vocábulos.

A reportagem “10 Relatos que mostram a importância de criminalizar a lgbtfobia” (FERNANDES, 2019) apresenta 10 relatos cotextualizados via *discurso direto*. A reportagem reserva uma média de 62 palavras por relato e um total de 627 vocábulos componentes dos 10 relatos publicados.

Por último, a reportagem “Conheça histórias de pessoas que sofreram homofobia na família” (MIRANDA, 2016) veicula três relatos de homofobia. Esses relatos são cotextualizados, simultaneamente, via *discurso direto* e *indireto*, apresentando uma média de 273 palavras por relato e um total de 819 vocábulos quando somada a matéria textual dos três relatos.

#### **4.2 Natureza epistemológica da metodologia adotada**

Esta investigação acompanha a tendência qualitativa e holística assumida hodiernamente pelas pesquisas funcionalistas (OLIVEIRA, 2012), o que significa proceder com acuidade e especificação na análise e descrição dos fatos observados.

Por conseguinte, faz-se premente analisar os dados à luz de seu contexto de ocorrência, qual seja: o *Discurso*. Todavia, há que se modalizar esse axioma funcionalista. Trazer ao centro de nossa atenção os fatores pragmático-discursivos que motivam o *uso linguístico* não significa dar menor importância à *Gramática* que instancia esse uso. Tal atitude acarretaria um prejuízo de caráter heurístico na explicação do fenômeno.

Dessa forma, assumimos o entendimento de que, na trajetória (bidirecional) que se estabelece entre a *Gramática* e o *Discurso*, a *Semântica* está situada no centro, sendo o ponto de ligação entre esses dois componentes da linguagem. Por consequência, o nível semântico é afetado tanto por fatores pragmático-discursivos, quanto por fatores internos ao sistema linguístico (como se verá na análise e discussão da amostra). Da relação entre a Gramática e a Semântica resultam as relações entre *forma* e *significado*, relações simbólicas (PERINI,

2008). Da relação entre a *Semântica* e o *Discurso* resultam as escolhas linguísticas efetuadas pelos indivíduos.

Considerando essa trajetória e a relação entre os segmentos que interligam os componentes, o posicionamento qualitativo assumido por este trabalho especifica os fatores internos à construção das cláusulas relacionais, a relação simbólica que se estabelece entre a estrutura dos constituintes e das cláusulas e o seu significado e as motivações que subjazem às escolhas realizadas pelas vítimas de violência homofóbica para narrarem a violência sofrida.

Trata-se da assunção de uma metodologia indutiva, que parte da observação dos dados para a generalização de relações sistemáticas, assim como para a seleção e desenvolvimento das categorias de análise. Cabe ressaltar que essas generalizações não têm a pretensão de estabelecer posicionamentos categóricos para a descrição do sistema de cláusulas relacionais, mas de empreender um estudo sistemático da amostra selecionada a fim de aferir a aplicabilidade dos parâmetros e a sua correlação. Busca-se, desse modo, explicar o que há de estrutural, de sistêmico e de contingencial no conjunto das cláusulas que constituem os textos selecionados.

Contudo, cabe antes explicitar, no âmbito epistemológico, o que aqui se entende por metodologia qualitativa. Definir o termo *pesquisa qualitativa* se afigura algo um tanto problemático, pois o termo se refere a um conjunto muito amplo de práticas e métodos contrastantes e a uma diversidade intrínseca ao campo, oriunda de sua importância para diferentes disciplinas e profissões. Em face disso, Yin (2016) considera como mais produtivo, ao invés de buscar definir o que seja a pesquisa qualitativa, compreender cinco características presentes em quaisquer tipos de investigação que assumam tal denominação. São elas (YIN, 2016, p. 7):

1. Estudar o significado da vida das pessoas, nas condições da vida real;
2. Representar as opiniões e perspectivas das pessoas (rotuladas neste livro como participantes) de um estudo;
3. Abranger as condições contextuais em que as pessoas vivem;
4. Contribuir com revelações sobre conceitos existentes ou emergentes que podem ajudar a explicar o comportamento social humano; e
5. Esforçar-se por usar múltiplas fontes de evidência em vez de se basear em uma única fonte.

Buscamos contemplar, na medida do possível, essas cinco características, todavia, abordando-as numa perspectiva que tem a teoria funcionalista e sua proposta para o tratamento dos fenômenos linguísticos como cerne. Nesse sentido, podemos observar uma convergência entre as cinco características apresentadas por Yin (2016) e os postulados fundamentais do funcionalismo linguístico, quais sejam: (i) o conhecimento de mundo (cognitivo) do falante, estruturado em categorias e esquemas é um componente a ser abarcado pela gramática no que tange à análise dos fenômenos linguísticos (BEAUGRANDE, 1993); (ii) a relação entre o uso linguístico e a sua sistematização em estruturas linguísticas é motivada, ou dito de outro modo, não arbitrária (MACKENZIE, 1992); (iii) a convergência de forças internas e externas promovem um equilíbrio relativo do sistema gramatical (DU BOIS, 1985); (iv) A linguagem é regida por três funções precípua: compreender o meio em que os indivíduos vivem e suas interações, estabelecer relações sociais entre as pessoas e organizar a informação em textos (HALLIDAY, 1994).

As três primeiras características encontram eco em muitos estudos sistemicistas desenvolvidos pela comunidade acadêmica internacional (FAWCETT, 1987; MATTHIESSEN; BATEMAN, 1991). Elas especificam a orientação etnográfica dessas pesquisas, que buscam conjugar estudo gramatical e realidade social. A quarta característica é presente no esforço empregado pelos funcionalistas de maneira geral para o desenvolvimento de instrumentos de análise e para a construção de conceitos e postulados que resultem numa compreensão ampla e detalhada de seus objetos de estudo, o que, em última instância, gera inovações teóricas e reformulações conceituais. É uma característica que delimita um direcionamento heurístico para tais pesquisas. A quinta característica propõe a conjunção de diferentes fontes de dados a fim de aprofundar a análise, o que resulta em considerações qualitativas pautadas por maior rigor (GREIMAS, 1966) e fidedignidade. Buscamos contemplar todas essas características em nosso estudo. Se atingimos tal objetivo, somente o leitor poderá julgar.

#### **4.3 Parâmetros descritivos para as cláusulas relacionais**

A análise das cláusulas relacionais revelou que as categorias de participantes (Portador, Atributo, Possuidor, Coisa Possuída, Identificado e Identificador) abrigavam, sob um mesmo rótulo, estruturas que, embora compartilhassem entre si os traços propostos por

Halliday e Matthiessen (2014), apresentavam diferenças significativas. Notamos que essas categorias formavam uma zona bastante heterogênea quando observados (com base nos nossos dados) os diferentes tipos de escolhas efetivamente realizadas pelos falantes.

Por conseguinte, as categorias de participantes nas cláusulas relacionais são, na verdade, macrocategorias que visam descrever os significados sociais veiculados pelas construções linguísticas, o que é coerente com o próprio conceito de Sistema de Transitividade, qual seja, o de sistema léxico-gramatical responsável pela construção e codificação linguística da experiência de mundo.

Com isso em mente, propomo-nos a investigar as especificidades de cada dado localizado nessa zona heterogênea, buscando assim compreender as diferentes configurações morfossintáticas e semânticas que esses dados apresentavam.

Por esse motivo, desenvolvemos um conjunto de parâmetros descritivos que nos permitissem realizar a tarefa. São eles:

Quadro 9 – Apresentação dos parâmetros descritivos para as cláusulas relacionais.

<b>PARÂMETROS DESCRITIVOS</b>	
<i>1. Papéis Semânticos das Estruturas Emparelhadas (PSEE)</i>	1.1 Papel Semântico do Portador (PSP)
	1.2 Papel Semântico do Atributo (PSA)
	1.3 Papel Semântico do Identificado (PSI)
	1.4 Papel Semântico do Identificador (PSIR)
<i>2. Propriedades das Estruturas de Agnação (PEA)</i>	2.1 Configuração Morfossintática das Estruturas de Agnação (CMEA)
	2.2 Especificidades Semânticas das Estruturas de Agnação (ESEA)
<i>3. Relação Semântica entre os Participantes (RSP)</i>	
<i>4. Natureza do Atributo (NATT)</i>	

Fonte: elaboração própria.

Para a aferição da aplicabilidade desses parâmetros, utilizamos uma análise estatística fundamentada pela estimativa da correlação de Pearson (STEEL; TORRIE, 1980). A

correlação mensura, por meio de uma associação bivariada, o nível de relacionamento entre duas variáveis. Através dessa ferramenta, podemos medir a direção dessa relação. A variação das estimativas vai de zero a 100%, podendo assumir uma direção positiva ou negativa (esta última marcada pelo sinal negativo). Quanto mais as correlações se aproximam de 100% ou -100%, maior será sua magnitude.

A seguir, apresentaremos em sequência (próximas quatro seções) a proposta de cada um desses parâmetros.

#### 4.3.1 Papéis Temáticos das Estruturas Emparelhadas (PTEE)

Na busca de compreender as especificidades semânticas que configuram as realizações concretas dos participantes Portador, Atributo, Identificado e Identificador, desenvolvemos esse parâmetro para a descrição dos papéis temáticos que subjazem ao significado semiótico desses participantes. Destacamos que, no caso das cláusulas relacionais possessivas, os participantes recebem nomes diferentes (Possuidor e Possuído); porém, isso não significa que se trata de um outro modo de configuração das cláusulas relacionais. As possessivas também se apresentam no modo atributivo e no modo identificativo, e, por isso, seus participantes apresentam as mesmas características dos participantes dos outros dois tipos de cláusulas. Nesse sentido, as denominações Possuidor e Coisa possuída estão vinculadas unicamente ao fato de essas cláusulas pertencerem ao domínio do *Ter*, e não do *Ser*. Por esse motivo, não faz sentido desenvolver parâmetros especificamente para esses participantes, pois não se trata de uma diferença estrutural, mas terminológica. Ou seja, o que vale para os participantes Portador, Atributo, Identificado e Identificador vale para o Possuidor e para a Coisa possuída.

Fundamentados em Perini (2006, 2008, 2019), realizamos o diagnóstico de quais papéis estariam presentes nos dados de nosso recorte. Cabe destacar que, embora a proposta desse autor seja a base que possibilitou o estudo desses papéis, não partimos de uma posição categórica e apriorística. Ao contrário, guiados pelo procedimento indutivo, analisamos as cláusulas a fim de verificar se os papéis arrolados por Perini (2019) se aplicavam ao caso concreto. Quando julgamos que haveria a necessidade de introduzir novos papéis que permitissem uma interpretação mais apropriada, assim o fizemos. Esse foi o caso dos papéis *Coisa Classificada* e *Classe*, que não figuram na lista do autor, mas cuja adoção foi motivada pela necessidade de acuidade na análise das cláusulas.

Contudo, o que nos permitiu coerência na proposição dessas categorias foi a discussão de Perini (2008), que explicita a não existência de uma lista fechada de papéis temáticos para a descrição linguística em português (quicá, ainda segundo o autor, para quaisquer outras línguas naturais). Além disso, a discussão nos forneceu fundamentação para a proposição de novos papéis caso isso se demonstrasse necessário (como se confirmou) para a compreensão da estrutura semântica das cláusulas.

Também foi de fundamental importância a noção de *emparelhamento* (PERINI, 2019), que se refere ao fato de que, na estrutura temática de certas construções, poderá haver uma correlação categórica entre dois tipos de papéis, ou seja, a presença de um determinado papel pressupõe a realização de outro com ele relacionado. Desse modo, a análise de nossos dados revelou a presença dos seguintes papéis emparelhados:

- 1- *Coisa localizada – Lugar;*
- 2- *Coisa qualificada – Qualidade;*
- 3- *Possuidor – Coisa possuída;*
- 4- *Alfa referencial (aRef) – Alfa referencial(aRef);*
- 5- *Coisa classificada – Classe.*

No que concerne ao desenvolvimento dos papéis *Coisa classificada – Classe*, julgamos necessária uma distinção no âmbito das funções propostas pela GSF como pertinentes às cláusulas relacionais atributivas, que podem ser sintetizadas como a atribuição de classe (Atributo) a uma determinada entidade (Portador). Os dados demonstram que adotar essa postura generalizadora resultaria em homogeneização frente às especificidades de cada construção. Tomemos como base os exemplos abaixo:

(32) Uma vez uma menina ficou falando para mãe que *eu e meu namorado éramos estranhos*, fazendo cara feia. (GIUSTI, 2014)

(33) Dois caras que eu fiquei piraram quando descobriam que *eu era bissexual* e chegaram a perguntar se eu poderia ter passado alguma doença. (GIUSTI, 2014)

A depender do ponto de vista do analista, os Atributos acima podem ser interpretados tanto como Sadjs, quanto como SNs. Contudo, ao interpretarmos esses Atributos como Sadjs,

cabe observar uma diferença fundamental na forma como eles se relacionam com o núcleo substantivo dos SN's que predicam.

No primeiro exemplo, destacamos em itálico a cláusula relacional. Afirmamos que o participante Atributo (*estranhos*) é realizado por Sadj qualificador, sendo seu significado pertinente a uma característica que pode ser atribuída indistintamente a diversos tipos de entidades, como objetos, animais, ações, instituições etc. Entendemos que isso é possível porque, nesse caso, o Atributo opera um juízo de valor (de natureza não referencial) sobre o conteúdo referencial codificado pelo núcleo do SN, acionando a via da qualificação, uma via semântica que independe de referência objetiva a um determinado estado da realidade, sendo, portanto, de natureza idiossincrática. Já no segundo exemplo, o Atributo foi interpretado como um Sadj classificador, o que demonstra que diferenciamos essa codificação em relação à realizada no Atributo do primeiro exemplo.

No exemplo 32, a característica tende a não ser atribuída indistintamente a quaisquer tipos de entidades. Ao contrário, trata-se de uma categoria desenvolvida para fins de explicação do relacionamento afetivo entre seres humanos e, por isso, espera-se que sua realização estabeleça uma relação objetiva com algum fato da realidade social, não consistindo, por conseguinte, em uma referência de natureza idiossincrática, o que indica a ativação da função classificadora. Em outras palavras, o Sadj apresenta um conteúdo referencial que é predicado ao conteúdo referencial codificado no núcleo do SN.

Esses critérios foram desenvolvidos para a diferenciação de realizações, que, embora fossem passíveis de serem interpretadas tanto como SN, quanto como Sadj, acionavam ou a via da classificação (acionada principalmente por SNs, mas também pelos Sadj classificadores), ou a via da qualificação (acionada principalmente por Sadj).

Outro critério utilizado para a diferenciação entre os dois tipos de elementos adjetivos foi a especificidade do tipo de referência que esses elementos fazem a um determinado *frame* (FILLMORE, 1975). Em um conhecido estudo sobre o termo *bachelor* (solteirão), Charles J. Fillmore demonstra que a decomponencialidade de uma unidade lexical com base em traços semânticos não representa critério suficiente para a descrição do significado dessa unidade. Por isso, consiste em um procedimento fundamental para o estudo do significado lexical relativizar o potencial representacional a um domínio cognitivo específico (*frame*).

Por esse critério, podemos observar que, enquanto “estranhos” consiste em uma unidade que não remete a um domínio específico da experiência, pois é um elemento adjetivo que pode acionar a rede de atribuição (nos referimos à ativação do sistema atributivo, que pode se linearizar na constituição de um SN ou de uma cláusula relacional) nos mais diferentes tipos de *frames*, “bissexual” faz referência a um domínio específico da experiência, o da atividade sexual.

Além dos critérios que desenvolvemos, nos apoiamos em Castilho (2014) para consolidarmos essa distinção. Segundo Castilho, a instanciação do domínio categorial dos adjetivos deve considerar a predicação como um de seus traços mais importantes. Partindo desse traço, podemos dividir essa classe em dois grandes grupos: os *adjetivos predicativos* e os *não predicativos*. Neste trabalho, utilizaremos os termos *adjetivos qualificadores* para nos referirmos ao primeiro grupo e *adjetivos classificadores* para o segundo (o autor menciona esses dois termos como de uso comum na literatura linguística).

Para o linguista, os adjetivos qualificadores são os que: exibem os processos morfossintáticos de flexão de grau e concordância em gênero e número com o substantivo; predicam o núcleo do SN ou toda a oração. Já os adjetivos classificadores são os que: classificam o referente do substantivo. Consequentemente, podemos observar o critério da referencialidade como um fator decisivo para a efetivação dessa distinção categorial. Esse fator foi o que embasou o desenvolvimento do critério por nós desenvolvido. Contudo, Castilho (2014) destaca outras propriedades que devem ser levadas em consideração para a elucidação do estatuto categorial dessa classe. Dentre elas, destacamos quatro:

1. Propriedade de grau: os adjetivos qualificadores aceitam a presença de um intensificador, já os classificadores não.

(34) eu e meu namorado éramos muito estranhos.

(35)? Eu era muito bissexual

2. Propriedade pós e pré-nominal: os adjetivos qualificadores tendem a apresentar mobilidade posicional em torno do substantivo, podendo vir antes ou depois deste. Os adjetivos classificadores tendem a ocupar a posição pós-nominal.

(36) os estranhos amantes.

(37)? Os bissexuais amantes.

3. Propriedade do núcleo SV: adjetivos qualificadores podem ser conectados ao substantivo pelos verbos copulativos *ser* e *estar*. Em seu turno, os classificadores não são conectados ao substantivo por *estar*.

(38) eu e meu namorado estávamos estranhos.

(39) eu estava bissexual.

4. Propriedade dos prefixos numéricos: os adjetivos classificadores aceitam prefixos numéricos, mas os qualificadores não.

No caso, o adjetivo “bissexual” já é formado por prefixo numérico. Por outro lado, não é comum vermos falantes do PB utilizarem a forma “biestranho”.

Esses critérios fundamentam nossa distinção entre os dois tipos de elementos adjetivais no que se refere ao domínio das funções precípua das cláusulas atributivas. E, por esse motivo, desenvolvemos os papéis temáticos *Classe* e *Coisa classificada*. Ressaltamos que nossa posição não é categórica, mas busca luminosidade no uso efetivo da língua. Afinal, como diz Givón (2012, p. 395): “embora fatos observados e fatos deduzidos sejam carne e osso da pesquisa científica, seu coração e alma é a especulação criativa sobre os fatos”.

#### 4.3.2 Propriedades das estruturas de agnação (PEA)

A análise do papel da agnação (reversibilidade entre os participantes em torno do eixo processual) foi, desde o princípio da GSF, um dos cerne para o estudo das cláusulas relacionais. É a *agnação* que determina quais cláusulas são compreendidas como atributivas e quais o são como identificativas (os dois modos que configuram as cláusulas relacionais). Atribuição e Identificação realizam significados diversos, e isso é expresso pela possibilidade de reversão posicional dos participantes. Nas cláusulas atributivas, a reversão gera, muitas vezes, mudança de proeminência temática, quando não uma construção agramatical. Nas cláusulas identificativas, a reversão não gera mudança de proeminência temática, nem agramaticalidade (HALLIDAY; MATTHIENSSEN, 2014). Vejamos como isso efetivamente se realiza nos exemplos abaixo:

(40) Na época que eu me assumi, *eu tinha uma melhor amiga* (PEROBELLI, 2016) – *cláusula relacional atributiva*.

(41) *O sonho de Jéssica, hoje, é atuar no feminino* (OLIVEIRA; JORGE, 2017) – *cláusula relacional identificativa*.

No exemplo (40), temos uma cláusula relacional possessiva atributiva. Nesse tipo de cláusula, poderíamos operar duas formas de reversão posicional para aferir sua atributividade: (i) apenas revertendo a posição dos participantes ou (ii) operando uma transformação na estrutura dessa cláusula para uma construção passiva. Ao realizarmos o primeiro procedimento obteremos a construção *uma melhor amiga tinha eu*. Podemos observar que ocorre uma mudança de proeminência temática, ou seja, o foco informacional muda do Possuidor (*eu*) para o Possuído (*uma melhor amiga*). Ao realizarmos o segundo teste obteremos a construção *uma melhor amiga é tida por mim*. Sem realizarmos juízos de gramaticalidade (porque esse não é um procedimento que se coadune com a perspectiva teórica deste trabalho), novamente perceberemos a mudança de proeminência temática verificada com a aplicação do primeiro teste. Logo, podemos concluir que se trata de uma cláusula possessiva atributiva.

No exemplo (41), temos uma cláusula relacional intensiva identificativa. Nesse tipo de cláusula, a reversão posicional não altera o foco da informação. O que possibilita a manutenção temática é a simetria referencial dos participantes da cláusula, pois a relação é de igualdade (*O sonho de Jéssica = atuar no feminino*). Por conseguinte, a cláusula *atuar no feminino, hoje, é o sonho de Jéssica* se sobrepõe ao significado da construção *o sonho de Jéssica, hoje, é atuar no feminino*. Logo, podemos concluir que se trata de uma cláusula intensiva identificativa.

Na Atribuição, uma entidade é categorizada como membro (exemplar) de uma classe, logo, a relação estabelecida segue a trajetória do mais específico para o menos específico. Na Identificação há a simetria referencial entre os participantes, logo, [X = A]. Cabe destacar que, em ambos os casos, é a natureza do segundo participante que determinará a possibilidade ou impossibilidade de reversão posicional.

Desenvolvemos esse parâmetro com base nos subsídios teóricos que nos fornecem Halliday e Matthiessen (2014), assim como observando o que os dados nos apresentaram. Segundo esses autores, dois níveis linguísticos devem ser observados para o tratamento da

questão, quais sejam: o da configuração morfossintática e o das especificidades semânticas. Por isso, geramos dois subparâmetros de descrição para análise da agnação.

O subparâmetro Configuração Morfossintática das Estruturas de Agnação (CMEA) apresenta como categorias as possíveis configurações:

- 1- *SN*;
- 2- *Sprep*;
- 3- *Sadj*;
- 4- *Sintagma oracional*;
- 5- *Sadv*;
- 6- *Pronome*;
- 7- *Particípio*.

O subparâmetro Especificidades Semânticas das Estruturas de Agnação (ESEA) arrola as seguintes categorias:

- 1- *Referenciação definida*;
- 2- *Referenciação indefinida*;
- 3- *Qualificação*;
- 4- *Classificação*;
- 5- *Expressão de estaticidade*;
- 6- *Expressão de acionalidade*;
- 7- *Dêitico*;
- 8- *Indicação de finalidade*

### 4.3.3 Relação Semântica entre os Participantes (RSP)

A função precípua das construções relacionais é a relação que o processo estabelece entre duas entidades. Todavia, o termo *relação* é demasiadamente generalizador, e, em que pese a importância de conceitos generalizadores, para a análise qualitativa é de suma importância o olhar para as necessidades contingenciais do uso linguístico, suas especificidades. Por esse motivo, buscamos diagnosticar o tipo de relação efetivamente realizada por cada cláusula relacional. Essa foi a justificativa para o desenvolvimento do parâmetro Relação Semântica entre os Participantes (RSP).

Designamos ao primeiro participante, seja ele Portador ou Identificador, de **X**, e ao segundo participante, independentemente de ser Atributo ou Identificador, de **A**. Buscamos representar a relação por meio de linguagem esquemática, da qual seguem as esquematizações abaixo:

1- *X é localizado em A:*

(42) *Souza [Coisa localizada] estava no litoral do estado [Lugar]. (QUERINO, 2018)*

2- *X é classificado como A:*

(43) *Além de jogadora [Classe], Carla [Coisa classificada] é maquiadora [Classe] e cabeleireira [Classe] no município. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)*

3- *X é caracterizado como A:*

(44) *O nome Victor é fictício, mas a história [Coisa qualificada] é bem característica [Qualidade]. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)*

4- *X possui A:*

(45) *Carla[Possuidor] não fala mais seu nome civil, mas o apelido da infância permanece: Kakah. Com 23 anos, ela mora no município de Apuairés, no interior do Ceará. Sem condições financeiras para arcar com o processo judicial, ainda não tem os registros com o nome social: Carla Lima Moura [Coisa possuída]. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)*

5- *X é identificado como A:*

(46) *Ela disse pra mim: "eu acho muito legal você ser gay, mas não faz nada na minha frente porque eu vou ter nojo de ver dois homens se beijarem" [Identificador].* Acho que até hoje, mesmo depois de tanto tempo, *ainda foi o que mais me marcou [Identificado]* porque era uma pessoa que eu tinha muito carinho, ela era super esclarecida e a gente estava junto sempre. (PEROBELLI, 2016)

#### 4.3.4 Natureza do Atributo

A descrição da Natureza do Atributo (NATT) foi de fundamental importância para a compreensão de como esse participante se relaciona com o Portador. Notemos que é um parâmetro que diz respeito apenas às cláusulas relacionais atributivas.

Esse parâmetro nos deu suporte para o entendimento de quando o Atributo atribuía uma classe ou uma entidade ao Portador, bem como do tipo de posse que as relacionais possessivas atribuía ao Possuidor. Nesse último caso, observamos que, se o Possuído designasse um objeto, teríamos uma cláusula situada prototipicamente no domínio do *Ter*. Como no exemplo:

(47) *Vimos que ele tinha um canivete e nos afastamos em direção ao metrô com medo de sermos seguidas.* (GIUSTI, 2014)

Por outro lado, se Atributo expressasse a posse de abstrações, teríamos uma cláusula situada na fronteira entre o *Ser* e o *Ter*, por consequência, menos prototípica. No exemplo:

(48) *Foi no esporte, admite, que conseguiu reunir as forças para ser combativo que tem hoje.* (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Duas foram as categorias definidas para esse parâmetro:

1- *Atributo concreto;*

2- *Atributo abstrato.*

No próximo capítulo, apresentaremos os resultados da análise das cláusulas relacionais componentes do nosso recorte. Inicialmente, enfocaremos as correlações mais significativas

entre os parâmetros desenvolvidos. A seguir, discutiremos o papel que as cláusulas intensivas exercem no âmbito das representações discursivas que codificam e, de maneira geral, a integração das cláusulas relacionais nas estruturas textuais das sequências relatadas.

## 5 O PAPEL DAS CLÁUSULAS RELACIONAIS EM RELATOS DE VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA HOMOFÓBICA: ANÁLISE DOS DADOS EM TRÊS DIMENSÕES

Este capítulo discorrerá acerca dos resultados que obtivemos com base na análise do *corpus*. Ele tem por meta apresentar a compreensão a que chegamos no que tange ao funcionamento das cláusulas relacionais, observando-se três níveis de descrição e análise linguísticas: (i) *simbólico* - para qual compete apresentar as configurações léxico-gramaticais dessas cláusulas, com ênfase nos constituintes que codificam participantes, assim como descrever a arquitetura semântica desse conjunto, buscando correlacionar forma e significado, ou, dito com outras palavras, conceito e realização fonografológica; (ii) *discursivo e os fatores sociais imbricados* - em que compete analisar as funções que elas exercem na representação das variáveis de situação (*contexto de situação*) e das representações dos sujeitos sociais envolvidos nos relatos; e (iii) *textual* - onde compete analisar o funcionamento das cláusulas no âmbito do propósito comunicativo ou, mais precisamente, a função que essas cláusulas exercem em relatos de vítimas de violência homofóbica (*contexto de cultura*), tomando como foco de análise as Etapas e fases presentes nesse gênero.

Para isso, dividimos o capítulo em três partes: a primeira focalizará a configuração morfossintático-semântica das construções relacionais; a segunda observará o papel que as cláusulas relacionais exercem para a narração da violência homofóbica, tomando como escopo o significado geral da cláusula para consecução do discurso veiculado pelas vítimas e os sujeitos sociais representados pelos participantes Portador/Atributo, Possuidor/Coisa Possuída e Identificador/Identificado; e a terceira, por fim, analisará a inserção das cláusulas relacionais nas Etapas e fases do gênero relato, bem como sua relação com os demais tipos de cláusulas presentes na ambiência textual.

Contudo, antes de nos direcionarmos para a apresentação dos resultados em cada nível observado, cabe explicitarmos, com base nas categorias estruturadoras do sistema de cláusulas relacionais, a distribuição topológica dos dados relacionais perscrutados. O primeiro procedimento adotado foi realizar a compartimentalização dos dados a partir dos três tipos de cláusulas relacionais arrolados pela GSF. Essa compartimentalização revelou a seguinte distribuição:

Tabela 1 – Frequência dos tipos de cláusulas relacionais.

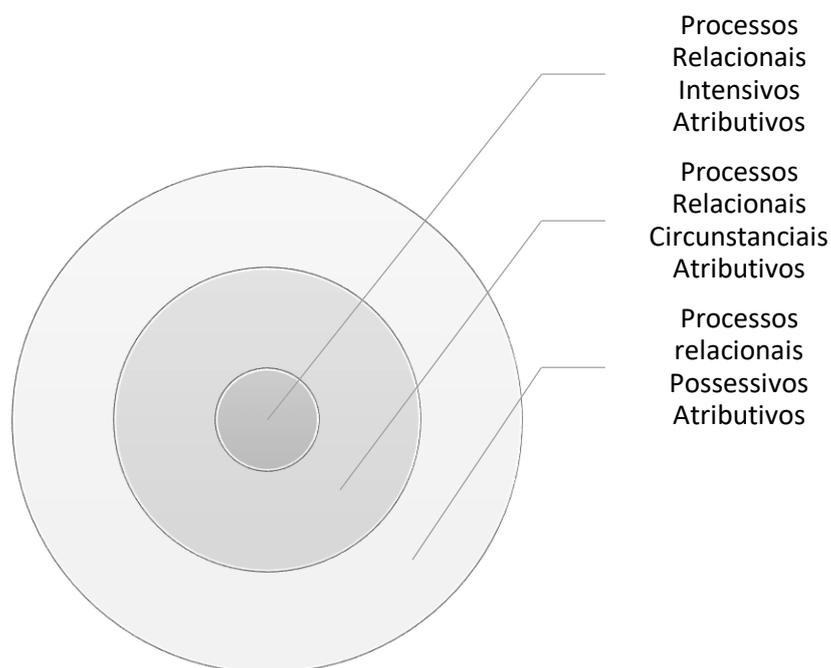
<b>Tipos de cláusulas relacionais</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>Percentual de ocorrências</b>
Intensivas	124	68,51%
Circunstanciais	36	19,89%
Possessivas	21	11,60%
<b>Total</b>	<b>181</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Podemos observar que a incidência das cláusulas relacionais intensivas é mais significativa, representando mais que o dobro da incidência dos outros dois tipos. A seguir, podemos constatar maior incidência das relacionais circunstanciais e, por fim, das relacionais possessivas, que juntas somam aproximadamente 30 %.

A alta incidência de cláusulas relacionais intensivas nos trechos relatados possibilitou uma análise mais aprofundada desse tipo de cláusula. Por esse motivo, neste capítulo, serão elas o centro da discussão, tanto no se refere ao domínio simbólico, quanto ao domínio discursivo. Por outro lado, a baixa incidência dos outros dois tipos de cláusulas relacionais, sobretudo no que concerne à modalidade identificativa, acarretou dificuldades para o estabelecimento do estatuto categorial, simbólico e discursivo dessas construções. Observar esses resultados de frequência foi de fundamental importância para a verificação de nossa proposta acerca de uma escala de prototipicidade dos tipos de cláusulas relacionais. Num primeiro momento, as frequências constatadas corroboram a proposição representada na figura abaixo (já apresentada no capítulo 3):

Figura 8 – Prototipicidade das cláusulas relacionais.



Fonte: elaboração própria.

Contudo, a compartimentalização apresenta o panorama geral dos dados, não diferenciando entre relacionais atributivas e relacionais identificativas. Por isso, foi fundamental observarmos a distribuição dos dados tomando como escopo esses dois modos de organização das cláusulas, pois assim poderíamos visualizar com maior especificidade a relação entre o número de cláusulas e o modo de configuração, o que apresentamos nas três tabelas a seguir:

Tabela 2 – Frequência de ocorrência dos modos nas cláusulas relacionais intensivas.

<b>Modo da Cláusula Relacional</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Atributivo	98	79,04%
Identificativo	26	20,96%
Total	124	100%

Fonte: elaboração própria.

Os exemplos a seguir apresentam, respectivamente, uma cláusula atributiva e uma cláusula identificativa:

(49) *O peso das palavras que utilizam é assustador. E elas pesam.* (FERNANDES, 2019)

(50) Valério, o nome de batismo, se descobriu-se homossexual aos 10 anos, mas só teve coragem de assumir-se travesti aos 15. *Hoje é Valéria*. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Podemos observar que, nas três tabelas, o número de cláusulas relacionais atributivas superou o número das identificativas, sendo que, nas intensivas, a presença das atributivas é aproximadamente quatro vezes maior do que a das identificativas.

Nas possessivas, o número das atributivas é ainda maior, aproximadamente dez vezes mais:

Tabela 3 – Frequência de ocorrência dos modos nas cláusulas relacionais circunstanciais.

<b>Modo da Cláusula Relacional</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Atributivo	21	58,34%
Identificativo	15	41,66%
Total	36	100%

Fonte: elaboração própria.

E, nas circunstanciais, embora as atributivas superem em uma diferença de quase 20% as identificativas, podemos notar que a diferença é bem menor do que a apresentada pelos outros tipos de cláusulas:

Tabela 4 – Frequência de ocorrência dos modos nas cláusulas relacionais possessivas.

<b>Modo da Cláusula Relacional</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Atributivo	19	90,48%
Identificativo	2	9,52%
Total	21	100%

Fonte: elaboração própria.

Essa constatação vai ao encontro da afirmação de Halliday e Matthiessen (2014), que propõe serem as cláusulas relacionais atributivas as mais acionadas pelos falantes em eventos comunicativos. Isso se justifica pelo fato de que as funções de classificar e qualificar são as mais requeridas para vivência em sociedade. Os falantes são instados a apresentarem juízos de valores e classificações na maior parte das interações sociais em que estão envolvidos, enquanto a função identificadora apresenta caráter mais localizado, sendo acionada em situações em que é necessário imprimir maior especificação acerca de determinado referente.

Num primeiro momento, os resultados de frequência e parecem sustentar nossa proposta de uma escala de prototipia para as cláusulas relacionais (com as intensivas como núcleo da escala), razão pela qual não há motivo, ainda, para descartá-la. Todavia, a propositura se encontra em estágio inicial de desenvolvimento, e como quaisquer outras propostas de natureza científica, deverá ser aprofundada, testada, possivelmente reformulada, retestada, para que por fim, possamos obter um juízo mais sólido acerca de sua impertinência ou pertinência. Intencionamos dar continuidade a essa proposta na pesquisa de doutorado.

Como já apresentado no capítulo 3, além dos resultados de frequência, outros traços definidores são considerados na fundamentação dessa escala. São eles: 1- a propriedade de caracterizar entidades; 2- a natureza lexical do verbo que realiza o processo; 3- o caráter definido ou indefinido da classe ou qualidade atribuída; 4- a configuração morfossintática do segundo participante; e 5- a propriedade de reversão posicional entre os participantes selecionados pelo processo.

Além disso, os resultados de frequência nos advertem para uma dificuldade em nossos dados: se o número de cláusulas intensivas é relativamente alto, o das possessivas e circunstanciais não o é. Esse é outro fator que nos impede de lançar mão de juízos definitivos sobre a questão, pois um número maior de dados possessivos e circunstanciais nos possibilitaria determinar certos padrões para essas cláusulas no PB. Tais padrões poderiam revelar características que nos impusessem uma reformulação acerca da escala de prototipia para as cláusulas relacionais. Por conseguinte, teremos que efetuar a aplicação da proposta em um número maior de dados no âmbito dos três tipos de cláusulas relacionais, tarefa que assumiremos em investigações futuras. Entretanto, iniciamos a discussão, julgamo-la válida e temos consciência de que o saber científico tem seu próprio tempo de maturação.

A seguir, passaremos à análise da correlação dos parâmetros desenvolvidos para o tratamento das cláusulas relacionais.

### **5.1 Estimativas de correlação: o que podemos concluir?**

O desenvolvimento dos parâmetros descritivos para as cláusulas relacionais enfatizou, sobretudo, a dimensão semântica do fenômeno. Partimos da posição de Halliday e Matthiessen (2014), segundo a qual o Sistema de Transitividade é estruturado em redes

ideacionais ou, dito de outro modo, redes de significados que constroem e representam as experiências de mundo de um falante.

Por outro lado, o Sistema de Transitividade é composto por um conjunto de seis sistemas que se organizam a partir de redes próprias de construção da experiência. Nosso trabalho busca visualizar essas redes no caso das cláusulas relacionais, contudo, sem pretensão de esgotá-las. Adotamos um método de análise que compreende que a materialização linguística da experiência aciona, concomitantemente, diversas redes presentes na léxico-gramática. É para o estudo de tais redes que destinamos os parâmetros descritivos para as cláusulas relacionais atributivas e identificativas.

Os processos relacionais selecionam dois participantes, que são considerados inerentes. Esses participantes podem variar conforme o tipo de cláusula (Intensiva, Circunstancial ou Possessiva) e o modo da cláusula (atributivo ou identificativo). É o modo da cláusula que determina os participantes: se a cláusula é construída no modo atributivo, teremos os participantes Portador e Atributo (Possuidor e Possuído é a denominação que esses participantes recebem nas cláusulas possessivas); se a cláusula é construída no modo identificativo, teremos os participantes Identificado e Identificador (novamente, Possuidor e Possuído são os rótulos assumidos por esses participantes nas cláusulas possessivas). Ambos os tipos de cláusula operam uma relação que vai do menos específico para o mais específico. A diferença consiste no fato de que as cláusulas atributivas inserem a entidade portadora em uma classe atribuída, e as cláusulas identificativas especificam a entidade identificada tomando como base a própria entidade, que tem um de seus traços específicos selecionado como entidade identificadora, como nos exemplos:

(51) Camila Vila Nova, 21 anos, desde muito pequena se sentia e se comportava diferente das outras garotas e, por causa disso, já sofria o bullying desde muito nova. “Me chamavam de menina macho, mas eu me achava normal”, diz. Foi na adolescência que ela confirmou *que era homossexual* ao ter sua primeira experiência amorosa com outra menina (MIRANDA, 2016) – *em destaque, cláusula relacional atributiva.*

(52) *'Era você o viadinho que tava beijando ali? E por que mostrou a camisa? Tá querendo o que?' Essas foram as últimas palavras* até um deles me empurrar para outro, que empurrou para outro até que um último acertou um soco no meu rosto (GIUSTI, 2014) – *em destaque, duas cláusulas relacionais identificativas.*

A lida com os dados nos permitiu constatar que as categorias de participantes das cláusulas relacionais são macrofunções realizadas por arranjos semânticos diversos. Por esse motivo, desenvolvemos quatro parâmetros para descrever esses arranjos. São eles: Papel Semântico do Portador (PSP), Papel Semântico do Atributo (PSA), Papel Semântico do Identificado (PSI) e Papel Semântico do Identificador (PSIR).

Utilizamos o termo *arranjo* para fazer referência à nossa tese de que as cláusulas relacionais tendem a apresentar papéis temáticos emparelhados. Por exemplo, a seleção do papel Lugar implicará a seleção do papel Coisa Localizada; a seleção do papel Classe resultará na seleção do papel Coisa Classificada; e assim por diante. Vejamos, nos exemplos abaixo, como os cinco pares de papéis temáticos verificados efetivamente ocorrem:

(53) Souza [*COISA LOCALIZADA*] estava no litoral do estado [*LUGAR*] para passar o fim de semana com uma amiga (QUERINO, 2018) – *cláusula relacional circunstancial atributiva*.

(54) Os dias de descanso [*COISA QUALIFICADA*] viraram uma tremenda dor de cabeça [*QUALIDADE*] (QUERINO, 2018) – *cláusula relacional intensiva atributiva*.

(55) Mas foi no esporte [*Lugar*], admite, que conseguiu reunir as forças que tem hoje para ser combativo. (OLIVEIRA; JORGE, 2017) – *cláusula relacional circunstancial identificativa*.

(56) Vimos que ele [*POSSUIDOR*] tinha um canivete [*COISA POSSUÍDA*] e nos afastamos em direção ao metrô com medo de sermos seguidas (GIUSTI, 2014) – *cláusula relacional possessiva atributiva*.

(57) Entreguei meu documento com o nome masculino na imobiliária e pedi que me chamasse de Viviany porque [*AREF*] sou travesti [*AREF*] (GIUSTI, 2014) – *cláusula relacional intensiva atributiva*.

(58) o futebol [*COISA CLASSIFICADA*] ainda hoje é um lugar repelente [*CLASSE*] para as pessoas diferentes (OLIVEIRA; JORGE, 2017) – *cláusula relacional intensiva atributiva*.

A análise da correlação foi direcionada para o modo de organização da cláusula, o que gerou dois conjuntos de dados, um somente com os dados das cláusulas atributivas e o outro somente com os dados das cláusulas identificativas. Por isso, a correlação categórica dos

papéis temáticos se deu entre PSI (Papel Semântico do Identificado) e PSIR (Papel Semântico do Identificador) no primeiro grupo, e entre PSA (Papel Semântico do Atributo) e PSP (Papel Semântico do Portador) no segundo. As tabelas abaixo demonstram os resultados:

Tabela 5 – Estimativas de correlação entre os parâmetros descritivos das cláusulas relacionais identificativas.

<b>Parâmetros</b>	<b>PSI</b>	<b>PSIR</b>	<b>CMEA</b>	<b>ESEA</b>	<b>RSP</b>	<b>TCR</b>
<b>PSI</b>	100%	100%	-52%	-50%	13%	-27%
<b>PSIR</b>		100%	-52%	-50%	13%	-27%
<b>CMEA</b>			100%	55%	2%	36%
<b>ESEA</b>				100%	33%	16%
<b>RSP</b>					100%	31%
<b>TCR</b>						100%

Legenda: PSI – Papel Semântico do Identificado; PSIR – Papel Semântico do Identificador; CMEA – Configuração Morfossintática das Estruturas de Agnação; ESEA – Especificidades Semânticas das Estruturas de Agnação; RSP – Relação Semântica entre os Participantes; TCR – Tipo de Cláusula Relacional.

Tabela 6 – Estimativas de correlação entre os parâmetros descritivos das cláusulas relacionais atributivas.

<b>Parâmetros</b>	<b>PSP</b>	<b>PSA</b>	<b>CMEA</b>	<b>ESEA</b>	<b>RSP</b>	<b>NATT</b>	<b>TCR</b>
<b>PSP</b>	100%	100%	-32%	-26%	6%	31%	-16%
<b>PSA</b>		100%	-32%	-26%	6%	31%	-16%
<b>CMEA</b>			100%	50%	3%	-15%	-16%
<b>ESEA</b>				100%	0%	-23%	-25%
<b>RSP</b>					100%	-40%	21%
<b>NATT</b>						100%	23%
<b>TCR</b>							100%

Legenda: PSP – Papel Semântico do Portador; PSA – Papel Semântico do Atributo; CMEA – Configuração Morfossintática das Estruturas de Agnação; ESEA – Especificidades Semânticas das Estruturas de Agnação; RSP – Relação Semântica entre os Participantes; NATT – Natureza do Atributo; TCR – Tipo de Cláusula Relacional.

Podemos observar que, no caso dos quatro parâmetros arrolados para a descrição dos papéis temáticos, a correlação é categórica: quando PSP é 1, PSA será 1, quando PSP for 2, PSA será 2, e assim sucessivamente. O mesmo ocorre em relação às classes definidoras de PSI e PSIR: quando PSI for 1, PSIR será 1, quando PSI for 4, PSIR será 4 e assim por diante.

Isso se explica justamente pela tese acima apresentada, que propõe um emparelhamento de papéis temáticos em torno do eixo processual. Sob outro ângulo, essa constatação lança luz sobre os tipos de relações construídas pelas cláusulas relacionais, que podem ser muitas. Concluímos que é a especificidade da relação (a relação entre os fragmentos da experiência) que motiva a correlação categórica entre esses parâmetros. Em outras palavras, os processos relacionais sempre conectam uma *Qualidade* a uma *Coisa qualificada*, um *Lugar* a uma *Coisa Localizada*, um *Possuidor* a uma *Coisa possuída*, e assim sucessivamente. Desse modo, a relação se configura em uma estrutura temática de pares indissociáveis de papéis semânticos.

Passemos a observar a frequência de ocorrência desses pares de papéis em cada tipo de cláusula relacional, considerando o modo de construção dessas cláusulas.

Iniciando pelas cláusulas relacionais intensivas atributivas, veremos que o par *Coisa qualificada-Qualidade* foi o que apresentou maior ocorrência (64,29%), seguido do par *Coisa classificada- Classe* (32,65%), como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 7 – Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas relacionais intensivas atributivas.

<b>Pares de Papéis Temáticos</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Coisa qualificada – Qualidade	65	66,33%
Coisa classificada – Classe	33	33,67%
Total	98	100%

Fonte: elaboração própria.

Portanto, nossos dados reafirmam a proposta de Halliday e Matthiessen (2014) de que as funções das cláusulas relacionais intensivas atributivas é atribuir classe ou qualidade a uma entidade.

Quanto às cláusulas relacionais intensivas identificativas, constatamos a presença de apenas um único tipo de par de papéis temáticos: *aRef-aRef*. Isso se explica em face da simetria referencial constitutiva das cláusulas identificativas. Nesse tipo de cláusula, o significado da relação pode ser expresso da seguinte forma:  $\mathbf{X} = \mathbf{A}$ , sendo  $\mathbf{A}$  um traço mais definido de  $\mathbf{X}$ , ou, uma propriedade só apresentada por  $\mathbf{X}$ . A próxima tabela apresenta o resultado:

Tabela 8 – Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas relacionais intensivas identificativas.

<b>Par de Papéis Temáticos</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
aRef – aRef	26	100%
Total	26	100%

Fonte: elaboração própria.

As cláusulas relacionais circunstanciais atributivas realizam o significado de localização estática de entidades. No que tange à língua inglesa, Halliday e Matthiessen (2014) afirmam a possibilidade de mudança posicional do participante Atributo mesmo em cláusulas atributivas. Essa nos parece que seja uma característica comum da língua inglesa com a língua portuguesa, ao menos observando as estruturas gramaticais de nossos dados. Por exemplo:

(59) Foi levado pelo pai - segundo ele, machista - ao futebol. *Ficou no esporte na adolescência e começo da juventude.* Depois, abandonou. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Interpretamos que é possível reverter a posição do participante Atributo nesse dado (e em muitos outros) sem que a cláusula perca seu *status* gramatical. Optamos por não alterar (corrigir segundo a norma padrão) nenhum elemento gramatical da cláusula. Vejamos:

(60) Foi levado pelo pai - segundo ele, machista - ao futebol. *No esporte Ficou na adolescência e começo da juventude.* Depois, abandonou.

(61) Foi levado pelo pai - segundo ele, machista - ao futebol. *Ficou na adolescência e começo da juventude no esporte.* Depois, abandonou.

O leitor poderá questionar: *se, nesses casos, o Atributo pode mover-se em torno do eixo processual, por que essas cláusulas não são interpretadas como identificativas?* A resposta nos é dada por Halliday e Matthiessen (2014), segundo os quais, embora nessas cláusulas o Atributo possa assumir diferentes posições, não há simetria referencial entre Portador e Atributo. Explicando por meio dos dados acima apresentados, “Ele” não é igual a “No esporte” e, por isso, não podemos afirmar tratar-se de uma cláusula identificativa.

Verificamos que o par de papéis temáticos mais recorrente no conjunto das circunstanciais atributivas foi o par *Coisa localizada-Lugar* (86,67%). Embora alguns Atributos façam referência temporal, nos apoiamos em Perini (2008), que argumenta não fazer sentido distinguir entre os papéis *Lugar* e *Tempo*, pois ambos são realizados pelas

mesmas estruturas morfossintáticas e porque as relações conceptuais entre esses papéis se dão dentro de um mesmo domínio de relações cognitivas. A categoria de *Tempo* seria construída metaforicamente (projeção metafórica) a partir de um domínio mais concreto, o domínio do *Espaço*.

Quatro dados circunstanciais atributivos apresentaram o par *Coisa qualificada-Qualidade*. A cláusula abaixo representa a configuração assumida por essas quatro estruturas:

(62) Não quero ser assimilada, palatada, *minha luta é para existir com todas as minhas identidades de gênero*", defende. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Nessa cláusula, o Atributo expressa uma circunstância de finalidade, no caso, a finalidade da luta que vivencia o narrador. Interpretamos que, nesse e nos outros três dados, a circunstância de finalidade expressa uma característica do portador, qualificando-o. Por esse motivo, classificamos esses participantes como pertencentes ao par anteriormente referido.

Apresentamos os resultados na tabela seguinte:

Tabela 9 - Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas circunstanciais atributivas.

<b>Par de Papéis Temáticos</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Coisa localizada – Lugar	26	86,67%
Coisa qualificada – Qualidade	4	13,33%
Total	30	100%

Fonte: elaboração própria.

As cláusulas relacionais circunstanciais identificativas também apresentam a característica de simetria referencial entre o Identificado e o Identificador, tal como as intensivas identificativas. Observando o exemplo:

(63) Carla Lima Moura. Kakah se percebeu trans na adolescência. Aos 18 anos, começou o processo hormonal, com a ajuda de amigas. Passou a usar peças de roupa de mulher, deixou o cabelo crescer. Entrou no curso de Agropecuária. "*Foi onde pude entender o que seria o transexualismo, a minha diferença para a mulher travesti*", relembra. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Podemos interpretar que *onde* e *no curso de Agropecuária* fazem referência ao mesmo espaço, o espaço onde a vítima compreendeu o que seria a transexualidade. Nessa cláusula, o

Atributo antecede o Portador. Podemos interpretar desse modo, pois *no curso de agropecuária* expressa uma referência mais definida do que *onde*.

Assim como no caso das cláusulas intensivas identificativas, as circunstanciais identificativas apresentaram apenas um par de papéis semânticos, o par *Coisa localizada-Lugar*, como apresenta a tabela abaixo:

Tabela 10 - Frequência de ocorrência dos papéis temáticos nas cláusulas relacionais circunstanciais identificativas

<b>Par de Papéis Temáticos</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Coisa Localizada - Lugar	7	100%
Total	7	100%

Fonte: elaboração própria

Foi por necessidade analítica que desenvolvemos um parâmetro de papel temático para cada participante, afinal não partimos de uma posição apriorística, mas de uma posição que realiza a análise dos dados em seu ambiente contextual para inferências de ordem geral.

Na verdade, julgamos que para o processo interpretativo dos papéis temáticos das cláusulas relacionais é mais produtivo falarmos de pares, tendo em vista que há uma relação de pressuposição entre um papel e outro. Assim, ao darmos continuidade à análise das correlações entre os parâmetros, podemos assumir que o que vale para PSP (Papel Semântico do Portador) é válido também para PSA (Papel Semântico do Atributo), bem como que o que se conclui para PSI (Papel Semântico do Identificado) também se conclui para PSIR (Papel Semântico do Identificador). Isso fica demonstrado ao retomarmos as tabelas com as estimativas de correlação acima apresentadas em que os números de PSP são os mesmos de PSA, assim como o são os de PSI e PSIR (Tabelas 6 e 5).

A correlação de PSP-PSA com o parâmetro TCR (Tipo de Cláusula Relacional) foi pouco expressiva (-16%), o que pode ser explicado pela tendência apresentada por cada tipo de cláusula relacional em arrolar papéis específicos: (i) *Coisa qualificada-Qualidade* e *Coisa classificada-Classe* para as relacionais intensivas atributivas; (ii) *Coisa localizada-Lugar* para as relacionais circunstanciais atributivas; e (iii) *Possuidor-Coisa possuída* para as relacionais possessivas atributivas.

Entendemos que o baixo índice se relaciona com o fato de que, embora pertencentes ao sistema relacional, os tipos de cláusulas possuem características próprias. Em que pese a fluidez categorial, que faz com que algumas cláusulas compartilhem traços pertencentes a diferentes tipos de cláusulas relacionais, em sua maioria, as cláusulas tendem a assumir as especificidades morfossintáticas e semânticas de seu grupo.

No caso das cláusulas atributivas, a correlação entre PSP (Papel Semântico do Portador) – PSA (Papel Semântico do Atributo) e NATT (Natureza do Atributo) revelou-se significativa (31%). O parâmetro NATT se baseia nas noções de concretude e abstração, visando a distinguir entre Atributos concretos e abstratos. Em sua correlação com PSA e PSP, podemos observar que a direção assumida não acompanha a alta incidência do par *Coisa qualificada-qualidade*, em PSP e PSA. Isso se explica pelo fato de que as cláusulas possessivas e circunstanciais (e seus pares de papéis) apresentaram alta incidência de Atributos concretos, assim como o par *Coisa Classificada-Classe* que estabeleceram uma relação alta com a concretude do Atributo, como nos exemplos:

(64) Fomos espancados por cerca de 20 pessoas durante uma festa. Não fomos mortos porque *algumas senhoras [Portador/Coisa localizada] que estavam no local [Atributo concreto/ Lugar]* impediram o pior, pedindo para eles pararem (FERNANDES, 2019) – *cláusula circunstancial*.

(65) No Dia das Mães saiu no jornal do lugar onde eu trabalhava que todas as mães tinham sido homenageadas e presenteadas pelo banco. Eu fui perguntar para o gerente porque eu, que sou mãe, não tinha sido. E eles sabiam que *eu [Possuidor (Portador)] tinha filho [Coisa possuída (Atributo concreto)]* – *cláusula possessiva*. (PEROBELLI, 2016)

Por outro lado, também estabeleceram uma relação categórica com NATT as cláusulas que apresentaram o par *Coisa qualificada-Qualidade*, só que, nesse caso, em relação com a abstração. Todas as cláusulas que apresentaram o par qualificador apresentaram, por conseguinte, um Atributo abstrato. Por exemplo:

(66) Após esbarrar em um homem, sem querer, ele quebrou um copo de vidro no meu rosto. Fraturei o nariz e levei três pontos. Nunca vi tanto sangue na minha vida. *O estado de choque [Portador/Coisa qualificada] é tão grande [Atributo abstrato/Qualidade]* (FERNANDES, 2009) – *cláusula intensiva*.

*Mas, porque é importante a aferição da concretude ou abstração do Atributo?* Primeiramente, porque ele nos auxilia na distinção entre qualificação e classificação, dando-nos sustentação para operar uma diferenciação entre essas duas funções, que, na teoria sistemicista acerca do sistema relacional, aparecem indiferenciadas. E, em segundo lugar, porque nos permite compreender a diferença das cláusulas possessivas menos prototípicas (situadas na fronteira entre os domínios do Ser e do Ter) em relação às possessivas prototípicas (situadas no domínio do Ter). Os dados a seguir apresentam, respectivamente, esses dois tipos de cláusulas:

(67) No Dia das Mães saiu no jornal do lugar onde eu trabalhava que todas as mães tinham sido homenageadas e presenteadas pelo banco. Eu fui perguntar para o gerente porque eu, que sou mãe, não tinha sido. Ele disse que *eu não tinha cara, nem perfil e nem nada de mãe*. E eles sabiam que *eu tinha filho*. (PEROBELLI, 2016)

Em itálico, destacamos a cláusula possessiva prototípica. Podemos observar que o Atributo representa algo concreto (o filho da narradora), expressando a “posse” de um “bem”. Já em negrito, o Atributo representa entidades abstratas, expressando características que, segundo o gerente da narradora, ela não teria. Poderíamos interpretar essas cláusulas como: “eu não pareço mãe”, logo, uma cláusula intensiva atributiva. Contudo, a escolha efetivamente realizada pelo falante foi por um processo que expressa posse e não qualificação/classificação, razão pela qual classificamos a cláusula como possessiva. Mas, é evidente que se trata de uma possessiva menos prototípica, assemelhada às cláusulas do domínio do Ser.

Se analisarmos as relações que PSP e PSA contraem com NATT em cada tipo de cláusula relacional, observaremos que, nas intensivas, o número de Atributos abstratos é maior do que o de Atributos concretos. Por outro lado, nas cláusulas circunstanciais e possessivas ocorre o inverso, como demonstram as tabelas abaixo:

Tabela 11 – Cruzamento das classes definidoras dos parâmetros Papel Semântico do Atributo e Natureza do Atributo nas cláusulas relacionais intensivas.

<b>PSA / NATT</b>	Abstrato	Concreto
Classe	7	26
Qualidade	58	7
Total	65	33

Fonte: elaboração própria.

Tabela 12 - Cruzamento das classes definidoras dos parâmetros Papel Semântico do Atributo e Natureza do Atributo nas cláusulas relacionais circunstanciais.

<b>PSA/ NATT</b>	<b>Abstrato</b>	<b>Concreto</b>
Lugar	-	17
Qualidade	1	3
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>20</b>

Fonte: elaboração própria.

Tabela 13 - Cruzamento das classes definidoras dos parâmetros Papel Semântico do Atributo e Natureza do Atributo nas cláusulas relacionais possessivas.

<b>PSA-PSP/ NATT</b>	<b>Abstrato</b>	<b>Concreto</b>
Coisa possuída	8	11
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>11</b>

Fonte: elaboração própria.

Todavia, essas diferentes tendências apresentadas pelos três tipos de cláusulas não afetam negativamente (no sentido de uma correlação inversamente proporcional) o coeficiente de correlação. Interpretamos esse resultado com base em dois fatores: 1) a quantidade de dados relacionais intensivos; e 2) o relativo equilíbrio apresentado no cruzamento entre a Natureza do Atributo e o Papel Semântico do Atributo nas cláusulas possessivas.

Ainda em relação ao parâmetro NATT (Natureza do Atributo), sua correlação foi expressiva com o parâmetro Relação Semântica entre os Participantes (-40%). A direção apontada por essa correlação nos permite vislumbrar que as classes definidoras que apresentaram maior incidência em RSP (Relação Semântica entre os Participantes) se correlacionaram com a classe de menor incidência de NATT. As tabelas abaixo apresentam a frequência de ocorrências das classes definidoras desses dois parâmetros:

Tabela 14 – Frequência de ocorrência das relações semânticas entre os participantes das cláusulas atributivas.

<b>Relação Semântica entre os participantes</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
X é caracterizado como A	57	41,91%
X é classificado como A	41	30,15%
X é localizado em A	20	14,71%
X possui A	18	13,23%

Total	136	100%
-------	-----	------

Fonte: elaboração própria.

Tabela 15 – Frequência de ocorrência das classes definidoras da natureza do atributo.

Natureza do Atributo	Número de Ocorrências	Percentual de Ocorrências
Abstrata	74	54,41%
Concreta	62	45,59%
Total	136	100%

Fonte: elaboração própria.

De maneira geral, os parâmetros nos permitiram realizar uma anamnese mais apurada do fenômeno, pois nos possibilitaram compreender os tipos de relações semânticas veiculadas pelas cláusulas relacionais.

O conjunto de dados coletados, embora pequeno, é extremamente complexo e multifacetado. Como pesquisadores funcionalistas, não podemos abdicar da acuidade no tratamento dessa complexidade e diversidade de construções gramaticais.

## **5.2 Análise das representações codificadas nos participantes das cláusulas relacionais e dos fatores sociais envolvidos**

O posicionamento metodológico adotado por esta investigação nos impôs a tarefa de analisar a função das cláusulas relacionais nas estruturas no gênero Relato, bem como os demais fatores sociais presentes no contexto de situação (sujeitos sociais envolvidos, lugares etc.). A intenção em adotar esse procedimento se deu em face da necessidade de compreender as relações que se estabelecem entre o uso de determinadas estruturas linguísticas e a realidade que motiva esse uso.

A começar pela descrição dos sujeitos sociais responsáveis pelas sequências relatadas, verificamos que, no que diz respeito ao sexo biológico desses indivíduos, os homens foram selecionados em maior quantidade do que as mulheres:

Tabela 16 – sexo biológico das vítimas.

<b>Sexo Biológico</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Homens	35	72,92%
Mulheres	13	27,08%
Total	48	100%

Fonte: elaboração própria.

O *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* já demonstrava que os dados hemerográficos tendem a priorizar determinados perfis de vítimas, que geralmente são do sexo biológico masculino. Nossos relatos corroboram a afirmação daquele documento, pois o número de indivíduos do sexo masculino é quase três vezes maior do que o de indivíduos do sexo feminino.

Contudo, sabemos que as identidades de gênero/orientações sexuais são muitas e que cabe aos sujeitos sociais designá-las (BRASIL, 2013). Por isso, buscamos observar como as vítimas definiram sua orientação sexual nos textos. Obtivemos os resultados apresentados no quadro abaixo:

Tabela 17 – Cruzamento da identidade gênero com o sexo biológico das vítimas.

<b>Identidade de Gênero</b>	<b>Ocorrências de Sexo Biológico Masculino</b>	<b>Ocorrências de Sexo Biológico Feminino</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Gay	27	-	56,25%
Lésbica	-	11	22,92%
Travesti	4	-	8,33%
Trans	2	1	6,25%
Bi	1	1	4,17%
Não explicitaram	1	-	2,08%
Total	35	13	100%

Fonte: elaboração própria.

Novamente, vemos confirmarem-se as afirmações do relatório de 2013 acerca de que os dados sobre a violência homofóbica provêm majoritariamente de indivíduos gays dessa população. Esse é o perfil privilegiado pelas organizações midiáticas. Consequentemente, uma parcela significativa dessa população acaba por permanecer silenciada, o que gera um impacto negativo na luta por equanimidade de gênero.

Para melhor detalharmos as violências enunciadas nos relatos, mapeamos e relacionamos o gênero do relator com o local e o tipo de violência sofrida. O quadro abaixo apresenta os dados mapeados:

Quadro 10 – Mapeamento das identidades de gênero das vítimas, o lugar de ocorrência da violência e a tipologia da violência.

<b>GÊNERO</b>	<b>LUGAR/TEMPO</b>	<b>TIPO DE VIOLÊNCIA</b>	<b>NÚMERO DE VÍTIMAS</b>
Gay	Praia	Agressão física/Verbal	1
Gay	Hospital	Exclusão/Verbal	1
Gay	Ruas da cidade	Medo	1
Gay	Transporte público	Abuso sexual/Verbal/Agressão física	1
Gay	Praia	Verbal	2
Lésbica	Ruas da cidade	Agressão física/Verbal	1
Gay	Ruas da cidade	Verbal	4
Bissexual (mulher)	Não informado	Verbal	1
Lésbica	Transporte público	Expressões faciais	1
Lésbica	Ambiente familiar/Hospital	Verbal	1
Travesti	Loja/Comércio	Verbal	1
Gay	Escola	Verbal	3
Gay	Sambódromo	Agressão física/Verbal	1
Lésbica	Bar/Comércio	Verbal	2
Gay	Bar/comércio	Verbal	1
Lésbica	Shoppings	Expressões faciais	1
Não informada	Ambiente familiar	Exclusão familiar	1
Lésbica	Múltiplos lugares	Agressão física/Verbal	1
Gay	Eventos esportivos	Verbal	1
Bissexual (homem)	Futebol	Verbal	1
Transexual	Futsal	Verbal	1
Travesti	Eventos esportivos	Agressão física	1
Travesti	Eventos esportivos	Verbal	1
Lésbica	Ambiente de trabalho	Exclusão/Verbal	1
Gay	Ambiente familiar	Verbal	4
Lésbica	Ambiente familiar	Verbal	2
Lésbica	Parque de diversões	Verbal	1
Gay	Bairro	Agressão física/Verbal	2
Transexual	Ruas da cidade/Escola	Verbal	1
Gay	Ruas da cidade	Agressão física/Verbal	2
Gay	Terapia de conversão	Verbal	1
Gay	Bar/Comércio	Agressão física	1
Travesti	Ambiente familiar	Verbal	1
Gay	Ruas da cidade	Agressão física	1
Transexual	Período da ditadura	Abuso sexual/Verbal/Agressão física/Prisão	1

Fonte: elaboração própria.

A violência verbal foi o tipo mais recorrente das agressões sofridas pelos LGBT de nossos relatos. Gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais foram vítimas desse tipo de violência, que ocorreu nos mais diferentes tipos de lugares: na escola, nas ruas, no ambiente familiar, em órgãos públicos, sessões de terapia, locais de lazer, dentre outros apresentados no quadro acima.

A violência física foi o segundo tipo mais recorrente de violência praticada contra as vítimas. Na maioria das vezes, esse tipo de violência foi acompanhado de outros tipos, principalmente de violência verbal. Os gays foram o grupo que mais sofreu agressões físicas. Além deles, duas lésbicas e duas travestis também relataram terem sido vítimas de agressões físicas.

Dois vítimas, um gay e uma transexual, foram vítimas de abuso sexual, praticado com a adição de outros tipos de violência. O gay sofreu o abuso em um ônibus público, onde ouviu ofensas e foi agredido pelo abusador. A transexual foi vítima de abuso e de violência física na cadeia quando foi presa por exercer a prostituição na época da ditadura. Ela afirmou que, pelo fato de ter a cor da pele branca, não foi espancada tanto quanto poderia ter sido se a cor de sua pele fosse preta, o que por certo teria agravado muito a situação, como testemunhou acontecer com uma companheira de prisão, que era uma travesti negra:

*(68) Fui presa dezenas de vezes na época da prostituição e da Ditadura. Policiais me tiravam da cela de madrugada para ter relação sexual, enquanto batiam em uma travesti negra só pelo prazer (FERNANDES, 2019) – Relato da travesti vítima de abuso sexual e agressões físicas.*

Lembramos que o *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* aponta que os LGBT negros são as vítimas principais da violência homofóbica. Esse relato demonstra, portanto, que a afirmação do relatório encontra respaldo na realidade.

Quatro vítimas sofreram ameaças e xingamentos, dois gays, uma transexual e uma travesti. Além disso, um gay, um indivíduo que não informou seu gênero e uma lésbica foram vítimas de exclusão social pelo fato de assumirem sua identidade.

Uma vítima não relatou um caso de violência, mas o medo que sente em andar nas ruas e ser vítima de agressões:

(69) *Eu e meu namorado temos receio de andar de mãos dadas em muitos pontos da cidade por medo de sermos vítima de agressões verbais ou mesmo físicas mas nossa melhor resposta tem sido ignorar e permanecer de mãos dadas mesmo sem saber como esses homofóbicos vão reagir.* (GIUSTI, 2014)

O que nos motivou a realizar o delineamento do perfil das vítimas, lugares e das violências narradas foi a necessidade de demonstrar que por violência homofóbica estão agrupados diversos tipos de práticas que buscam deslegitimar a identidade das pessoas LGBT. Por conseguinte, quando nos referimos às representações veiculadas pelas cláusulas relacionais intensivas a respeito desse tipo de violência, temos na consciência que assim como muitos são os tipos de violência, muitas serão as formas de representação.

No âmbito do domínio relacional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), as cláusulas intensivas encerram o potencial de significação mais acionado pelos falantes, como demonstram os nossos dados. A alta incidência desse tipo de cláusula se deve aos diversos tipos de representações que essas construções exercem na construção dos significados textuais. Observemos a tabela abaixo, em que são apresentadas as representações codificadas pelo participante Portador nas cláusulas intensivas atributivas:

Tabela 18 – As representações do Portador e suas frequências de ocorrência nas cláusulas intensivas atributivas.

<b>Representações Codificadas pelo Portador</b>	<b>Número de Ocorrências</b>	<b>Percentual de Ocorrências</b>
Vítima	49	50,00%
Violência	16	16,33%
Rotina	11	11,22%
Identidade de gênero	9	9,18%
Família e amigos	9	9,18%
Lugar de convivência	4	4,08%
<b>Total</b>	<b>98</b>	<b>100%</b>

Fonte: elaboração própria.

Verificamos que a representação mais recorrente na posição de Portador foi a da própria vítima. Essas representações visaram:

1- *Demarcar a identidade de gênero da vítima:*

(70) Minha mãe viu uma foto minha com elas e me perguntou o que estava acontecendo. A gente começou a discutir e *eu disse que era gay*. (MIRANDA, 2016)

Por sua vez, a representação codificada nos Atributos que acompanham essa representação do Portador faz referência aos grupos de gênero assumidos pelas vítimas, que podem ser de vários tipos quando consideradas as identidades de gênero/orientações sexuais enunciadas pelos narradores. São elas: gays, travestis, bissexuais, transexuais e lésbicas. Essas cláusulas, embora operem as representações das vítimas, nem sempre foram vocalizadas por elas. Muitas vezes, foram os agressores que lançaram mão de tal representação, tendo como meta denegrir, depreciar, ofender essas vítimas, como vemos no exemplo:

(71) '*Era você o viadinho que tava beijando ali?* E por que mostrou a camisa? Tá querendo o que?' Essas foram as últimas palavras até um deles me empurrar para outro, que empurrou para outro até que um último acertou um soco no meu rosto. (GIUSTI, 2014)

Outras, como no exemplo a seguir, foram representações construídas via discurso indireto (quando o jornalista é responsável pela representação) e, por isso, são marcadas por maior neutralidade.

(72) Uma nova reconciliação com os pais o fez retornar ao lar, mas foi quando o pai descobriu que *o filho era gay*. (MIRANDA, 2016)

2- *Atividades não praticadas pelas vítimas, mas que membros de sua família afirmaram que preferiam que fossem exercidas pela vítima em contraposição à sua identidade de gênero:*

(73) Ela me via conversando por SMS no celular e resolveu pegá-lo. Se trancou no quarto e leu tudo. No outro dia, disse que preferia que *eu fosse prostituta em vez de ser lésbica*. (MIRANDA, 2016)

Nessas representações, as vítimas foram alvo de comparações por parte dos agressores, que buscaram convencê-las de que outras atividades sociais seriam mais bem aceitas do que a sua identidade de gênero. Nos relatos, essas comparações afirmam a preferência por “um filho ladrão”, “que a pessoa estivesse morta” etc. Essas atividades e condições foram representadas no participante Atributo.

3- *Apontar o estado da vítima após a agressão física sofrida:*

(74) *Eu fiquei muito machucado, cheio de hematomas.* Então, resolvi escrever e fazer um boletim de ocorrência, para que a polícia possa encontrar e punir aqueles caras. (QUERINO, 2018)

Codificados por Sadj, os Atributos dessas cláusulas representaram o estado resultante da vítima após sofrer a violência (ou as violências, porque são de muitos tipos). Na maioria das ocorrências, foram as vítimas os enunciadores desse tipo de representação.

#### 4- *Expressar a possibilidade de ser vítima de violência homofóbica:*

(75) Eu e meu namorado temos receio de andar de mãos dadas em muitos pontos da cidade por medo de *sermos vítima de agressões verbais ou mesmo físicas.* (GIUSTI, 2014)

Nessas cenas, o narrador codifica no Atributo uma classe que faz referência a um aspecto objetivo da realidade, qual seja, LGBT são frequentemente vítimas de violência. Essa representação assumiu caráter de previsibilidade. Tendo conhecimento da realidade social dos LGBT em nossa sociedade, os enunciadores afirmaram seus medos e receios com base na possibilidade de sofrerem agressões.

#### 5- *Expressar caracterizações homofóbicas sofridas pelas vítimas:*

(76) Uma vez uma menininha ficou falando para mãe que *eu e meu namorado éramos estranhos*, fazendo cara feia. (GIUSTI, 2014)

Nesses dados, o Atributo é codificado pelo constituinte Sadj. A função acionada pelos falantes é a de *qualificação*. Nessas representações, a vítima é alvo de juízos de valor, representados pelo Atributo, por demonstrar publicamente sua orientação sexual. Foram os agressores os responsáveis por essas representações.

#### 6- *Posturas assumidas pelas vítimas em decorrência da violência homofóbica:*

(77) *Acabo sendo ultra discreta* para não ser agredida verbal ou fisicamente. (GIUSTI, 2014)

Enunciadas pelas vítimas, essas representações do Atributo demonstram a postura de supressão da identidade de gênero. Também foram os Sadj os constituintes morfossintáticos responsáveis pela codificação gramatical do significado.

7- *Privações sofridas pela vítima por causa de sua identidade:*

(78) Com 16 anos meus pais me deixaram em um sítio por um ano onde *fiquei sem estudar, ver amigos*. (GIUSTI, 2014)

Nesse grupo, o Atributo representa supressões realizadas sobre as vítimas em decorrência do fato de serem LGBT. Essas supressões se deram no âmbito do ambiente familiar, em órgãos públicos e em eventos esportivos. Os sintagmas oracionais foram as estruturas gramaticais selecionadas pelo falante para codificar o Atributo, que apresentou como especificidade semântica, dentre outras, a expressão de estaticidade, ou seja, a representação de um estado de inércia em relação à vivência de determinadas atividades.

As cláusulas intensivas atributivas apresentaram representações acerca da violência praticada contra as vítimas. Na maioria dessas representações, os Portadores foram representados pelos eventos de violência e os Atributos por caracterizações feitas sob a ótica da vítima (seus sentimentos e suas compreensões) acerca da violência sofrida:

(79) Uma senhora gritou com a gente. Falou que éramos uma vergonha para nossos pais, que isso não era de Deus, que não íamos para o céu e que iríamos para o inferno. *Foi muito desconfortável*, as pessoas viam e não faziam nada. (PEROBELLI, 2016)

Outras representações acerca da violência (codificada pelo Portador) buscaram classificar o tipo de violência sofrida (classificação que foi codificada pelo Atributo):

(80) Uma vez eu estava com uma menina também lésbica em uma festa, e dois caras empurraram nós para dentro do banheiro e um deles abriu a calça. *Foi uma situação de ameaça de estupro* que a gente felizmente conseguiu se desvencilhar. (PEROBELLI, 2016)

O primeiro grupo de representações da violência teve seu Atributo codificado por *Sadjs*, o que se justifica pelo fato de que são essas estruturas que tendem a codificar qualificações. Já o segundo grupo de representações apresentou o constituinte SN como codificador do Atributo, o que se explica pelo fato de que os SNs, no âmbito das cláusulas intensivas atributivas, são as estruturas mais acionadas pelo falante ao realizar classificações.

Rotinas também foram alvo de representações nos dados do nosso *corpus*. Foram verificadas rotinas de diferentes tipos, atividades esportivas, de lazer, profissionais e até mesmo terapias. Os atributos relacionados a essas rotinas (Portadoras) operaram uma

qualificação, sobretudo negativa. Tanto a função qualificadora, quanto a função classificadora foram acionadas nessas representações. Os dados abaixo apresentam essas representações:

(81) *O futebol ainda hoje é um lugar repelente para as pessoas diferentes, não é diverso.* (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

(82) Souza estava no litoral do estado para passar o fim de semana com uma amiga, mas *os dias de descanso viraram uma tremenda dor de cabeça*, após o encontro com os agressores. (QUERINO, 2018)

Representações acerca da identidade de gênero também ocorreram. Elas demonstraram a consciência da vítima acerca de sua identidade, mas sem apresentarem caráter negativo ou positivo. Elas assumiram um viés reflexivo, através do qual as vítimas buscaram a afirmação e diferenciação de sua identidade em relação a outras identidades possíveis no grupo dos LGBT:

(83) Passou a usar peças de roupa de mulher, deixou o cabelo crescer. Entrou no curso de Agropecuária. *"Foi onde pude entender o que seria o transexualismo, a minha diferença para a mulher travesti.* (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Lugares de convivência também foram representados pelo Portador. Nesses dados, o Atributo, configurado por SNs, apresentou função qualificadora (essa função foi constatada em alguns SNs, mas em menor número), caracterizando negativamente esses lugares, pois foram lugares em que as vítimas sofreram violências. Em todos os casos, as representações de lugares foram acompanhadas pela violência praticada:

(84) *A escola foi um momento muito difícil*, até os 15 anos me chamavam sempre de 'viado', 'bicha' [violência praticada] e eu não entendia direito e nem porque achavam errado gostar de outro menino. (GIUSTI, 2014)

Por último, o Portador também foi representado por membros da família ou amigos da vítima. Nessas representações, a vítima qualificou a entidade portadora em referência a uma característica da entidade que motivou a não aceitação da identidade de gênero do narrador. O Atributo, constituído por Sadj, codificou a função qualificadora:

(85) Com 16 anos meus pais me deixaram em um sítio por um ano onde fiquei sem estudar, ver amigos. *Eles são muito religiosos*. A relação só melhorou quando mudei de estado. (GIUSTI, 2014)

Não foram verificadas, no caso das cláusulas relacionais intensivas atributivas, representações do agressor. Podemos considerar que a natureza dos tipos de processos possa ser um fator para a ausência desses tipos de representação nesse conjunto de cláusulas relacionais. O exemplo que segue apresenta uma representação do agressor, mas em uma cláusula material:

(86) Eu estava beijando meu namorado em um bar quando *o atendente começou a jogar pedras de gelo na gente*. Levantamos e fomos embora. (GIUSTI, 2014).

Por conseguinte, conjecturamos que o agressor seria representado nas cenas em que as violências ocorrem. Como vimos no Quadro 9, essas violências são de diferentes tipos: físicas, verbais, sexuais. Logo, elas tendem a ocorrer nas cláusulas materiais (no caso da violência física e sexual), como no exemplo acima, e verbais (no caso da violência verbal).

Se lançarmos um olhar conjuntural sobre todos os tipos de representações apresentados acima, verificaremos que ao selecionarem as cláusulas intensivas atributivas, as vítimas codificaram preferencialmente representações relacionadas com sua identidade, seus sentimentos a respeito das violências sofridas, o estado resultante etc. Ou seja, o foco das representações é a própria vítima (mesmo quando a vítima relata uma representação oriunda do agressor).

Por outro lado, não obstante as escolhas pelas cláusulas identificativas também terem sido preferencialmente por representações em que as vítimas sejam o foco da cena experiencial, pudemos verificar a presença de representações em que figurava o agressor no centro da cena. Além disso, algumas representações foram de autoria do repórter, tendo em vista que foram textualizadas via discurso indireto. A tabela abaixo apresenta os tipos de representações verificadas no conjunto das cláusulas intensivas identificativas:

Tabela 19 – Representações do Identificador e suas frequências de ocorrências.

<b>Representações codificadas pelo Identificador</b>	<b>Número de ocorrências</b>	<b>Percentual de ocorrências</b>
A vítima identifica sua reação frente a violência	14	53,85%

O repórter identifica a vítima	4	15,38%
A vítima identifica o agressor	2	7,69%
O agressor identifica sua vítima por meio de violência verbal	2	7,69%
A vítima define a violência	2	7,69%
A vítima define sua identidade de gênero	1	3,85%
A vítima identifica um evento de violência	1	3,85%
Total	26	100%

Fonte: elaboração própria.

Essa mudança de foco referencial, constatada nos dados referentes às cláusulas intensivas identificativas, foi registrada em três tipos de representações cuja entidade referenciada não foi a vítima. São elas:

*A vítima identifica o agressor:*

(87) Na época que eu me assumi, eu tinha uma melhor amiga. *Era a pessoa que eu mais valorizava depois da minha família.* (PEROBELLI, 2016)

*A vítima define a violência:*

(88) Ela disse para mim: “eu acho muito legal você ser gay, mas não faz nada na minha frente porque eu vou ter nojo de ver dois homens se beijando”. Acho que até hoje, mesmo depois tanto tempo, *ainda foi o que mais me marcou* porque era uma pessoa que eu tinha muito carinho. (PEROBELLI, 2016)

*A vítima identifica um evento de violência:*

(89) Após esbarrar em homem, sem querer, ele quebrou um copo de vidro no meu rosto. Fraturei o nariz e levei três pontos. Nunca vi tanto sangue na minha vida. O estado de choque é tão grande que às vezes só entra em desespero. *Foi o que aconteceu comigo.* Pensei que fosse meu fim. Meu agressor quase me deixou cego. (FERNANDES, 2019)

É importante observar que os Identificadores dessas três cláusulas representam definições que se dão no âmbito da perspectiva da vítima. Dito de outro modo, discursivamente, a vítima realiza essas representações a fim de enfatizar: sua relação com o

agressor, o que fica explicitado na cláusula restritiva que modifica o núcleo do SN (exemplo 87); e, o que a violência representou em sua vida (exemplo 88 e 89).

Não são, por conseguinte, representações que visam a apresentar uma definição não comprometida dos referentes. Ao contrário, é de suma importância para a vítima explicitar a relação que essas entidades e acontecimentos estabelecem com a sua vivência.

Essa importância também se justifica em face da prática cultural (referência ao Contexto de Cultura) em que a vítima se encontra engajada. A ação de relatar experiências pessoais pressupõe, em nossa cultura, que os fatos narrados serão apresentados sob a ótica da subjetividade, e é fundamental que assim o seja para que os propósitos comunicativos do ato de relatar experiências pessoais possam se concretizar.

A definição é o principal traço semântico das construções identificativas como um todo, pois é o único que se faz presente em todos os tipos de cláusulas relacionais. No que concerne às cláusulas intensivas identificativas, a definição se opera sobre um mesmo referente, que então é codificado pelos participantes Identificado e Identificador. Em face disso, afirma-se que a relação instanciada por essas cláusulas é fundamentada na simetria referencial entre os participantes.

No que diz respeito à nossa investigação, a importância de analisar e descrever os diferentes tipos de representações codificadas nas construções relacionais consiste na necessidade de lançar luz sobre as relações que o nível gramatical estabelece com os níveis semântico e discursivo. Nesse sentido, as cláusulas intensivas assumem o papel central dentre os três tipos de cláusulas relacionais acionadas pelas vítimas ao relatarem a violência, pois é nesse tipo de construção que a experiência propriamente dita e suas consequências são textualizadas. Na constituição das sequências relatadas, são essas as cláusulas que caracterizam, classificam e definem as entidades envolvidas no acontecimento.

Definir, qualificar e classificar são, de maneira geral, as três funções semânticas exercidas por esse tipo de cláusula relacional. Consideramos essas funções como primárias no que se refere às cláusulas relacionais de modo geral, pois se relacionam de maneira direta com os principais propósitos comunicativos das vítimas ao relatarem a violência de que foram alvos, quais sejam: explicitar a violência sofrida e suas consequências físicas e psicológicas; caracterizar e classificar os participantes do acontecimento experienciado; afirmar sua identidade de gênero; e apresentar seu posicionamento frente aos desafios vivenciados.

A caracterização dos sujeitos e fatores sociais representados pelos/nos relatos lança luz sobre aspectos do contexto de situação. Nossa intenção precípua foi descortinar as representações da experiência codificadas pelas/nas cláusulas relacionais intensivas. Para isso, o delineamento dos perfis das vítimas de violência homofóbica responsáveis por nossos relatos foi de fundamental importância, pois nos permitiu um aprofundamento na análise dessas representações. Importante também foi verificar a compreensão da vítima acerca de sua identidade de gênero e do tipo de violência que vivenciou.

### 5.3 Análise das cláusulas relacionais nas Etapas<sup>23</sup> e fases do gênero relato

Iniciamos esta seção afirmando que a análise dos dados aqui apresentada examinará não apenas as cláusulas relacionais intensivas, mas todos os tipos de cláusulas relacionais que tenham ocorrido nas Etapas e fases dos 48 trechos relatados em reportagens por vítimas de violência homofóbica. Com essa última parte, completamos nossa proposta de análise das cláusulas relacionais em três dimensões, quais sejam: a da léxico-gramática, a da análise discursiva e dos fatores de situação e a das estruturas do gênero textual.

Como já afirmado no capítulo três, a perspectiva teórica adotada para a análise dos relatos de violência homofóbica é a da Escola de Sidney, que tem em Martin (1992) seu principal desenvolvedor. Para esse teórico, os gêneros se estruturam em Etapas (estruturas que organizam o texto globalmente) e fases (estruturas responsáveis pela organização local do texto). Ambas as estruturas apresentam caráter recursivo, o que significa que podem ocorrer mais de uma vez nos textos. No que diz respeito às fases, elas podem ocorrer em mais de uma Etapa, ou mesmo várias vezes em uma mesma Etapa. Podemos afirmar que as fases tendem a ser mais recursivas do que as Etapas.

Ao iniciarmos a análise dos trechos relatados pelas Etapas que ocorreram, observamos que a *Complicação* está presente em 43 dos 48 trechos relatados, sendo, portanto, a Etapa que mais ocorreu. Isso se explica pelo fato de que o foco dos relatos é narrar eventos de violência homofóbica. Textualmente, tais eventos são apresentados nas fases *episódio*, quando o evento já é esperado pela vítima, e *problema*, quando o evento é inesperado e demarca um ponto de desequilíbrio no relato. Observemos essa configuração estrutural no relato a seguir:

---

<sup>23</sup>Segundo a proposta da Escola de Sidney no que se refere ao tratamento das estruturas componentes dos gêneros textuais, as Etapas devem ser escritas com inicial maiúscula e fases com inicial minúscula, razão pela qual o vocábulo *Etapa* se encontra em maiúsculo no título desta seção.

Quadro 11 – Trecho relatado por vítima de violência homofóbica (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
[ <i>João Lucas, 27, São Caetano</i> ]:	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Complicação</b>	
Episódio	Eu estava beijando meu namorado em um bar
Problema	quando o atendente começou a jogar pedras de gelo.
<b>Resolução</b>	
Solução	Levantamos e fomos embora. Nunca mais voltei e passei a evitar bares que <i>não fossem GLS</i> .

Fonte: elaboração própria.

A *Avaliação*, Etapa responsável por apresentar a compreensão que as vítimas apresentam das violências sofridas e dos perigos em assumir sua identidade de gênero, foi a segunda que mais ocorreu (23 ocorrências). Contudo, é expressiva a discrepância observada entre o número de ocorrência da *Complicação* em relação ao da *Avaliação*. Uma possível explicação para essa diferença pode ser dada considerando o espaço que as reportagens destinam aos relatos das vítimas. É um espaço bastante reduzido, geralmente de três a cinco linhas por sequência relatada. Notamos que, na verdade, a reportagem recorta os trechos considerados por ela como mais significativos para a apresentação da violência. Podemos inferir isso pelo fato de que, em todas as reportagens, foram realizadas entrevistas com as vítimas e de que, dificilmente, em uma entrevista para esse fim, uma fala seria tão curta. Portanto, a apresentação da *Avaliação* demandaria mais espaço no corpo da reportagem, sobretudo porque é nessa Etapa que o falante expressa sentimentos, consequências, comentários e reflexões acerca do acontecimento narrado na *Complicação* (isso em se tratando de relatos que apresentem concomitantemente essas duas Etapas).

Uma segunda explicação é a de que muitas das vítimas sequer conseguem (ou não desejam) expressar as consequências que os eventos de violência acarretaram para suas vidas. Essa explicação vai de encontro com o que diagnosticou o *Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013* (BRASIL, 2013). Segundo o documento, a maioria das vítimas desse tipo de violência opta por silenciar acerca do que sofreram.

Na maioria das vezes em que ocorreu, a *Avaliação* apresentou a fase *reação*, onde são descritos os sentimentos da vítima em relação à violência sofrida:

Quadro 12 – Trecho relatado por vítima de violência homofóbica (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
[Roberto, 28, Curitiba]	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Complicação</b> episódio 1	Na época de escola me chamavam constantemente de Sarita, por causa da novela ‘Explode Coração’.
episódio 2	Além disso, na rua me xingavam tanto
<b>Avaliação</b> Reação	que comecei a ficar com medo de sair.

Fonte: elaboração própria.

Contudo, outras fases também ocorrem nessa etapa, como a *solução*, evento que libera tensão, e o *comentário*, fase que apresenta comentários sobre os acontecimentos, pessoas, atividades etc.:

Quadro 13 – trecho relatado por vítima de violência homofóbica (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
[Débora, 25, São Paulo]	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Avaliação</b> Reação	Eu me sinto coagida a não expressar a minha sexualidade em público. <i>Acabo sendo ultra discreta</i>
Solução	para não ser agredida verbal ou fisicamente.
Comentário	Mesmo assim percebo olhares tortos em shoppings.
Reação	<i>É difícil.</i>

Fonte: elaboração própria.

No trecho acima, podemos observar que a *Avaliação* consistiu na única Etapa estruturadora. Interpretamos esse fato em razão de o relato não narrar uma violência sofrida, mas o medo que a relatora tem em vivenciar publicamente sua identidade de gênero.

Depois da *Avaliação*, foi a *Resolução* a Etapa mais recorrente (19 vezes). Essa Etapa é responsável por contar o desfecho do relato, que não necessariamente deve ser positivo. Na maioria das ocorrências, a fase estruturadora dessa estrutura global foi a *solução*:

Quadro 14 – Relato de vítima de violência homofóbica (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
Relato de violência homofóbica	
[Anderson, 26, Maringá]	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Complicação</b> Episódio	Com 16 anos meus pais me deixaram em um sítio por um ano
Problema	onde <i>fiquei sem estudar</i> , ver amigos.
Descrição	<i>Eles são muito religiosos.</i>
<b>Resolução</b> Solução	A relação só melhorou quando mudei de estado.

Fonte: elaboração própria.

Em 12 das 19 ocorrências, a *Resolução* foi antecedida pela *Complicação*. Isso demonstra uma relação primária entre a Etapa em que o desequilíbrio do relato é rompido (Complicação) e a etapa em que a tensão é liberada (*Resolução*), liberação que não representa um desfecho positivo em relação aos eventos narrados.

Uma única vez, essa Etapa foi antecedida pela *Avaliação*, indicando que atitudes definitivas acerca do problema podem ser tomadas com base na consciência que a vítima tem da realidade social, realidade que, no caso do relato a seguir, a vítima busca enfrentar:

Quadro 15 – trecho relatado por vítima de violência homofóbica (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
[Gustavo Nogueira, 27, Porto Alegre]	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Avaliação</b> Reação	Eu e meu namorado temos receio de andar de mãos dadas em muitos pontos da cidade
Comentário	por medo de sermos vítima de agressões verbais ou mesmo físicas
<b>Resolução</b> Solução	mas <i>nossa melhor resposta tem sido ignorar e permanecer de mãos dadas</i>
Reflexão	mesmo sem saber como esses homofóbicos vão reagir.

Fonte: elaboração própria.

Se, por um lado, as Etapas são constituídas por fases e delas extraem seu significado global, por outro, as fases são constituídas por cláusulas e delas extraem seu significado local. Em decorrência da ênfase desta pesquisa, buscamos observar unicamente as funções que as cláusulas relacionais exercem nas fases presentes nas sequências relatadas. Inicialmente, demonstramos na Tabela 15 a frequência de ocorrência dessas cláusulas nas fases em que aparecem:

Tabela 20 – As ocorrências de cláusulas relacionais nas fases dos trechos relatados por vítimas de violência homofóbica.

<b>Tipos de fase</b>	<b>Número de ocorrências de cláusulas relacionais</b>	<b>Percentual de ocorrências</b>
Problema	86	47,51%
Solução	53	29,28%
Reação	32	17,68%
Reflexão	5	2,76%
Descrição	2	1,10%

Comentário	1	0,55%
Episódio	1	0,55%
Cenário	1	0,55%
Total	181	100%

Fonte: elaboração própria.

Apresentaremos as fases na forma de exemplos, pois julgamos que, desse modo, o leitor poderá acompanhar com mais clareza as argumentações. O objetivo dessa análise é relacionar os propósitos das fases aos significados das cláusulas relacionais.

A fase *problema* foi a que mais ocorreu. Como já dito, ela é responsável por apresentar os eventos responsáveis pelo desequilíbrio (ponto de tensão) do relato. Foi um total de 86 ocorrências dessa fase, sendo que todas as ocorrências se deram na Etapa *Complicação*, o que se justifica por ser essa a Etapa em que os eventos que apresentam a tensão da narração aparecem.

Por se tratar de relatos de violência homofóbica, intuíamos que, nessa Etapa, sobretudo na fase *problema*, a ocorrência de cláusulas relacionais seria baixa ou nula, ao passo que as cláusulas materiais e verbais (representações das violências físicas e verbais) seriam as mais recorrentes. De fato, as cláusulas materiais e verbais, no que concerne aos relatos de violência homofóbica, encontram nessa fase seu *locus* mais incidente. Contudo, as cláusulas relacionais apresentaram seu maior número de ocorrência nessa fase, o que demonstra a imbricação (numa perspectiva *from around*) desses três domínios da experiência.

No exemplo a seguir, podemos observar que a uma agressão física sucede uma agressão verbal, introduzida por uma cláusula verbal que projeta em seu interior uma cláusula relacional intensiva atributiva, logo, uma cláusula relacional que busca classificar uma entidade. No caso, a classificação operada se dá como negação da real identidade de gênero da vítima. Essa cláusula relacional, componente da verbal, apresenta maior interação com a cláusula material que lhe segue, visto que a cláusula material apresenta as condições para que a vítima assuma a classificação imposta pelo agressor:

(90) quando um cara puxou meu cabelo e disse [*ponto da cláusula verbal em que são projetadas as cláusulas relacional e material*] ‘Você não merece ter cabelo comprido. Quer ser homem vai cortar esse cabelo[*cláusula material*]’ (GIUSTI, 2014) –*destaques nossos*.

Essa é a mesma configuração *from around* de outros problemas, como no exemplo:

(91) Uma vez uma menininha ficou falando para a mãe que [*ponto da cláusula verbal em que são projetadas as cláusulas relacional e material*] *eu e meu namorado éramos estranhos, fazendo cara feia* [*cláusula material*] (GIUSTI, 2014) – *destaques nossos*.

O outro tipo de ocorrência das relacionais na fase *problema* se deu no ambiente de projeção das cláusulas mentais, figurando as cláusulas relacionais como componentes do Fenômeno (participante que representa o objeto de percepção do Experienciador). Nessas configurações da fase *problema*, o fenômeno representou a descoberta dos indivíduos acerca da identidade de gênero e dos sentimentos, no caso desconfiança, motivados pela descoberta dessa identidade:

(92) Dois caras que eu fiquei piraram quando descobriram que [*ponto da cláusula mental em que são projetadas as cláusulas relacional e verbal*] *eu era bissexual* e chegaram a perguntar se eu poderia ter passado alguma doença [*cláusula verbal*]. Falavam que não poderiam confiar em mim porque eu era bi. (GIUSTI, 2014)

Sob a ótica *from around*, a cláusula relacional “eu era bissexual” motiva a escolha da cláusula verbal “chegaram a perguntar se eu poderia ter passado alguma doença”. É esse relacionamento que concretiza a violência verbal praticada e, por esse motivo, a análise das fases deve prezar pela consideração das interações entre os diferentes tipos de cláusulas que as compõem. Em outras palavras, o estudo do significado das cláusulas relacionais nas fases do gênero relato só resultará produtivo se observarmos todas as representações experienciais presentes.

A fase *solução* apresentou 53 cláusulas relacionais. Na *solução*, o desequilíbrio apresentado pelo *problema* resulta numa atitude que encerra a tensão. Não devemos compreender a solução como uma atitude positiva, pois muitas vezes ela representa uma atitude negativa para a vivência de mundo da vítima, como na *solução* do relato:

Quadro 16 – Trecho relatado por vítima de violência homofóbica (GIUSTI, 2014).

<b>Contexto de Cultura</b>	
[Carlos Neto, 31, São Paulo.]	
<b>Etapas/fases</b>	
<b>Complicação</b>	
Cenário	Mesmo namorando há dois anos
Problema	Me informaram que não poderia doar sangue
Descrição	<b>porque era gay.</b>

Problema	Nem colheram para testar
<b>Avaliação</b>	
Reação	<b>Foi tão constrangedor</b>
Solução	que nunca mais tentei

Fonte: elaboração própria.

Diferentemente do *problema*, em nossos dados, a *solução* pode ser constituída unicamente por cláusula relacional. Nesse caso, temos que nos deter em destrinchar as características da cláusula que possibilita sua ocorrência em uma fase que tem como foco as atitudes solucionadoras da tensão. Vejamos:

(93) mas nossa *melhor resposta tem sido ignorar e permanecer de mãos dadas*. (GIUSTI, 2014)

A cláusula relacional dessa fase é uma identificativa, ou seja, ela tem por função identificar a atitude solucionadora da vítima por meio de seu traço mais específico (definido). Podemos hipotetizar que somente uma cláusula identificativa poderia ocorrer nessa fase, pois se fosse uma atributiva, a cláusula não poderia representar a atitude da vítima, mas a classificação/qualificação da atitude, por exemplo, se a cláusula fosse “nossa melhor resposta é significativa”.

Além disso, o participante Identificador é constituído por sintagma oracional (classe definidora do parâmetro CMEA - Configuração Morfossintática das Estruturas de Aгнаção) que tem como especificidade semântica (ESEA) a expressão de acionalidade. Logo, o significado geral da cláusula apresenta certa carga acional devido à configuração sintático-semântica do Atributo. Esse fato deve ser considerado como uma das motivações para a textualização da fase *solução* por cláusulas relacionais.

Nas demais ocorrências da *solução* em que estiveram presentes cláusulas relacionais, houve concomitantemente a presença de cláusulas materiais e comportamentais. Nesses casos, as cláusulas relacionais foram projetadas a partir das cláusulas comportamentais. A concatenação das comportamentais com as relacionais representaram uma cena periférica em relação ao evento liberador da tensão, que foi representado pela cláusula material. As cláusulas relacionais representaram a posse de objetos portados pelo agressor. A percepção desses objetos (sua visualização) compõe a cena impulsionadora da atitude solucionadora:

(94) Vimos que *ele [agressor] tinha um canivete [objeto]* e nos afastamos em direção ao metrô. (GIUSTI, 2014)

Para a perspectiva teórica funcionalista, o texto é a unidade linguística central, pois a comunicação se dá através dos textos, o potencial de significação do sistema linguístico é instanciado textualmente e a própria situação em que se dá o evento comunicativo imprime seus traços na materialidade textual. Por esse motivo, o estudo das cláusulas relacionais só faz sentido se realizado na ambiência textual, na qual exercem papel preponderante as Etapas e fases estruturadoras do gênero textual.

No caso dos trechos relatados por vítimas de homofobia aqui investigados, as estruturas textuais apresentaram-se como não categóricas, ou seja, não há a obrigatoriedade de ocorrência de quaisquer das Etapas ou fases, embora haja uma tendência de ocorrência, como no caso da Etapa *Complicação*. Esse diagnóstico revela a presença de uma heterogeneidade construcional presente na produção de textos oriundos de um mesmo campo da atividade cultural, como no caso das sequências relatadas analisadas por este estudo.

Julgamos que essa heterogeneidade construcional perpassa todos os níveis envolvidos na constituição dos trechos relatados. Por isso, verificamos ocorrências de cláusulas relacionais em diferentes Etapas e fases das sequências relatadas. Também constatamos a tendência de ocorrência dessas cláusulas nas fases constitutivas das Etapas em que se desenrolam as ações narradas pelas vítimas, quais sejam: *problema (Complicação)*, *reação (Complicação)* e *solução (Resolução)*.

Nesse sentido, podemos afirmar que a natureza estativa das cláusulas relacionais não impossibilita que o falante selecione essas construções para constituírem Etapas e fases mais acionais. Ao contrário, a seleção de construções relacionais nessas fases pode modificar essa natureza, trazendo traços de acionalidade para a *cena* representada, como no caso do exemplo 93.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vivência dessa pesquisa trouxe-nos muitos aprendizados acerca da *práxis* científica de um modo geral e, de maneira específica, no que se refere ao papel da pesquisa em Linguística. Em momento algum, pretendemos buscar soluções definitivas para as questões aqui abordadas. Apenas nos esforçamos por respondê-las com a consciência dos limites que o tempo, as vicissitudes sociais, nossa própria subjetividade nos impunham.

No decurso da investigação, percebemos que um estudo de percepção acerca das estruturas de reversibilidade das cláusulas relacionais, realizado a partir de células compostas por indivíduos de diferentes grupos sociais (escolas, universidades, comunidades periféricas, entre outros) nos forneceria subsídio mais sólido para o tratamento dessa questão em língua portuguesa. Isso enriqueceria a metodologia aplicada e, por conseguinte, aprofundaria nossa interpretação sobre os dados.

Outra metodologia que, se utilizada, promoveria maior clareza e especificidade quanto à temática da violência homofóbica, seria a realização de entrevistas com vítimas desse tipo de violência. Isso nos permitiria maior intimidade com o processo de montagem do *corpus*, bem como a observação direta das reações dos entrevistados, o fluxo entonacional ao narrarem os eventos e a aplicação de questões que nos permitissem um delineamento maior de seus perfis socioculturais.

Ainda, outra via que poderíamos ter adotado seria a análise de relatos de vítimas de violência homofóbica não pertencentes à população LGBT. Conversando com pessoas de minha comunidade sobre a minha pesquisa de mestrado, ouvi relatos de indivíduos que (tanto homens, quanto mulheres), embora se identifiquem como heterossexuais, afirmavam terem sido vítimas desse tipo de violência na infância, adolescência e mesmo na idade adulta, por causa de traços de sua personalidade julgados como não normativos.

Pedimos ao leitor que não compreenda esses apontamentos como lamentações, mas como nosso mais sincero testemunho de que ainda há muito por se fazer. Por outro lado, a consciência dessas trajetórias não vivenciadas nos abre muitas oportunidades para a continuidade da pesquisa aqui iniciada.

Um dos problemas levantados por esta pesquisa e que não pôde ser respondido de maneira satisfatória diz respeito ao estabelecimento de critérios efetivos para a descrição da

modalidade identificativa nas cláusulas relacionais. Todos os critérios apresentados por Halliday e Matthiessen (2014) são aplicáveis às cláusulas intensivas presentes em nosso *corpus*. Contudo, quando abordamos os tipos circunstancial e possessivo, nem todos os critérios foram aplicáveis.

No caso das cláusulas circunstanciais, a propriedade de reversão posicional pode ser verificada tanto em cláusulas do modo atributivo, quanto em cláusulas do modo identificativo. Conseqüentemente, a distinção entre os dois modos com base nessa propriedade fica prejudicada no que se refere a essas construções.

Já no caso das cláusulas possessivas, a reversão é possível apenas em cláusulas do modo identificativo, como postula a GSF. Entretanto, verificamos que no modo identificativo, as cláusulas possessivas não apresentam simetria referencial entre os participantes (critério arrolado pela teoria sistemicista para a descrição desse modo).

Essas verificações revelam problemas que impactam diretamente a descrição desse sistema de cláusulas no PB. Há que se considerar, como afirmam Halliday e Matthiessen (2014), as especificidades sistêmicas de cada língua no que diz respeito às cláusulas relacionais. Nesse sentido, a mera aplicação do modelo teórico desenvolvido inicialmente por Halliday (1985) a fenômenos do PB poderá resultar problemática, pois aquele modelo foi desenvolvido para a descrição sistêmico-funcional da língua inglesa. Foi com base nessa constatação que se originou a proposta de uma escala de prototipia para o tratamento das construções relacionais. A primeira versão do modelo foi apresentada neste trabalho, mas, temos consciência de que há pontos a serem trabalhados, como a descrição dos tipos de processos mais prototípicos em cada classe de cláusula relacional e seu impacto na delimitação topológica da arquitetura do sistema.

A investigação acerca do papel das cláusulas relacionais na construção de relatos de vítimas de violência homofóbica é uma tentativa, em última instância, de compreender como essa parte de um dos sistemas operacionalizadores da linguagem (no caso, o Sistema de Transitividade) se relaciona com a experiência humana de mundo. Acreditamos que pudemos iluminar as características subjacentes ao potencial de significado dessas cláusulas.

A descrição dos papéis temáticos dos participantes da construção relacional revelou que esses participantes consistem em macrofunções que recobrem uma zona heterogênea em que as diferentes escolhas realizadas pelos falantes resultam em esquematizações

morfossintáticas e semânticas distintas. Essa descrição permitiu também lançar luz sobre a atuação do princípio da indeterminação sistemática (HALLIDAY; MATTHIESSEN 2014) ou, dito de outro modo, do que motiva a fluidez das categorias integrantes do sistema de cláusulas relacionais.

O termo relacional nos remete ao substantivo *relação*, e por isso desenvolvemos um parâmetro descritivo para identificar os tipos de conexões operadas por essas cláusulas, o que nos permitiu registrar diferentes tipos mesmo em se tratando de um mesmo tipo/modo de cláusula relacional, como, por exemplo, as intensivas atributivas. Por considerarmos o significado relacional como resultado das relações sistemáticas entre os elementos da cláusula como um todo, a noção de relação perde, nesta pesquisa, seu caráter de generalidade e adquire, assim, densidade semântica, passando a ser compreendida em face de suas especificidades.

As atributivas foram, de longe, as cláusulas de maior incidência no *corpus*, o que motivou o desenvolvimento de uma escala de prototipia para as cláusulas relacionais do modo atributivo, que tem nessa categoria seu centro radial. Julgamos que tal escala nos permite resgatar o ponto de partida inicial da proposta de Halliday (1985) para a construção do sistema relacional, qual seja: a tradicional noção de *verbos de ligação*. As atributivas são principalmente, mas não somente, um conjunto de cláusulas que, na tradição, foram entendidas como a atribuição de uma qualidade a um sujeito via a conexão estabelecida por esse tipo de verbo. Não pense o leitor que nos esquecemos de que a tradição chegou a considerar os *verbos de ligação* como dispensáveis à construção da predicação, que estaria a cargo dos adjetivos no caso de *predicado nominal*.

Por essa razão, desenvolvemos o parâmetro Natureza do Atributo. Assim, ao cruzarmos esse parâmetro com o das configurações morfossintáticas, poderíamos interpretar a presença e a natureza semântica do Sadj, bem como a presença e a natureza semântica de outras possíveis configurações (SNs, Spreps).

Constatamos que a presença de Sadj foi extremamente significativa, mas somente no caso das cláusulas relacionais intensivas atributivas. Nos demais tipos, preponderaram outras configurações morfossintáticas. A possível explicação para essa constatação nos é fornecida pelo parâmetro Natureza do Atributo, que visa a distinguir entre atributos concretos e abstratos.

A investigação acerca das Especificidades Semânticas das Estruturas de Agnação nos revelou, segundo nossa interpretação, traços específicos não arrolados por Halliday e Matthiessen (2014). Talvez isso se explique considerando que a língua portuguesa apresenta especificidades em relação à inglesa, tomando como base o uso de seus respectivos falantes.

As cláusulas identificativas apresentaram baixa incidência em todos os tipos de cláusulas relacionais, o que apontou a necessidade de trabalharmos com um número maior de dados, para testagem de nossas hipóteses e melhor aplicação de nossos parâmetros.

Contudo, reconhecendo essa limitação, os parâmetros demonstram eficiente aplicabilidade, razão pela qual não descartamos a proposta. Apenas quatro parâmetros apresentaram correlação categórica. No caso das cláusulas atributivas, PSP (Papel Semântico do Portador) e PSA (Papel Semântico do Atributo), e no caso das identificativas, PSI (Papel Semântico do Identificado) e PSIR (Papel Semântico do Identificador). Longe de representar um problema em nossa proposta, essa correlação categórica corroborou a tese que desde o início tínhamos, de que os papéis temáticos ocorrem nas cláusulas relacionais em pares emparelhados, ou seja, a presença de um papel temático pressupõe a presença de outro. Esse fenômeno lança luz sobre o que se entende por relação no âmbito das cláusulas relacionais. Não há uma única relação, mas múltiplas formas de relacionamento que ficam explicitadas quando diagnosticamos os papéis temáticos selecionados pelo verbo para a construção da cena.

Não demos por encerrada a proposta. Ao contrário, julgamos pertinente dar continuidade ao seu desenvolvimento e aperfeiçoamento, o que faremos em investigações futuras a cerca do objeto aqui investigado.

Falemos agora do que profundamente aprendemos. Não a respeito dos conceitos, dos esquemas, das relações semânticas, das configurações sintáticas, das motivações pragmáticas, dos sistemas, dos princípios, do *corpus* e da análise. Falemos da concretude de enunciações como, por exemplo:

(95) "Me perguntaram sobre a necessidade de fazer reportagens desse tipo, *se é necessário quando a luta é para sermos todos iguais. Mas eu, mulher sapatão, não sou igual. Não quero ser assimilada, palatada, minha luta é para existir com todas as minhas identidades de gênero*" (OLIVEIRA; JORGE, 2017).

Os trechos grifados apresentam a relação de pedaços da experiência de um indivíduo. Uma pessoa que tem na linguagem a via para representar sua percepção de que é vítima de discriminações. Que, ao não aceitar permanecer em estado de inércia, sabe expressar o sentido de sua luta por liberdade, por existir como é, consciente de que sua individualidade está sob ataque, sob atos que buscam reduzi-la à “normalidade”.

Na teoria, aprendemos a chamar esses trechos de cláusulas relacionais. Aprendemos a categorizar esses trechos em partes que recebem a denominação de processos relacionais, portadores, atributos, identificados e identificadores. Perscrutamos o objeto de tal forma e em tantos níveis de análise, que corremos o risco de que com essas abstrações perdêssemos a concretude desses enunciados, em suma, a vida na linguagem.

Não desprezamos o valor e a importância, sobretudo para a ciência, de pautarmos nossos procedimentos por rigor e coerência. Não desprezamos o valor da generalização. Nem tampouco a necessidade de compreender, ainda que parcialmente, o que acontece (os fenômenos) e podermos compartilhar em linguagem comum à comunidade acadêmica os frutos de nossos esforços. Mas, por outro lado, não podemos ignorar o perigo tácito que corremos ao julgarmos que a teoria por si só basta. É preciso, portanto, conjugarmos o concreto com o abstrato. Pois, se a redução ao teórico resulta em esterilidade, limitarmo-nos unicamente à concretude resulta num esforço que, em última instância, só terá significado para o pensador em contemplativo solilóquio.

Acreditamos que a busca de tal conciliação é a principal tarefa da ciência da linguagem. Em que pese os argumentos contrários, não abrimos mão dessa premissa, pois foi ela que orientou a tentativa de explicação dos fenômenos investigados neste trabalho. É ela que nos dá “sentido à prática de fazer linguística” (GIVÓN, 2012, p. 11). Afinal, desde o princípio de nossa ciência, com o Estruturalismo e depois com o Gerativismo, a linguagem persistiu “em desafiar metodologias dedutivas” (GIVÓN, 2012, p. 11). Acreditamos, também, que é essa a tarefa do funcionalismo como paradigma teórico e dos pesquisadores que se arrogam esse rótulo. Caso contrário, nosso discurso resultará infecundo.

Temos visto, dentro do campo de estudos funcionalistas, propostas que, embora falem do contexto de uso, o fazem lateralmente, sem profundidade, concedendo maior atenção a esquematizações e modelos. Respeitamos suas posições, mas temos que demarcar o propósito

que nos impulsiona, qual seja: o de enxergar a *carnatura* da linguagem, mesmo em narrativas tão doloridas como são os relatos de violência homofóbica.

No relato

(96) "Dois caras que eu fiquei piraram quando descobriram que *eu era bissexual e chegaram a perguntar se eu poderia ter passado alguma doença. Falavam que porque eu era bi*". (GIUSTI, 2014),

em linguagem técnica, as cláusulas destacadas são formadas por processos relacionais que selecionam os participantes Portador e Atributo como seus argumentos. Ambas são relacionais intensivas e assumem a configuração morfossintática [*Pronome+SV+Sadj*]. Mas, vistas pela ótica da concretude, elas representam a identidade de gênero de um indivíduo que não se compreende circunscrito aos tradicionais papéis de homem e mulher. Esse indivíduo compreende sua identidade como algo de outro tipo, direcionada a outras formas de relacionamento afetivo. Por isso, ao escolher cláusulas relacionais para relatar a violência de que é vítima por conta de sua identidade, essa pessoa tem o propósito de explicitar seu grupo de gênero (o dos bissexuais), de especificar um aspecto do seu ser, sua classe de pertencimento.

É essa a concretude das cláusulas relacionais, aquilo que, em hipótese alguma, poderemos perder de vista. Ela é presente na vida das vítimas de violência homofóbica pelas funções que exercem no ato comunicativo, quais sejam, a de expressar sua identidade de gênero, de caracterizar a violência de que são alvos, localizar os lugares em que os atos de violência ocorrem, expressar a posse dos objetos utilizados para a agressão e, dentre outras coisas, a consciência de que sua existência exigirá permanente luta por equanimidade, por justiça social:

(97) Me perguntaram sobre a necessidade de fazer reportagens desse tipo, *se é necessário quando a luta é para sermos todos iguais. Mas eu, mulher sapatão, não sou igual. Não quero ser assimilada, palatada, minha luta é para existir com todas as minhas identidades de gênero*", defende. As violências da vida em nada lembram os golpes do esporte. Batem mais fundo. *Nos sparrings, a tentativa é de minar a força masculina que se eleva quando é confrontada com uma mulher lésbica. A luta é para construir, no taekwondo, família e segurança. "Na rotina, são violências contra o meu corpo, contra a minha*

*existência, contra a minha circulação em estabelecimentos, em que eu sou assediada, conduzida a banheiro masculino (OLIVEIRA; JORGE, 2017).*

## REFERÊNCIAS

- ARISTOTELES. **Órganon**: Categorias, Da Interpretação, Analíticos anteriores, Analíticos posteriores, Tópicos, Refutações sofisticas. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru: EDI-PRO, 2005.
- ARNAULD, A.; LANCELOT, C. **Grammaire générale et raisonnée**. Tradução de Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BAR-HILLEL, Y. **Language and Information**: selected essays on their theory and application. Jerusalem: Jerusalem Academic Press, 1964.
- BEAUGRANDE, R. A. **Introduction to the study of text and discourse**. Wien: Universitäts Verlag, 1993.
- BECHARA, E. C. **Dicionário Escolar da Academia de Letras**: língua portuguesa. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2011.
- BENVENISTE, É. **Problemas de linguística geral II**. Campinas: Pontes, 1989.
- BERLIN, B.; BREEDLOVE, D.; RAVEN, P. General principles of classification and nomenclature in folk biology. **American Antropologist**, p. 214-242. 1973.
- BERNHARD, A. B; TOMAZZI, R. Considerações a respeito do conceito de cultura na linguística sistêmico-funcional e na teoria enunciativa: encontros e distanciamentos. In: ROTTAVA, L.; NAOUJORKS, J. (Orgs.). **Linguística sistêmico-funcional**: interlocuções na formação docente e no ensino. Porto Alegre: Instituto de Letras – UFRGS, p. 17-26. 2016.
- BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Relatório de violência homofóbica no Brasil**: ano 2013. Brasília: SDH/PR, 2013.

- BUSTAM, M. R. Analysing clause by Halliday's transitivity system. **Jurnal Ilmu Sastra**, vol. 6, nº 1, p. 22-34. 2011.
- CANDIDO, A.; CASTELLO, J. A. **Das origens ao romantismo**. 10ª ed. São Paulo: Difel, 1980.
- CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad-X, 2013.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, [1985] 2007.
- DAMASCENO, G. L. N. **A transitividade de processos materiais em notícias jornalísticas**. 2016. 248 f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- DIJK, T. A. **Discurso e poder**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.
- DILLINGER, M. Forma e função na linguística. **D.E.L.T.A.**, vol. 7, n. 1, p. 395-407. 1991.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. IN: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, p. 343-350. 1985.
- EGGINS, S. **An introduction to systemic functional linguistics**. Londres: Pinter Publishers, 2004.
- FAWCETT, R. P. The semantics of clause and verb for relational processes in English. In: HALLIDAY, M. A. K.; FAWCETT, R. P. **New developments in systemic linguistics: theory and description**. London: Pinter, p. 130-183. 1987.
- FERNANDES, Y. 10 relatos que mostram a importância de criminalizar a lgbtfobia. **Projeto Colabora**, 13 de fev. de 2019. Disponível em: <<https://projecolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.
- FILLMORE, C. An alternative to checklist theories of meaning. In: COGEN, C; THOMPSON, H.; THURGOOD, G.; WHISTLER, K. (eds.) **Proceedings of Berkeley Linguistic Society**. Berkeley: Berkeley Linguistics Society, p. 55-81. 1975.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GIUSTI, I. 20 histórias reais que mostram que agressões psicológicas sofridas por gays são tão traumáticas quanto as Físicas. **Buzzfeed Brasil**, 06 de out. de 2014. Disponível em: <<https://www.buzzfeed.com/br/irangiusti/situacoes-que-lgbts-passam-e-mostram-que-homofobia-vai-alem>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GIVÓN, T. **Syntax: a Functional and Typological Introduction**. Amsterdam: John Benjamins, 1984.

\_\_\_\_\_. **A compreensão da gramática**. São Paulo: Cortez; Natal: EDUFRRN, 2012.

GOUVEIA, C. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. **Revista Matraga**, v. 16, n. 24, RJ: Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ, p. 13-47. 2009.

GREIMAS, A. J. **Semântica estrutural**. Tradução Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1966.

HAUY, A. B. **Da Necessidade de uma Gramática-Padrão da Língua Portuguesa**. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as Social Semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1994.

\_\_\_\_\_. **El language como semiótica social: la interpretación social del lenguaje y del significado**. Buenos Aires: 2001.

\_\_\_\_\_; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 3ª ed. Londres: Arnold, 2004.

\_\_\_\_\_. **An introduction to functional grammar**. 4. Ed. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2014.

KOCHER, V. S.; MARINETTO, A. F.; BOFF, O. M. B. **Estudo e produção de texto: gêneros textuais do relatar, narrar, descrever**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

KRISTEVA, J. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1969.

KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. São Paulo: Ática, [1985] 2001.

LIMA-LOPES, R. E; VENTURA, C. S. M. **A transitividade em português**. In: Direct Papers 55. Pontifícia Universidade Católica: São Paulo. 2008.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, [1976] 2002.

LYONS, J. **Linguistic semantics: an introduction**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MACKENZIE, J. L. **What is fonctionnal grammar?** Zurique, 1992.

MARTIN, J. R. **English text: system and structure**. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

\_\_\_\_\_; ROSE, D. **Genre relations: mapping culture**. Londres: Equinox, 2008.

MATTHIESSEN, C. M. I. M.; BATEMAN, J. A. **Systemic linguistics and text generation: experiences from Japanese and English**. London: Frances Pinter, 1991.

MIRANDA, P. Conheça histórias de pessoas que sofreram homofobia na família. **UOL**, Recife, 17 de mai. de 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/conheca-historias-de-pessoas-que-sofreram-homofobia-na-familia.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

NEVES, M. H. M. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. **A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

\_\_\_\_\_. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

\_\_\_\_\_. **Texto e Gramática**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

\_\_\_\_\_. **Gramática Funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018.

OLIVEIRA, M. R. Tendências atuais da pesquisa funcionalista. In: SOUZA, E. R. **Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas**. São Paulo: Contexto, p. 133-148. 2012.

OLIVEIRA, G.; JORGE, T. Basta de homofobia: relatos de gay, lésbica, bi, trans e travesti no esporte. **Globo Esporte**, Fortaleza, 19 de jun. de 2017. Disponível em: <<https://globoesporte.globo.com/ce/noticia/basta-de-homofobia-relatos-de-gay-lesbica-bi-trans-e-travesti-no-esporte.ghtml>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PERINI, M. A. **Princípios de linguística descritiva: introdução ao pensamento gramatical**. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_. **Estudos de gramática descritiva: as valências verbais**. São Paulo: Parábola, 2008.

\_\_\_\_\_. **Gramática descritiva do português**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2009.

\_\_\_\_\_. **Sintaxe**. São Paulo: Parábola, 2019.

PEROBELLI, A. Homossexuais relatam agressões e preconceitos e dizem: “não esqueceremos”. **Uol**, São Paulo, 16 de jun. de 2016. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/homossexuais-relatam-agressoes-e-preconceitos-e-dizem-nao-esqueceremos.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

QUERINO, R. Depoimento de jovem gay que sofreu ataque homofóbico em Santos viraliza nas redes sociais. **Bol**, 12 de jul. de 2018. Disponível em: <<https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/depoimento-de-jovem-gay-que-sofreu-ataque-homofobico-em-santos-viraliza-na-redes-socias>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ROSCH, E.; et al. Basic objects in natural categories. **Cognitive Psychology**, p. 382-439. 1976.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da língua portuguesa**. 38ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1972] 2000.

ROSE, D. Genre, knowledge and pedagogy in the ‘Sydney School’. In: ARTEMAVA, N.; FREEDMAN, A. **Trends and traditions in genre studies**. Alberta: Inkshed, p. 332-357. 2015.

SAID ALI, M. **Gramática elementar da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, [1923] 1964.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28ª ed. São Paulo: Cultrix, [1916] 2012.

SILVA, E. C. M. Gêneros na teoria sistêmico-funcional. **D.E.L.T.A**, vol. 34, p. 305-330. 2018.

SIMPSON, T. M. **Linguagem, realidade e significado**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.

STEEL, R. G. D.; TORRIE, J. H. **Principles and procedures of statistics: a biometrical approach**. 2. Ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1980.

THOMPSON, G. **Introducing functional grammar**. London: Edward Arnold, 1996.

VIAN JR, O; LIMA-LOPES, R. A perspectiva teleológica de Martin para a análise dos gêneros textuais. In: MEURER, J.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros: teorias, métodos, debates**. São Paulo: Parábola Editorial, p. 29-45. 2005.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

## ANEXO

### **Seis reportagens acerca de relatos de vítimas de violência homofóbica**

#### REPORTAGEM 1: DEPOIMENTO DE JOVEM GAY QUE SOFREU ATAQUE HOMOFÓBICO EM SANTOS VIRALIZA NAS REDES SOCIAIS

O estudante universitário Lucas Acácio de Souza, de 23 anos, fez um post nas suas redes sociais para descrever um episódio de homofobia que sofreu na orla do bairro José Menino, em Santos, no litoral de São Paulo. Exibindo hematomas pelo corpo, ele contou que foi xingado e espancado por um grupo e teve o seu relato viralizado em poucas horas da noite desta quarta-feira (11).

De acordo com o texto feito no seu perfil no Facebook, o episódio aconteceu na última sexta-feira (06), mas o registro do Boletim de Ocorrência (B.O.) foi feito apenas quatro dias depois. A Polícia Civil investiga o caso.

Souza estava no litoral do estado para passar o fim de semana com uma amiga, mas os dias de descanso viraram uma tremenda dor de cabeça, após o encontro com os agressores. “Tínhamos acabado de sair do mar e fomos ao chuveiro que fica no calçadão, para sair da praia e assistir ao jogo do Brasil. Eu fui pedir um isqueiro para dois caras que estavam sentados próximos, e ali começou tudo: fui xingado e, logo em seguida, mais quatro caras apareceram para me bater”, contou.

As agressões foram tão intensas que fizeram o rapaz ficar desacordado, tanto que ele não se recorda de muitos detalhes. “A minha amiga que viu tudo e me ajuda a lembrar. Eles gritaram para mim: ‘vai ter que apanhar para deixar de ser veadinho’. Foi quando ela foi tirar satisfação, e os seis começaram a me bater. Eu meio que desmaiei, e foi quando eles fugiram.”

“Teve uma senhora que chamou a polícia, mas nós corremos até a avenida e pegamos um ônibus. E só descemos bem longe dali, com medo e muito assustados”, descreveu ele, que pensou em deixar o ocorrido impune, mas tomou coragem para compartilhá-lo. “Realmente não dá para ficar calado numa situação como essa. Eu fiquei muito machucado, cheio de hematomas. Então, resolvi escrever e fazer um boletim de ocorrência, para que a polícia possa encontrar e punir aqueles caras.”

#### *REPORTAGEM 2: HISTÓRIAS REAIS QUE MOSTRAM QUE AGRESSÕES PSICOLÓGICAS SOFRIDAS POR GAYS SÃO TÃO TRAUMÁTICAS QUANTO AS FÍSICAS*

Algumas das coisas que gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros vivem comprovam que homofobia vai além do espancamento.

No começo da semana passada um conhecido virou notícia ao ser espancado na Rua Augusta, um dos pontos mais conhecidos de São Paulo pela diversidade. No fim da semana, no Facebook, um amigo relatou como foi coagido e ameaçado por um grupo de homens em Natal, RN, em uma viagem de férias que fez com o namorado.

O relatório sobre violência homofóbica no Brasil da Secretaria de Direitos Humanos de 2012 registrou 27 denúncias por dia no ano. 83,2% delas foram relativas a violências psicológicas: humilhação, hostilização e ameaças e 32,68% violência física.

O movimento LGBT, composto de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros vem sendo pauta nos últimos anos. Na televisão, emissoras contemplam personagens gays em suas novelas e programas. Artistas têm assumido sua orientação sexual, no caso mais emblemático, a cantora Daniela Mercury se tornou símbolo da diversidade ao comunicar sua união com a jornalista Malu Verçosa.

Leis de criminalização da homofobia e identidade de gênero têm sido debatidas e pauta nas campanhas eleitorais. O casamento gay se tornou uma realidade graças ao Supremo Tribunal Federal.

Porém ainda estamos longe de vivermos livres. Prova disso são os relatos colhidos pelo BuzzFeed Brasil para criação dessa lista que mostram que o cotidiano dos LGBT é um emaranhado de coerções e desconforto, e claro, discursos como o do candidato a presidência Levy Fidelix durante os dois debates finais do primeiro turno.

Essas são algumas das muitas situações que a maioria dos LGBT passam todos os dias:

1. "Mesmo namorando há dois anos me informaram que não poderia doar sangue porque era gay. Nem colheram para testar, foi tão constrangedor que nunca mais tentei." Carlos Neto, 31, São Paulo.
2. "Eu e meu namorado temos receio de andar de mãos dadas em muitos pontos da cidade por medo de sermos vítima de agressões verbais ou mesmo físicas mas nossa melhor resposta tem sido ignorar e permanecer de mãos dadas mesmo sem saber como esses homofóbicos vão reagir." Gustavo Nogueira, 27, Porto Alegre.
3. "Um homem me encoxou no ônibus lotado e quando tentei sair começou a me chamar de 'viadinho de merda', 'sujo'. Quando respondi ele me deu um tapa na cara. Depois que eu revidei tiraram ele do ônibus." Yuri Franco, 20, São Paulo.
4. "Já cansei de ir pra praia e me gritarem 'mocinha', 'madame' e 'viadinho'. Toda semana, já até me acostumei." Diego, 26, Rio de Janeiro.
5. "Estava andando na Paulista com minha ex-namorada quando um cara puxou meu cabelo e disse 'Você não merece ter cabelo comprido. Quer ser homem vai cortar esse cabelo'. Minha ex empurrou ele, que deu um tapa na cabeça dela e começou a dizer: 'lésbica nojentas', 'vocês têm que morrer'. Vimos que ele tinha um canivete e nos afastamos em direção ao metrô com medo de sermos seguidas." Carolina Dalge, 23, São Paulo.
6. "Volto da faculdade com um amigo e todos os dias as pessoas gritam do ônibus "Olha o Félix e o Nicco" ou "vai bichas". Geralmente respondo na lata, não deixo quieto". Leonã Dias, 21, São Luís.

7. "Em plenos Jardins, em São Paulo, não consigo dar dez passos em paz com meu namorado sem ter alguém falando algo. É muito constrangedor, me sinto reprimido por uma coisa nata. A mesma coisa se eu sofresse preconceito por ter olhos castanhos, sabe?" Augusto Paz, 25, São Paulo.
8. "Uma vez uma menininha ficou falando para mãe que eu e meu namorado éramos estranhos, fazendo cara feia. A mãe só mandou ela ficar quieta e não explicou que aquilo era errado". Pedro Cerqueira, 25, São Paulo.
9. "Tava beijando um cara em uma galeria na Rua Augusta quando um segurança 'me convidou a sair do local'. Ele falou que sabia que estava errado mas só cumpria ordens, até me indicou a delegacia mais próxima para denunciar". Bruno Palma, 29, São Paulo.
10. "Dois caras que eu fiquei piraram quando descobriam que eu era bissexual e chegaram a perguntar se eu poderia ter passado alguma doença. Falavam que não poderiam confiar em mim porque eu era bi". Fernanda, 33, São Paulo.
11. "Sempre me olham atravessado, no ônibus e no metrô parece que as pessoas têm medo de alguém como eu sentar perto". Carol Caixeta, 25, São Paulo.
12. "Aos 22 anos fui expulsa da república que morava (mas não sai), aos 32, fui chamada de 'big shoes' por um médico e julgada por uma auxiliar de enfermagem no hospital". Jana Leslão, 36, Guarujá.
13. "Entreguei meu documento com o nome masculino na imobiliária e pedi que me chamasse de Viviany porque sou travesti. A corretora disse que não e que me chamaria pelo nome do documento." Viviany, 26, São Paulo.
14. "Na época de escola me chamavam constantemente de Sarita, por causa da novela 'Explode Coração'. Além disso, na rua me xingavam tanto que comecei a ficar com medo de sair". Roberto, 28, Curitiba.
15. "A escola foi um momento muito difícil, até os 15 anos me chamavam sempre de 'viado', 'bicha' e eu não entendia direito e nem porque achavam errado gostar de outro menino". Marcelo, 28, São Paulo.
16. "'Era você o viadinho que tava beijando ali? E por que mostrou a camisa? Tá querendo o que?' Essas foram as últimas palavras até um deles me empurrar para outro, que empurrou para outro até que um último acertou um soco no meu rosto." João Felipe Toledo, 33, Rio de Janeiro, foi agredido no sambódromo do Rio por um grupo mesmo depois de mostrar uma camisa da campanha "Rio Carnaval Sem Preconceito".
17. "O gerente de um bar falou que eu não poderia abraçar minha namorada. Quando perguntamos o porque, disse que seguia ordens e que se estivéssemos incomodadas era melhor nos retirarmos. Chamamos a polícia mas ninguém veio". Thetta Kimura, 29, São Paulo.
18. "Eu estava beijando meu namorado em um bar quando o atendente começou a jogar pedras de gelo na gente. Levantamos e fomos embora. Nunca mais voltei e passei a evitar bares que não fossem GLS" João Lucas, 27, São Caetano.

19. "Eu me sinto coagida a não expressar a minha sexualidade em público. Acabo sendo ultra discreta para não ser agredida verbal ou fisicamente. Mesmo assim percebo olhares tortos em shoppings. É difícil" Débora, 25, São Paulo.

20. "Com 16 anos meus pais me deixaram em um sítio por um ano onde fiquei sem estudar, ver amigos. Eles são muito religiosos. A relação só melhorou quando mudei de estado." Anderson, 26, Maringá.

### *REPORTAGEM 3: BASTA DE HOMOFOBIA: RELATOS DE GAY, LÉSBICA, BI, TRANS E TRAVESTI NO ESPORTE*

No mês da visibilidade LGBT, GloboEsporte.com/ce conversa com cinco atletas para conhecer os traumas e as salvagens no dia a dia dos campos, das quadras, dos tatames...

Das arquibancadas, o grito soava devastador. "Pêi, matei um gay". Na quadra, Israel, ainda adolescente, ainda nem tinha se descoberto homossexual, mas já pensava em abandonar o vôlei por causa das ofensas. Não fez isso. Em outra quadra, Jéssica Bezerra também jogava vôlei. Em 2009, na cidade de Pentecoste, no Ceará, quase precisou tirar a roupa para provar que era biologicamente homem e que poderia representar a seleção masculina de Beberibe nos Jogos Abertos do Interior. Travesti desde os 20 anos, Jéssica quase foi retirada da quadra pelo árbitro. O técnico precisou defender a permanência da atleta, que hoje joga na Espanha. Foi no esporte que a encontrou um porto seguro para levantar a bandeira de luta.

Israel e Jéssica não estão sozinhos. Vivem a mesma rotina de Lívia, no taekwondo. De Carla, no futsal. De Victor (nome fictício), no futebol. De Laleska, na arbitragem. Todos conhecem de perto a realidade de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis no Brasil. Em 2017, só até o início do mês de maio, 117 pessoas LGBT foram assassinadas no país por força do preconceito contra a orientação sexual, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB). A cada 25 horas, um assassinato. Estatística que ilustra um cenário cruel: para essas pessoas, cada dia é uma vitória. E sobreviver é marcar pontos.

O GloboEsporte.com/ce convidou os cinco para conversar e relatar como o esporte pode ser uma fonte de trauma, resiliência e salvação.

#### **Lívia. Taekwondo. Lésbica**

**"A minha história com o taekwondo é de muita gratidão e de felicidade. Não estou aqui para ser tolerada, estou para existir"**

A tatuagem de Lívia Soares, de 23 anos, alerta: "None but ourselves can free our minds". É o trecho de uma música do jamaicano Bob Marley, que quer dizer "Ninguém a não ser nós mesmos pode liberar nossas mentes". Ela já passou por futsal, boxe e vôlei antes de encontrar o taekwondo. Na luta pode experimentar a sensação de pertencimento, bem diferente da vivência da rua, onde diz sofrer violência e preconceito. "Me perguntaram sobre a necessidade de fazer reportagens desse tipo, se é necessário quando a luta é para sermos todos iguais. Mas eu,

mulher sapatão, não sou igual. Não quero ser assimilada, palatada, minha luta é para existir com todas as minhas identidades de gênero", defende. As violências da vida em nada lembram os golpes do esporte. Batem mais fundo. Nos sparrings, a tentativa é de minar a força masculina que se eleva quando é confrontada com uma mulher lésbica. A luta é para construir, no taekwondo, família e segurança. "Na rotina, são violências contra o meu corpo, contra a minha existência, contra a minha circulação em estabelecimentos, em que eu sou assediada, conduzida a banheiro masculino, e aí eu acho que o taekwondo sempre foi um espaço seguro, construído em equipe".

### **Israel. Vôlei. Gay**

**"A torcida ficava gritando 'Pêi, matei um gay'. Continuava. Hoje em dia eu me pergunto de onde vinha essa energia"**

A voz de Israel Nascimento engasga ao lembrar das hostilidades e visitar percepções da adolescência, quando já sofria preconceito, aos 11 anos, no time de vôlei. Quando os jogos eram fora da escola em que estudava, o menino tinha certeza de que sofreria ataques homofóbicos, sem nem mesmo ter "saído do armário", o que só ocorreu aos 18 anos. Em um episódio, lembra, deixou de participar de uma das partidas e foi chorar no banheiro. Em torneio na Paraíba, precisou esquecer as vozes gritando "Pêi, matei um gay" para se concentrar. Mas foi no esporte, admite, que conseguiu reunir as forças que tem hoje para ser combativo. "Eu diria que jamais seria a pessoa que sou se eu não tivesse passado pelo esporte. E eu gosto muito da pessoa que eu sou hoje, combativo até demais, uma pessoa mais forte e desbocada, que me abre possibilidade de diálogo maior", afirma. Professor de inglês e estudante de Direito, hoje com 25 anos, Israel manda um recado para os jovens que sofrem nas quadras: "Eu recomendo que eles vão em frente no esporte". Ex-seleção cearense de vôlei, Israel segue nas quadras, mas sem compromisso. Joga duas vezes por semana, com os amigos. Por prazer.

### **Victor. Futebol. Bissexual**

**"Os meus pelos sempre ficavam arrepiados com gritos de 'Ei, vai tomar no c\*'. Aquilo nunca teve graça para mim".**

O nome Victor é fictício, mas a história é bem característica. Foi levado pelo pai - segundo ele, machista - ao futebol. Ficou no esporte na adolescência e começo da juventude. Depois, abandonou. "Foi onde eu conheci a maior repressão sobre o meu eu no mundo. Foi tão forte que ainda hoje eu sinto inacabado", lembra Victor, de 27 anos, sobre os gramados. Ele se apaixonou primeiro por homens. Depois, aos 15, conheceu uma menina por quem também nutriu paixão. "Tenho amigos e me fortaleço na luta do dia a dia. Nunca tive problema com a minha bissexualidade, mas sempre tive problema com quem tinha problema com a minha bissexualidade", afirma. Nos amigos e nos companheiros de capoeira, que fez no Morro das Viúvas, na cidade do Rio de Janeiro, ele se apoiou para combater os vários traumas do futebol, inclusive com o irmão, que também jogava bola. "O futebol ainda hoje é um lugar repelente para as pessoas diferentes, não é diverso. A ideia de que índios, brancos e negros se abraçam no momento do gol ainda é um grande mito. Assim como o mito da nossa democracia racial. Os meus pelos sempre ficavam arrepiados com gritos de "vai morrer", "fulano veado", "ei, vai tomar no c\*". Aquilo nunca teve graça para mim".

Victor não quis revelar seu nome verdadeiro ou fazer fotos e vídeos.

### **Carla. Futsal. Trans**

**"Um belo dia, eu nasci. Descobri que era uma mulher trans, Carla Lima. Não gostava muito de futsal, atrelava ao masculino"**

Carla não fala mais seu nome civil, mas o apelido da infância permanece: Kakah. Com 23 anos, ela mora no município de Apuiarés, no interior do Ceará. Sem condições financeiras para arcar com o processo judicial, ainda não tem os registros com o nome social: Carla Lima Moura. Kakah se percebeu trans na adolescência. Aos 18 anos, começou o processo hormonal, com a ajuda de amigas. Passou a usar peças de roupa de mulher, deixou o cabelo crescer. Entrou no curso de Agropecuária. "Foi onde pude entender o que seria o transexualismo, a minha diferença para a mulher travesti", relembra. Por não se reconhecer no próprio corpo, até então masculino, não gostava de esportes como futebol ou futsal. Em 2017, já mulher trans, passou a participar da seleção feminina de futsal de Apuiarés, convidada por amigas lésbicas. "Estar engajada foi importante para o desenvolvimento do time. Hoje, as mulheres levam até os filhos, não tem mais só lésbicas. A gente começou a se empoderar no espaço a que temos direito", afirma. Além de jogadora, Carla é maquiadora e cabeleireira no município. Recebeu o apoio da família, dos amigos e do técnico da equipe. "Na família, como fui me notando trans aos poucos, nem eu sabia quem eu era, nem eles, mas eles foram respeitando e aceitando, agindo com naturalidade. Por isso, o processo é muito natural. Eles sabem que eu sou uma mulher trans, e eu sou a filha que eles têm". Hoje, treina duas vezes por semana. "Não sofri preconceito no esporte, acredita? Como eu me politizei, eu não sofro tanto, eu me imponho. Acho muito bonito como o esporte transforma as pessoas. As moças que estavam ali para emagrecer, elas viram o quanto é importante o esporte porque agora o

têm como inclusão".

### **Jéssica. Vôlei. Travesti**

**"Em 2009, fui barrada. Meu treinador teve que conversar com o delegado da partida. Eu quase tive de tirar toda a roupa"**

A ficha no time de vôlei, na Espanha, registra: "Gercélio Bezerra Fernandes Albino Gama". Em quadra e na vida, é Jéssica. Simplesmente. Aos 15 anos, a travesti começou no vôlei, ao mesmo tempo em que se transformava diante da sociedade. Jéssica hoje está na Europa, onde atua como líbero em um time formado por homens. Em 2009, nos Jogos Abertos do Interior do Ceará, na cidade de Pentecoste, quase precisou tirar a roupa para mostrar que, sim, poderia atuar no time masculino de Beberibe. O técnico precisou defender. Era a primeira vez que ela, de algum jeito, atuava como de forma mais séria no esporte. "Foi muito constrangedor, tive de mostrar documento. O árbitro quis me tirar da quadra. Mas, no fim, deu tudo certo. O vôlei foi algo que me fez me centrar em tudo, me fez ter a certeza de que o esporte pode tudo. Faz com que qualquer coisa se torne realidade", defende. O sonho de Jéssica, hoje, é atuar no feminino. Para isso, precisaria mostrar resultado do hormônio masculino baixo, com redução. O tratamento dura em média um ano e não há necessidade de fazer operação de mudança de sexo. A travesti espera passar mais três anos na Europa. Em junho, participará, em

Madri, dos Jogos do Orgulho Gay pelo Alfafar. "Muitas travestis no Brasil são extremamente boas no esporte. Mas o nosso país é atrasado na aceitação, é muito difícil", afirma. Da família, houve estranhamento do pai na decisão de ser travesti. No vôlei, ela se inspira em Sheilla, ex-seleção brasileira. "O esporte faz com que a mente esteja bem, esteja sempre voltada a coisas boas. Hoje, eu não me sinto constrangida".

### **Laleska. Arbitragem. Travesti**

No apito, a realidade não é diferente. Laleska é travesti e irmã de Jéssica Fernandes, também citada na reportagem. Comanda as partidas amadoras de futebol no interior do estado e é um exemplo de que é possível se assumir homossexual e desempenhar uma função importante dentro de um esporte reconhecidamente masculino. Mas não é nada fácil. "Eu apito desde 2010, sempre fui bem recebida por outros municípios, mas hoje estou pensando seriamente em deixar de apitar porque estou sofrendo preconceito na minha cidade, Morro Branco. São jogadores, alguns que não querem que eu apite. Porque eles acham que só homens heterossexuais sabem apitar jogos. Só tenho a lamentar por eles, perdem um grande talento", afirma Laleska, aos 38 anos. Nas cidades de Fortim e Cascavel, no Ceará, ela conta que a recepção é afável. Valério, o nome de batismo, se descobriu-se homossexual aos 10 anos, mas só teve coragem de assumir-se travesti aos 15. Hoje é Valéria. "Minhas amigas falam: 'Valéria, mulher, tu não era para gostar de futebol, porque travesti não deve estar em futebol'. É a única loucura minha"

### **A lei Dandara**

Em maio deste ano, o deputado Weverton Rocha (PDT-MA) apresentou o Projeto de Lei 7702/17, que inclui o crime de discriminação ou preconceito de orientação sexual e de identidade de gênero na legislação que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei 7.716, de 1989). Se aprovada, a nova lei deverá ser chamada de Lei Dandara.

Dandara dos Santos era uma travesti cearense, de 42 anos, que foi agredida com chutes e golpes de pedra e pau este ano. Durante as agressões, os assassinos fizeram imagens, que foram divulgadas nas redes sociais, retratando a tortura por ela sofrida.

Em seguida, a vítima foi assassinada com disparo de arma de fogo no rosto, como ocorre em 82% dos crimes contra as pessoas travestis e transexuais, sendo característica a desfiguração, segundo dados da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), Rede Trans, Andra e demais ONGs brasileiras.

No esporte, ainda também ainda não há punição para homofobia. O que resta, ainda, são as marcas e silêncio.

### **Ações contra a homofobia**

Nos estádios cearenses, é frequente o canto homofóbico e preconceituoso em relação à torcida adversária. Ceará e Fortaleza não têm ações contra homofobia. Questionadas, as assessorias dos dois principais clubes do estado não responderam.

Em abril deste ano, a maior organizada do Palmeiras aboliu os gritos de "bicha" no estádio. Os integrantes da Mancha Verde quebram um costume que se originou nos estádios brasileiros após a Copa do Mundo, em 2014. Em 2016, a Confederação Brasileira de Futebol chegou a ser punida em R\$ 66 mil pelos gritos de "bicha" nas Eliminatórias, no jogo em Manaus, contra a Colômbia. Os gritos são sempre no tiro de meta do adversário e foram copiados dos torcedores do México na Copa do Mundo.

Para Danilo Strano, cientista político e executivo do grupo "Respeito Futebol Clube", nenhum jogador do futebol se assume pelo preconceito e opressão social.

- Veja o caso do Richarlyson. A torcida do São Paulo nunca gritou o nome dele. Na apresentação no Guarani, no Brinco de Ouro, jogaram cinco bombas por conta dele. E só por conta dos traços na personalidade. Essa é uma das maiores pressões que o jovem tem. Para virar profissional, é 1%, e tem que representar o jogador baladeiro e mulhereiro, ser um homem "fodão". Os jogadores costumam casar muito cedo, ter muitos filhos. Na base, isso deve ser muito pior. Ele não tem nenhuma referência. Por isso é importante falar publicamente, porque as pessoas precisam se reconhecer. Por isso que a gente pede para falarem - afirma Strano.

#### *REPORTAGEM 4: HOMOSSEXUAIS RELATAM AGRESSÕES E PRECONCEITOS E DIZEM: "NÃO ESQUECEREMOS"*

Na noite do último sábado (12), Omar Mateen entrou na boate Pulse, em Orlando, e, armado com uma pistola semi-automática e um rifle de assalto, matou 49 pessoas, feriu pelo menos 53 e foi baleado e morto depois que 11 policiais entraram no local. As investigações apontam que o ataque foi motivado por homofobia. O massacre é o maior atentado com armas já realizado nos Estados Unidos e chocou o mundo.

Na quarta-feira (15), a comunidade LGBT de São Paulo ocupou o Vão Livre do Masp (Museu de Arte de São Paulo) para protestar contra o massacre e também contra as violências diárias sofridas por homossexuais. Em 2015, a cada sete dias, a Polícia Civil registrou ao menos uma ocorrência de violência física ou verbal contra homossexuais na capital paulista, segundo dados da Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância.

A reportagem do UOL esteve no protesto e conversou com os manifestantes, que relataram episódios pessoais de discriminação e violência. O garçom Kleber Marques, por exemplo, contou sobre a vez em que foi agredido física e verbalmente por um vizinho de república: "Em uma manhã, um homem que morava em outro quarto sozinho começou uma discussão com a gente por motivo banal e xingou a gente de várias coisas, como "bichinha". Foi pra cima do Pedro, meu namorado, e agrediu ele com socos", lembrou.

Muitas vezes os ataques homofóbicos ocorrem inclusive dentro de casa, por familiares, como contou Fiamma Bezerra sobre uma discussão que teve com o padrasto. "Ele me xingou e disse que eu não podia dar palpíte porque eu não era uma pessoa certa só pelo fato de ser lésbica."

Veja abaixo esses e outros relatos:

**Fabiana Borges, 39, servidora pública**

"Eu trabalhava na central de um banco, e eu tenho filho. No Dia das Mães saiu no jornal do lugar onde eu trabalhava que todas as mães tinham sido homenageadas e presenteadas pelo banco. Eu fui perguntar para o gerente porque eu, que sou mãe, não tinha sido. Ele disse que eu não tinha cara, nem perfil e nem nada de mãe. E eles sabiam que eu tinha filho. Ouvi muito xingamento também. Tiveram várias outras situações. Uma vez eu estava com uma menina também lésbica em uma festa, e dois caras empurraram nós para dentro do banheiro e um deles abriu a calça. Foi uma situação de ameaça de estupro que a gente felizmente conseguiu se desvencilhar. Os homens tratam a gente como fetiche."

**Everton Santana, 27, designer gráfico**

"Na época que eu me assumi, eu tinha uma melhor amiga. Era a pessoa que eu mais valorizava depois da minha família. Quando eu contei para ela, ela achou incrível e disse que sempre quis ter um amigo gay. Foi aquela coisa de tratar o amigo gay como um pet, um animal de estimação. Na primeira vez que a gente se viu depois de me assumir, eu contei que tinha ficado com um menino e que tinha sido legal. Ela disse pra mim: "eu acho muito legal você ser gay, mas não faz nada na minha frente porque eu vou ter nojo de ver dois homens se beijarem". Acho que até hoje, mesmo depois de tanto tempo, ainda foi o que mais me marcou porque era uma pessoa que eu tinha muito carinho, ela era super esclarecida e a gente estava junto sempre."

**Fiamma Bezerra, 23, autônoma**

"Eu já sofri e ainda sofro homofobia entre meus familiares. Uma vez eu tive que me meter em uma briga da minha mãe com meu padrasto. Ele me xingou e disse que eu não podia dar palpite porque eu não 'era uma pessoa certa' só pelo fato de ser lésbica. Isso marcou bastante a minha vida."

**Mariana Vayanos, 19, agente de atendimento**

"Eu estava em um parque de diversões e estava ficando com a minha namorada. Uma senhora gritou com a gente. Falou que éramos uma vergonha para nossos pais, que isso não era de Deus, que não íamos para o céu e que iríamos para o inferno. Foi muito desconfortável, as pessoas viam e não faziam nada. Isso aconteceu várias vezes, a gente andando juntas e as pessoas olharem, fazerem comentários. Antes disso, às vezes quando a gente dava um 'selinho' juntava um grupo de meninos em volta, sempre olhando, gente querendo tirar foto."

**Ingrid Marchiori, 22, publicitária**

"Uma vez, eu sofri preconceito em um bar. Eu estava sentada à mesa e cumprimentei a menina com quem eu estava saindo com um 'selinho', um beijo simples. Isso foi difícil para as pessoas ao redor, nos repreenderam, o garçom inclusive. A gente não sabia o que dizer e achamos melhor nos retirar. Nesse momento em que vivemos

repressão mundial, onde muitas pessoas não entendem porque estamos aqui hoje, eu gostaria de convidar os pais dos homossexuais para lutarem junto. Porque parece que essa luta é só nossa, mas na verdade é de todo mundo que nos ama. Seria muito importante para mim que a minha mãe estivesse aqui hoje, meu pai também. Eu ainda não conquistei isso mas espero que um dia eu consiga."

**Luiz Tombini, 21, estudante**

"Um pouco antes de eu sair do 3º ano do ensino médio, quando eu tinha 17 anos mais ou menos, eu tinha uns trejeitos que já demonstravam que eu era gay e também estava no momento de me assumir abertamente. Antes disso eu já sofria bastante, mas depois que eu me assumi eu comecei a sofrer muito mais com a homofobia. Um dia, eu vi dentro da escola meu nome completo pichado na porta do banheiro com palavrões como "viadinho" e ameaças de morte, essas coisas que LGBT sofrem todos os dias. É constante, eu sofro várias ameaças."

**Alan Antunes, 26, psicólogo**

"Acho que os casos de homofobia mais emblemáticos são os que acontecem durante a infância, porque a gente leva pra vida toda. Quando eu era criança, durante uma discussão dos meus pais eu tentei apartar e meu pai disse pra mim que preferia ter um filho ladrão, um filho morto, do que um filho 'viado'. Eu ainda não tinha ideia que era gay, mas eu ouvia comentários dos familiares dizendo que eu era esquisito e que tinha algo errado comigo."

**Kleber Marques, 21, garçom**

"Eu e meu namorado morávamos em uma república no centro. Em uma manhã, um homem que morava em outro quarto sozinho começou uma discussão com a gente por motivo banal e xingou a gente de várias coisas, como "bichinha". Foi pra cima do Pedro, meu namorado, e agrediu ele com socos. Quando eu tentei tirar ele de cima do Pedro, também fui agredido. A polícia veio. Mesmo com nós dois sangrando, disseram que não podiam fazer nada, para resolvermos com a responsável pelo prédio. Depois disso, ele ainda nos ameaçava todos os dias."

**REPORTAGEM 5: 10 RELATOS QUE MOSTRAM A IMPORTÂNCIA DE CRIMINALIZAR A LGBTFOBIA**

Nesta quinta-feira (13/06), o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 8 votos a 3, criminalizar a homofobia e a transfobia, considerando que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais devem ser enquadrados no crime de racismo. Diferente de outros tipos de preconceitos – como por cor, raça e religião – a homofobia e a transfobia não estão listadas na legislação penal brasileira. As duas ações que pediam a criminalização da LGBTfobia e que foram julgadas pela Corte foram movidas em 2012 e 2013, pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexos (ABGLT) e o Partido Popular Socialista (PPS), respectivamente.

Para quem ainda não entendeu a importância de punir os atos de violência contra a população LGBT+, o #Colabora separou 10 depoimentos emocionantes sobre experiências com a intolerância vividas por membros da comunidade. São histórias de agressões verbais, físicas, perseguições, espancamento coletivo, terapia de conversão sexual, entre outras. Confira:

**Luiz Eduardo Daibert Féo Magdalena, homem trans de 19 anos, estudante:**

1 – *“Estava beijando minha ex-namorada na rua, uma mulher apareceu na janela gritando e falando que chamaria a polícia. Mudamos de local, um senhor se aproximou e ameaçou nos agredir. Disse que era uma rua de família. Depois que eu me assumi trans, sofri preconceito no colégio e fui forçado a usar um banheiro separado, para deficientes”*

**Reinaldo Júnior, homossexual de 34 anos, biólogo:**

2 – *“Alguns meses atrás, estava parado em um sinal para atravessar uma avenida. Um carro passou e, de dentro, jogaram uma latinha vazia de cerveja na minha cabeça, por eu estar com cabelo preso em rabo de cavalo. Gritaram “morre viado”. Por medo eu cortei o cabelo. Sinto falta dele”*

**Miranda Lebrão, homossexual e dragqueen de 30 anos, sobre ter participado por cinco dias de um Terapia de Conversão Sexual aos 15:**

3 – *“Atividades como listar todos os seus erros (relacionados à sexualidade) e fazer declarações afirmativas contra a homossexualidade faziam parte daquele evento. Na terapia, o fato de ser gay reduz toda sua existência. Seu corpo é um campo de pecados, sua mente é uma fonte de enganos, seu futuro é turvo pois para você resta apenas a morte. O peso das palavras que utilizam é assustador. E elas pesam”*

**Felipe Fernandes, homossexual de 23 anos agredido em um bar de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro:**

4 – *“Após esbarrar em um homem, sem querer, ele quebrou um copo de vidro no meu rosto. Fraturei o nariz e levei três pontos. Nunca vi tanto sangue na minha vida. O estado de choque é tão grande que às vezes você só entra em desespero. Foi o que aconteceu comigo. Pensei que fosse meu fim. Meu agressor quase me deixou cego”*

**Eduardo Michels, homossexual de 62 anos e pesquisador do Grupo Gay da Bahia. O marido, Flavio Miceli, foi derrubado no chão e atingido com chutes na cabeça:**

5 – *“Ouvi dos meus vizinhos da vila onde eu morava com meu marido que o local não era lugar de gay. Fomos espancados por cerca de 20 pessoas durante uma festa. Não fomos mortos porque algumas senhoras que estavam no local impediram o pior, pedindo para eles pararem”*

**Alexsander Lepletier, homossexual de 45 anos, cartomante e ativista LGBT+:**

6 – *“Na praia de Ipanema, ouvi de três funcionários de barracas: ‘só tem viado e sapatão nessa porra’. Eu entrei na conversa porque aquela fala me agrediu. Estava dentro do posto de salva-vidas, eles pularam a roleta,*

*começaram a gritar e a me encarar. Me intimidaram e me perseguiram. Saí de onde estava e quando atravessasse a rua ouvi: ‘Essas porras têm mais é que morrer’*

**Martinha, travesti de 63 anos, dona de casa:**

7 – *“Minha mãe dizia que me daria uma injeção de estricnina (veneno para rato) enquanto eu dormia por causa dos meus trejeitos. Me apavorei com aquelas palavras e fui pra rua com 8 anos. Na época da Ditadura, a gente ia comprar uma carne no açougue de manhã, a polícia via e levava. Pegavam a gente, levavam para a praia deserta, mandavam uma segurar no membro da outra e mandavam a gente cantar ‘Ciranda Cirandinha’”*

**Byron Teixeira, homossexual de 25 anos, consultor de mídias sociais:**

8 – *“Todo domingo eu e meus amigos jogávamos queimado na Ilha do Governador. Um dia, oito garotos passaram rindo e jogaram pedras em direção ao campo. Foi triste”*

**Anky Lima, mulher trans de 63 anos e militante pelos direitos LGBT+:**

9 – *“Fui presa dezenas de vezes na época da prostituição e da Ditadura. Só não apanhei mais porque eu era branca. Policiais me tiravam da cela de madrugada para ter relação sexual, enquanto batiam em uma travesti negra só pelo prazer”*

**Maximiliano Cruz Faria, homossexual e drag queen de 23 anos:**

10 – *“Estava saindo de uma festa na Lapa, no Rio, e quebraram uma vassoura na minha cabeça. Eu só ouvi o ‘morre viado’ enquanto eu estava tonto no chão. Não faço ideia de onde veio”*

**REPORTAGEM 6: CONHEÇA HISTÓRIAS DE PESSOAS QUE SOFRERAM HOMOFOBIA NA FAMÍLIA**

Mesmo com alguns avanços que no que diz respeito a conquistas de direitos, a comunidade LGBT ainda luta, principalmente, para ser aceita em um lugar onde deveria receber apoio incondicional desde sempre: dentro de casa. No Dia Internacional de Combate à Homofobia, celebrado nesta terça-feira (17), o NE10 ouviu histórias e depoimentos emocionantes de pessoas que sofreram e ainda sofrem o preconceito da família. Pais, mães e parentes que se recusam a aceitar a orientação sexual e até humilham seus filhos em nome da “heteronormatividade” - prática de ignorar ou marginalizar atitudes e ações que são diferentes do padrão “hétero” da sociedade. Os nomes de dois desses autores de depoimentos foram modificados para proteger a identidade dos mesmos. Confira:

**CONVIVÊNCIA CONTURBADA** – Foram muitas idas e vindas de Denner\*, 23 anos, da casa dos pais. Desde que ele se assumiu homossexual, aos 16, as confusões, que já eram constantes com a mãe, se multiplicaram a ponto de se tornar insustentável ele permanecer no mesmo ambiente em que os dois estavam. Sair de casa era a solução.

“Minha mãe, por ser evangélica praticante, nunca me aceitou, ela diz que homem é feito para a mulher e vice-versa. Não aceita a forma que eu sou e não me permitia sair com certos tipos de roupas. Isso acabou gerando um conflito muito grande. A primeira vez que ela me expulsou de casa foi em 2013. Fui morar em outra cidade com a pessoa que eu estava me relacionando. Nos 15 primeiros dias, ela não me procurou para saber se eu estava vivo”, relembra Denner.

As dificuldades de morar sem o apoio financeiro dos pais fizeram com que o jovem tivesse que voltar à casa deles em pouco tempo. As brigas continuaram e, novamente, Denner saiu de lá. “Morei três meses com uma amiga. Na época, passei muita necessidade e isso me afetou muito: chorava, mudava completamente de humor e perdi muito peso”, conta. Uma nova reconciliação com os pais o fez retornar ao lar, mas foi quando o pai descobriu que o filho era gay, até então algo nunca dito diretamente nem por Denner nem pela mãe, foi que o problema aumentou.

“Na minha casa, é minha mãe que ordena tudo. Meu pai sabia das discussões, mas desconhecia o motivo real. Só no ano passado, quando ele soube, rasgou uma foto minha, chorou de decepção e disse que tinha vergonha de mim, preferia tomar um tiro do que ter um filho gay.” Na última discussão, há cerca de duas semanas, Denner conta que foi agredido pelo pai, mas que não vai desistir de mostrar a eles que não pode mudar o jeito que é. “Eu disse que não mudaria, tenho plena consciência de que nasci assim. O único jeito de mudar seria morrendo. Espero que eles mudem o pensamento, pois o apoio deles é que eu preciso”, diz.

**APÓS O CHOQUE, RECONCILIAÇÃO** - Camila Vila Nova, 21 anos, desde muito pequena se sentia e se comportava diferente das outras garotas e, por causa disso, já sofria o bullying desde muito nova. “Me chamavam de menina macho, mas eu me achava normal”, diz. Foi na adolescência que ela confirmou que era homossexual ao ter sua primeira experiência amorosa com outra menina. A descoberta da mãe foi de maneira inesperada.

“Ela me via conversando por SMS no celular e resolveu pegá-lo. Se trancou no quarto e leu tudo. No outro dia, disse que preferia que eu fosse prostituta em vez de ser lésbica e que meu pai, se estivesse vivo, teria muita vergonha de mim. Foi bem difícil, acabei terminando esse namoro, e aos 16 acabei saindo de casa por um mês. Quando voltei, ela não tocou mais no assunto, mas com o tempo, fui mostrando a ela que eu era normal e apresentei minha atual namorada. Elas conversaram, choraram e ficaram amigas. Hoje em dia ela me aceita do jeito que sou”, recorda a jovem.

O auxílio da irmã mais velha foi fundamental para que a mãe cedesse. “Ela me deu muita força e também me ajuda a enfrentar o preconceito que vou passar pelo resto da minha vida”, relata.

QUANDO MORAR LONGE É A SOLUÇÃO – O universitário Thiago\*, 23, não aguentou as brigas constantes com a mãe dentro de casa, na cidade de Vitória de Santo Antão, Zona da Mata de Pernambuco, e resolveu morar no Recife no ano de 2013. A decisão veio após discussões muito sérias, além das fofocas na cidade interiorana.

“Na escola, quando as pessoas descobriram, todas deixaram de falar comigo. O povo começou a comentar que eu andava com as lésbicas da cidade. Minha mãe viu uma foto minha com elas e me perguntou o que estava acontecendo. A gente começou a discutir e eu disse que era gay. Ela gritava muito comigo, não aceitava. A discussão aconteceu um dia antes do aniversário dela, e mesmo assim eu comprei um presente, uma caixa de chocolate. Ela ignorou o que dei e fingiu que eu não existia. Não olhava na minha cara”, relembra.

A mudança para a capital pernambucana não foi fácil, e a ajuda dos amigos foi fundamental no início. Flávia Vasconcelos, que morou com Thiago por dois anos, o acolheu de braços abertos. “A gente se conhecia desde a infância, e ele ficou na minha casa quase uns dois anos. No começo foi bem barra, porque ele veio sem dinheiro, mas a gente conseguiu se ajudar”, conta. Thiago afirma que a mãe o procurou depois de um tempo e pediu para que ele voltasse para casa, mas o jovem percebeu que não haveria condições de conviver novamente com ela. “Não daria certo nós morarmos juntos”, diz.

PROJETO QUE AJUDAR LGBTs A ENCONTRAR APOIO - Uma startup recifense criada este ano tem o objetivo de ajudar pessoas que foram expulsas de casa por LGBTfobia a encontrar amparo rapidamente. Com o auxílio de uma plataforma na web, essas pessoas podem entrar em contato com alguém disponível para ajudá-las, desde um lugar para dormir até obter diversas informações, como centros de apoio ao público LGBT mais próximos.

"Estamos recebendo muitos relatos, tanto das pessoa que sofreram homofobia quanto de gente que foi expulsa de casa", afirma Pedro Magalhães, integrante da equipe criadora do Mona Mígs. Além dos pedidos de ajuda, o site está compilando diversos cadastros de interessados em auxiliar essas pessoas. "Com apenas 8 dias de início do pré-cadastramento, a gente já tem 700 contatos", comemora Pedro.

\*A reportagem decidiu usar nomes fictícios dessas pessoas para protegê-las.